

Vanessa Querino Durigon

**UMA INVESTIGAÇÃO FUNCIONAL DO VERBO MODAL *DEBER* NO
ESPANHOL FALADO PENINSULAR**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística)

Linha de Pesquisa: Descrição Funcional de Língua oral e escrita

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini-Bastos

São José do Rio Preto

2015

Durigon, Vanessa Querino.

Uma investigação funcional do verbo modal deber no espanhol falado peninsular / Vanessa Querino Durigon. -- São José do Rio Preto, 2015

149 f. : il., gráfs., tab.

Orientador: Sandra Denise Gasparini-Bastos

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise linguística (Linguística) 3. Gramática discursivo funcional. 4. Língua espanhola - Verbos. 5. Língua espanhola - Modalidade. 6. Língua espanhola – Espanhol falado. I. Gasparini-Bastos, Sandra Denise. II. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

Vanessa Querino Durigon

UMA INVESTIGAÇÃO FUNCIONAL DO VERBO MODAL *DEBER* NO
ESPANHOL FALADO PENINSULAR

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

COMISSÃO EXAMINADORA

Titulares

Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini-Bastos - Orientadora
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Suplentes

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
UEM – Universidade Estadual de Maringá

AGRADECIMENTOS

À professora Sandra Denise Gasparini-Bastos, que me aceitou como sua orientanda, pela confiança depositada em mim, pelo apoio profissional, pela orientação séria e pela infinita paciência com que se dedicou à discussão dos meus dados e à elaboração deste trabalho. Acima de tudo, agradeço pelo carinho, pela amizade e pelos conselhos de vida e profissionais, que levarei comigo para sempre.

À minha família, em especial aos meus pais, pelo carinho e pelo apoio incondicional, que me motivaram durante os momentos bons e amargos.

Aos Profs. Drs. Sebastião Carlos Leite Gonçalves e Edson Rosa Francisco de Souza e às Profas. Dras. Maria Beatriz Nascimento Decat e Marize Mattos Dall’Aglío-Hattner, pelas valiosas contribuições que deram para o desenvolvimento deste trabalho em diferentes momentos.

Aos professores e colegas do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional da UNESP de São José do Rio Preto, pelo acolhimento e pelas contribuições teóricas dadas em situações diversas.

Aos colegas do programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, por “fazerem a caminhada mais leve”.

À CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, pelo auxílio financeiro concedido a esta pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 13

- 1. Natureza e delimitação do problema..... 13
- 2. Objetivos do trabalho..... 15
- 3. Organização do trabalho..... 16

CAPÍTULO I: A QUESTÃO DA MODALIDADE E DA AUXILIARIDADE DENTRO DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL 17

- Introdução..... 17
- 1.1. O modelo da GDF e os padrões de adequação..... 18
- 1.2. A arquitetura da GDF..... 21
- 1.3. Conceitos gerais de modalidade..... 24
 - 1.3.1. A Modalidade Facultativa..... 31
 - 1.3.2. A Modalidade Deôntica..... 32
 - 1.3.3. A Modalidade Volitiva..... 35
 - 1.3.4. A Modalidade Epistêmica..... 41
 - 1.3.5. A Evidencialidade..... 43
- 1.4. O caráter subjetivo e objetivo da modalidade deôntica..... 44
- 1.5. A modalidade dentro da GDF..... 49
- 1.6. A auxiliaridade verbal..... 55
- 1.7. Perífrases verbais..... 58

CAPÍTULO II: AMOSTRA DE INVESTIGAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... 61

- Introdução..... 61
- 2.1. Amostra de investigação..... 61
- 2.2. Procedimentos metodológicos de análise..... 65
 - 2.2.1. A modalidade deôntica subjetiva e objetiva..... 90

CAPÍTULO III: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS VALORES MODAIS EXPRESSOS PELO VERBO AUXILIAR <i>DEBER</i> NO ESPANHOL PENINSULAR	96
Introdução.....	96
3.1. As diferentes expressões de modalidade manifestadas por meio do verbo auxiliar <i>deber</i>	96
3.2. A distinção das modalidades deôntica subjetiva e deôntica objetiva expressas por meio do verbo auxiliar <i>deber</i>	128
3.3. A representação das modalidades expressas por meio do verbo <i>deber</i> no Nível Representacional da GDF.....	133
CONCLUSÕES	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	145

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS, QUADROS E TABELAS

GRÁFICOS

- Gráfico 1. As modalidades expressas por meio do verbo *deber*..... 97
- Gráfico 2. A modalidade epistêmica e os matizes da modalidade deôntica expressos por meio do verbo *deber*..... 98

FIGURAS

- Figura 1. GDF como parte de uma teoria mais ampla de interação verbal, adaptada de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 6..... 20
- Figura 2. A arquitetura da GDF, adaptada de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 13..... 22
- Figura 3. A estrutura das camadas no Nível Representacional, adaptada de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 142..... 50
- Figura 4. Etapas de gramaticalização que os verbos percorrem..... 57
- Figura 5. A relação de hierarquia entre as camadas com base no âmbito de incidência..... 143

QUADROS

- Quadro 1. Relação entre o alvo de qualificação modal e o domínio semântico, adaptado de Hengeveld, 2004, p. 1193..... 31
- Quadro 2. As categorias semânticas no Nível Representacional, adaptado de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 136..... 52

Quadro 3.	A relação entre as camadas do Nível Representacional e o tipo de modalidade expressa, adaptado de Olbertz e Gasparini-Bastos, 2013, p. 279.....	54
Quadro 4.	Informações sobre as amostras do cópuz.....	65
Quadro 5.	Resumo das propriedades atribuíveis ao verbo <i>deber</i> como modalidade deôntica e epistêmica.....	128
Quadro 6.	A relação entre as camadas do Nível Representacional e o tipo de modalidade expresso, adaptado de Olbertz e Gasparini-Bastos, 2013, p. 293.....	134
Quadro 7.	A relação de escopo entre a modalidade deôntica.....	138

TABELAS

Tabela 1.	A relação entre o tipo e a orientação da modalidade nas ocorrências de <i>deber</i>	101
Tabela 2.	A relação entre tipo de modalidade e traços semânticos humano e animado do sujeito.....	104
Tabela 3.	A relação entre tipo de modalidade e agentividade do sujeito.....	111
Tabela 4.	A relação entre tipo de modalidade e tipo de pessoa gramatical.....	114
Tabela 5.	A relação entre o tipo e modo verbal.....	118
Tabela 6.	A relação entre tipo de modalidade e referência temporal.....	119

Tabela 7.	A relação entre tipo de modalidade e presença de negação imediatamente anteposta ao verbo auxiliar <i>deber</i>	124
Tabela 8.	A relação entre tipo de modalidade e presença de outros elementos modalizadores imediatamente antepostos ao verbo auxiliar <i>deber</i>	126

RESUMO

Neste trabalho, procura-se contribuir com os estudos funcionalistas de modalidade por meio da descrição e análise do verbo modal *deber* (*de*) em dados de língua falada do espanhol peninsular, sendo considerados e explicados os fatores intervenientes na interpretação deste modal. Para fundamentar a análise, realizada a partir de uma perspectiva sincrônica da linguagem, considera-se o contexto de ocorrência do verbo para avaliar os efeitos de sentidos associados a seu emprego, conforme a proposta de Hengeveld (2004), que embasa a caracterização da modalidade feita dentro da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Essa escolha se justifica pelo fato de que o estudo da modalidade necessita de um aparato que lide com as estruturas linguísticas inseridas em situações comunicativas reais da língua, e, ainda, que se reconheça que a modalidade não é uma categoria única e coerente. O contexto é concebido neste trabalho como um conjunto de parâmetros relacionados ao sujeito (como tipo de pessoa gramatical, traços semânticos [humano], [animado] e [controle]), ao tempo e modo do verbo, à presença de negação e de outros elementos modalizadores imediatamente antepostos ao modal. O desenvolvimento deste trabalho procura responder a duas questões centrais: (i) Em que medida os valores expressos pelo modal *deber* se relacionam com as unidades semânticas do Nível Representacional dentro da Gramática Discursivo-Funcional?; (ii) Que elementos linguísticos caracterizam as modalidades deônticas subjetiva e objetiva, com base na proposta de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013)? Os dados foram extraídos de amostras autênticas de fala, pertencentes ao projeto PRESEEA (*Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y de América*).

Palavras-chave: *verbo deber; modalidade; Gramática Discursivo-Funcional; espanhol falado peninsular.*

ABSTRACT

This work aims at contributing with functionalist studies of modality by means of description and analysis of the modal verb *deber* (*de*) in spoken Peninsular Spanish language data, the intervenient factors in the interpretation of this modal being considered and explained. To found the analysis, which was performed through a synchronic perspective of language, the context of occurrence of the verb is considered in order to evaluate the effects of meanings associated with its employment, according to a proposal by Hengeveld (2004), who supports the characterization of modality within Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). This choice is justified by the fact that the study of modality needs apparatus that deals with the linguistic structures that are inserted in real communicative situations of the language, and yet, it is necessary to acknowledge that modality is not a unique and coherent category. The context is conceived in this work as a group of parameters related to the subject (such as type of grammatical person, semantic features [human], [animate], and [control]), as well as to verb tense and mode, and to the presence of negation and other modalizing elements used before the modal verb. The development of this work tries to answer two key questions: (i) to which extent the values expressed by the modal *deber* relate to the semantic units of the Representational Level within Functional Discourse Grammar?; (ii) what linguistic elements characterize the objective and subjective deontic modalities, based on the proposal by Olbertz and Gasparini-Bastos (2013)? The data were extracted from authentic speech samples belonging to the project PRESEEA (*Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y de América*).

Keywords: *verb deber; modality; Functional Discourse Grammar; spoken Peninsular Spanish.*

RESUMÉN

Este trabajo tiene el objetivo de contribuir con los estudios funcionalistas sobre modalidad por medio de la descripción y del análisis del verbo modal *deber* (*de*) en datos de lengua hablada del español peninsular, siendo considerados y explicados los factores que intervienen en la interpretación de este modal. Para fundamentar el análisis, realizado a partir de una perspectiva sincrónica del lenguaje, se considera el contexto de ocurrencia del verbo para evaluar los efectos de sentidos relacionados a su empleo, según la propuesta de Hengeveld (2004), que es la base de caracterización de la modalidad dentro de la Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Esa elección se justifica por el hecho de que el estudio de la modalidad necesita de un aparato que aborde las estructuras lingüísticas producidas en las situaciones comunicativas reales de la lengua, y, además, que reconozca que la modalidad no es una categoría única y coherente. El contexto es concebido en este trabajo como un conjunto de parámetros relacionados al sujeto (como el tipo de persona gramatical, los rasgos semánticos [humano], [animado] y [controle]), al tiempo y al modo del verbo, a la presencia de negación y de otros elementos modales inmediatamente antepuestos al modal. A lo largo de este trabajo, se intenta responder a dos cuestiones centrales: (i) ¿Cómo los valores expresos por el modal *deber* están relacionados con las unidades semánticas del Nivel Representacional dentro de la Gramática Discursivo-Funcional?; (ii) ¿Cuáles son los elementos lingüísticos que caracterizan las modalidades deónticas subjetiva y objetiva, con base en la propuesta de Olbertz y Gasparini-Bastos (2013)? Los datos fueron extraídos de muestras auténticas de habla, pertenecientes al proyecto PRESEEA (*Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y de América*).

Palabras-clave: *verbo deber; modalidad; Gramática Discursivo-Funcional; español hablado peninsular.*

INTRODUÇÃO

1. Natureza e delimitação do problema

A modalidade é um campo do saber bastante conflituoso, uma vez que esse tema recebe diferentes tratamentos a depender da perspectiva científica a que se vincula. Um dos pontos problemáticos ao se lidar com a modalidade diz respeito às fronteiras entre lógica e linguística. Outro ponto está relacionado à existência ou não de enunciados modalizados. Somam-se a esse quadro as diferentes definições de modalidade, bem como as diferentes propostas de classificação dos elementos modais.

Neves (2006, p. 151) já havia advertido que a modalidade, em função da sua extrema complexidade de análise, configura-se como uma “matéria de investigação” privilegiada para os estudos relacionados à linguagem. Vários são os autores que, nas últimas décadas, se propuseram a investigar o tema em línguas variadas, com contribuições significativas, como os estudos desenvolvidos para a língua espanhola por Silva-Corvalán (1995), Skotarek (1996), Olbertz (1998), Eddington e Silva-Corvalán (2011), e para a língua portuguesa, por Neves (1996; 2000a; 2000b; 2006), Dall’Aglio-Hattner (1995, 2009), Gasparini-Bastos (1997, 2004), Casimiro (2007), Brunelli e Gasparini-Bastos (2008, 2011, 2012), dentre outros.

Nesse terreno conflituoso, a modalidade pode ser concebida como um fenômeno de caráter subjetivo, que, segundo Skotarek (1996, p. 94), diz respeito à relação entre o enunciador e o seu enunciado, ou, em outras palavras, a modalidade pode ser concebida como as “opiniões e atitudes do *Falante*”¹ diante do que ele enuncia (PALMER, 1986, p. 2).

Outra característica da modalidade que permite torná-la matéria de investigação privilegiada é a polissemia de um mesmo elemento linguístico. Segundo Neves (2000b), a interpretação de cada modal só pode ser fornecida com base nos elementos que o envolvem. Mais especificamente no caso dos verbos modais, o valor da modalidade só é possível de ser alcançado pelo recurso a traços sintáticos, semânticos e discursivos que os caracterizam.

De acordo com Coracini (1991), é necessário buscar sempre elementos que revelem a leitura adequada do modal no contexto em que é empregado, pois as marcas modais em si “não determinam *a priori* o ponto de vista do sujeito-enunciador nem as interpretações possíveis: sua presença ou ausência aponta apenas para uma possível interpretação do texto” (CORACINI, 1991, p. 120). Neste trabalho, fornecem-se evidências de que o valor do modal

¹ No original: *opinion or attitude of the speaker*.

só é definível por uma combinação de fatores de níveis sintáticos, semânticos e discursivos, que possibilitam a leitura adequada do modal.

Considerando essa polissemia que envolve os verbos modais, pretende-se, neste trabalho, descrever o verbo *deber* (*de*)² em dados do espanhol falado peninsular. Tal elemento modal foi investigado em trabalho anterior (DURIGON, 2012)³, em amostras de fala. Nos resultados da análise, pôde-se verificar que o verbo *deber* assume valores epistêmicos (50,3% das ocorrências) e deônticos (49,7% das ocorrências), em números percentuais muito próximos. Como o *cópus* de análise era bastante limitado, decidiu-se aprofundar a pesquisa realizada ampliando a quantidade de entrevistas, a fim de se verificar se esse equilíbrio entre epistêmico e deôntico se manteria. Além disso, verificou-se que esse elemento modalizador é bastante produtivo em língua espanhola e, a depender do contexto a que está circunscrito, pode apresentar diferentes valores deônticos, tais como o de necessidade, o de obrigação, e o de proibição, que não foram detalhados naquele trabalho de investigação, o que justifica a necessidade de aprofundamento das análises nesta pesquisa.

A opção pelo estudo do espanhol justifica-se porque não há muitos trabalhos descritivos realizados nessa língua sobre verbos modais, em especial trabalhos de cunho sincrônico funcional, que adotem o modelo de análise da Gramática Discursivo-Funcional. O intuito é, então, colaborar com os estudos descritivos do espanhol, mais especificamente com os estudos sobre modalidade, sendo para isso considerado o contexto de ocorrência do verbo a fim de se avaliar os efeitos de sentidos associados a seu emprego.

Para fundamentar a análise, adota-se a classificação de modalidade proposta por Hengeveld (2004), que considera o alvo da avaliação modal e o domínio semântico dessa avaliação como parâmetros de análise que oferecem as informações contextuais necessárias à descrição do verbo, além de outros fatores associados ao sujeito sentencial (pessoa gramatical, traços semânticos humano e animado, agentividade), à morfologia verbal (tempo e modo do verbo), à marca de negação anteposta ao modal e à presença de outros elementos modalizadores imediatamente antepostos ao verbo modal. Embora vários desses parâmetros já tenham sido testados em trabalhos sobre o português brasileiro, como os estudos desenvolvidos por Carrascossi (2003) e por Neves (2006), nem todos já foram aplicados a dados do espanhol.

² Conforme será explicado na análise dos dados, *deber* tem uma forma variante, *deber de*, que aparece com usos alternantes, ambas expressando obrigação e probabilidade.

³ Trata-se do projeto de Iniciação Científica “As diferentes modalidades do verbo auxiliar *deber* em dados do espanhol falado”, desenvolvido por DURIGON, V. Q., em 2012, sob orientação da Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos, no Departamento de Letras Modernas do IBILCE/UNESP.

Uma vez assumida a polissemia do verbo *deber*, este trabalho também discute seu caráter de verbo auxiliar e sua atuação como verbo constituinte de perífrase.

O cópús adotado para a análise consiste de 88 entrevistas pertencentes ao Projeto PRESEEA (*Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y de América*), selecionadas entre as cidades espanholas de Alcalá de Henares, Granada, Málaga e Valência, num total de 62 horas e 27 minutos de gravação. A adoção desse cópús representa uma contribuição relativamente nova para os estudos descritivos do espanhol, pois não há muitos trabalhos que o utilizam, visto que sua organização não está totalmente concluída. Além disso, há poucos trabalhos que utilizam o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional para analisar dados de língua falada extraídas do Projeto PRESEEA.

A análise a ser empreendida limita-se a aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos e não contempla aspectos fonológicos, embora se reconheça que a modalidade também pode ser expressa nesse nível.

Além de descrever os valores modais gerais do verbo *deber*, defende-se, ainda, para uma descrição mais adequada, a separação entre modalidade deôntica subjetiva e objetiva, com base em Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), que investigaram verbos modais em espanhol. Como esses subtipos modais podem ser expressos pelo verbo modal *deber* em espanhol, a proposta é verificar quais são os elementos que caracterizam e diferenciam o valor modal deôntico subjetivo do objetivo, ou seja, quais são os aspectos gramaticais que delimitam esses subtipos modais. Tal restrição ao verbo modal *deber* permite uma descrição mais exaustiva, o que permite confirmar (ou não) os resultados aqui obtidos com a proposta de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013).

2. Objetivos do trabalho

O objetivo central deste trabalho é descrever os valores modais expressos pelo verbo *deber* no espanhol falado peninsular, a partir de aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos que o caracterizam, com base no aparato teórico funcionalista, mais especificamente com base no modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). A análise do verbo modal *deber* pretende responder às seguintes questões:

- i. Em que medida os valores expressos pelo modal *deber* se relacionam com as unidades semânticas do Nível Representacional da Gramática Discursivo-Funcional?;

- ii. Considerando a proposta de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) para a distinção entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva, quais são os elementos gramaticais que distinguem uma leitura deôntica subjetiva de uma objetiva para o verbo modal *deber*?

Para o cumprimento do objetivo mais específico, busca-se a realização de outros objetivos mais gerais, que são discutir os valores semânticos possíveis de expressão com o verbo *deber* e discutir o estatuto de auxiliaridade do verbo.

3. Organização do trabalho

O trabalho está organizado em três capítulos. No Capítulo I, apresenta-se o aparato teórico funcionalista da Gramática Discursivo-Funcional, que embasa a presente descrição, além de ser apresentada uma conceituação geral sobre o tema da modalidade, baseada em diferentes trabalhos que tratam das noções semânticas possíveis de serem expressas por meio do verbo *deber*. Discute-se também a possibilidade de se distinguir a modalidade deôntica em subjetiva e objetiva. Ao final do Capítulo I, é desenvolvida uma discussão a respeito do estatuto de verbo auxiliar de *deber*.

No Capítulo II, são delineados os procedimentos metodológicos, tais como os procedimentos de busca do objeto, o detalhamento do *córpus* e os parâmetros utilizados para a análise dos dados. No Capítulo III, é realizada uma descrição dos dados. Por fim, nas Conclusões, são apresentados os resultados obtidos com o desenvolvimento deste trabalho, seguidos das referências bibliográficas utilizadas.

CAPÍTULO I

A QUESTÃO DA MODALIDADE E DA AUXILIARIDADE DENTRO DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Introdução

A modalidade é um tema de estudo bastante difícil de descrever, visto que, a depender da perspectiva teórica sob a qual o assunto é tratado, ela pode comportar diferentes definições. Os estudos pioneiros desse tema estão relacionados à lógica clássica e, nessa perspectiva, a modalidade é concebida como um fenômeno objetivo. A partir de conceitos lógicos, foram definidas as modalidades em termos linguísticos de possibilidade e de necessidade. Na literatura linguística contemporânea, a modalidade passa a ser concebida como um fenômeno de caráter subjetivo, em que é descrita, de acordo com Dik (1977 [1989]), como a atitude do Falante em relação ao seu enunciado e ao seu enunciador.

Considerando que a modalidade é uma forma de expressão que ocorre em todos os níveis de organização linguística, faz-se necessário delimitar o objeto de estudo aos aspectos que são aqui discutidos. Desse modo, neste trabalho, a análise é restrita à forma de expressão segmental linguística por meio do verbo modal *deber*, não sendo contemplados os aspectos suprasegmentais, como a entonação, por exemplo.

Além de atuar como verbo pleno, o verbo *deber* pode figurar em perífrases verbais como auxiliar modal, o que justifica a necessidade de se discutir o estatuto de auxiliaridade deste verbo. Segundo Gómez Torrego (1998), dentro da categorização dos verbos auxiliares há um grupo em que se incluem os verbos modais, cujo enunciado sobre o qual ele incide deve ser concebido como obrigatório, necessário, desejado ou provável.

Para lidar com a complexidade do tema da modalidade, é necessário um aparato teórico que explique a funcionalidade das expressões linguísticas dentro do sistema em que elas estão inseridas, ou seja, é necessário um modelo teórico que explique as configurações gramaticais de uma língua em situações comunicativas reais. Nessa perspectiva, foi escolhido o modelo da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), para auxiliar na descrição da modalidade enquanto marca de subjetividade linguística. Esse modelo é adequado para o desenvolvimento deste trabalho porque permite a descrição dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos de modo uno e integrado, além de possibilitar uma

análise em que as unidades linguísticas sobre as quais uma expressão modal incide são descritas/ estratificadas em níveis e camadas.

A GDF teve origem no modelo funcionalista da Gramática Funcional (doravante GF), proposta por Dik (1997 [1989]). Esses dois modelos apresentam relação no que diz respeito à visão de língua e linguagem, uma vez que ambos, por serem de cunho funcionalista, consideram a língua como um instrumento de interação social cuja função é estabelecer comunicação entre os interlocutores (DIK, 1997 [1989]; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

No que diz respeito à linguagem humana, a GDF e a GF consideram dois sistemas de regras como subjacentes ao processo de produção linguística: (i) as regras que regem a constituição das expressões linguísticas; e (ii) as regras que regem os padrões de interação social, isto é, as regras pragmáticas. Esses modelos, no entanto, diferenciam-se e desvinculam-se na medida em que a GDF permite o desenvolvimento de uma análise com base no discurso e propõe uma arquitetura com uma motivação psicológica mais clara.

Ao proporem que a GDF é um modelo de análise baseado no discurso, Hengeveld e Mackenzie (2008) esclarecem que o termo *discurso* não é como o concebido por outras teorias linguísticas que tratam apenas da organização textual ou apenas da formação ideológica, e sim um modelo mais amplo de interação verbal, em que a descrição das unidades linguísticas deriva da situação comunicativa.

Na seção 1.1 é explicado o modelo da GDF de modo sucinto; na seção 1.2 são pontuados alguns aspectos da arquitetura da GDF, bem como os níveis que ela apresenta. Na seção 1.3, são explicados os conceitos gerais de modalidade; nas subseções seguintes (1.3.1; 1.3.2; 1.3.3; 1.3.4; 1.3.5), são apresentados os valores modais propostos por Hengeveld (2004), havendo um maior detalhamento apenas dos valores possíveis de expressão por meio do verbo *deber*; na seção 1.4, é discutida a noção de subjetividade na modalidade deôntica, bem como os elementos que podem auxiliar na sua definição. Na seção 1.5, é detalhado o nível em que as modalidades estão alojadas dentro da GDF. Por fim, na seção 1.6, são apresentados conceitos gerais que contribuem para a discussão da natureza auxiliar de *deber* e na seção 1.7 são discutidos alguns aspectos que permitem classificar um verbo como um elemento constituinte de perífrase.

1.1. O modelo da GDF e os padrões de adequação

A organização do modelo da GDF segue uma estrutura *top-down*, isto é, uma estrutura descendente, que se inicia com a intenção comunicativa do Falante até chegar à articulação

das expressões linguísticas. Tal organização é relevante porque reflete o processamento linguístico do Falante, o que comprova a sua adequação psicológica. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 2), no entanto, ressaltam que ainda que a GDF compartilhe de hipóteses de processamento linguístico na sua arquitetura, ela não é um modelo do Falante, e sim uma teoria gramatical. Por meio dessa teoria, é possível verificar como as línguas naturais codificam as intenções e conceitualizações do Falante, conforme se pode observar nas próprias palavras dos autores:

A GDF tem por objetivo compreender como as unidades linguísticas são estruturadas em termos da realidade que elas descrevem e das intenções comunicativas com as quais elas são produzidas, e molda isso em uma implementação dinâmica da gramática (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2).⁴

O modelo organizado em uma arquitetura *top-down* permite, além da adequação psicológica, uma adequação pragmática, visto que a organização descendente é uma pré-condição para a existência de uma teoria gramatical que visa a descrever não só a oração (*clause*, na proposta de Dik, 1997 [1989]) como também unidades discursivas maiores ou menores. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), nesse modelo funcionalista, a oração é apenas uma das opções de que o Falante dispõe para o desenvolvimento do seu discurso, o que justifica o fato de o processo de formulação preceder o processo de codificação linguística. Para cumprir com esse padrão de adequação pragmática, a GDF propõe como unidade básica de análise o *Ato discursivo*.

O Ato discursivo pode ser compreendido como “a menor unidade identificável de comportamento comunicativo” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 4).⁵ Em outras palavras, o Ato discursivo é uma unidade mínima que apresenta algum valor discursivo, isto é, que faz sentido dentro de uma determinada situação de interação social, como, por exemplo, interjeições (*Olá!*), vocativos (*Ei, você!*) ou expressões formulaicas (*Bom dia!*). Esses elementos podem coincidir com os turnos comunicativos, mas não necessariamente.

Os Atos discursivos podem ser manifestados nas línguas naturais por meio de orações, fragmentos oracionais completamente gramaticais, frases ou palavras. Podem, ainda, ser combinados em estruturas discursivas maiores, como o Movimento (*Move*).

⁴ No texto original: *FDG aims to understand how linguistic units are structured in terms of the world they describe and the communicative intentions with which they are produced, and molds this in a dynamic implementation of the grammar.*

⁵ No texto original: *the smallest identifiable unit of communicative behaviour.*

Considerando tais padrões de adequação (psicológica e pragmática), Hengeveld e Mackenzie (2008) definem a GDF como sendo um *Componente gramatical* de um modelo de interação verbal mais amplo que se associa aos outros Componentes não gramaticais (tais como o *Componente conceitual*, o *Componente contextual* e o *Componente de saída*) por meio de operações de formulação e operações de codificação durante o processo de produção linguística, como se pode observar na figura 1, reproduzida a seguir:

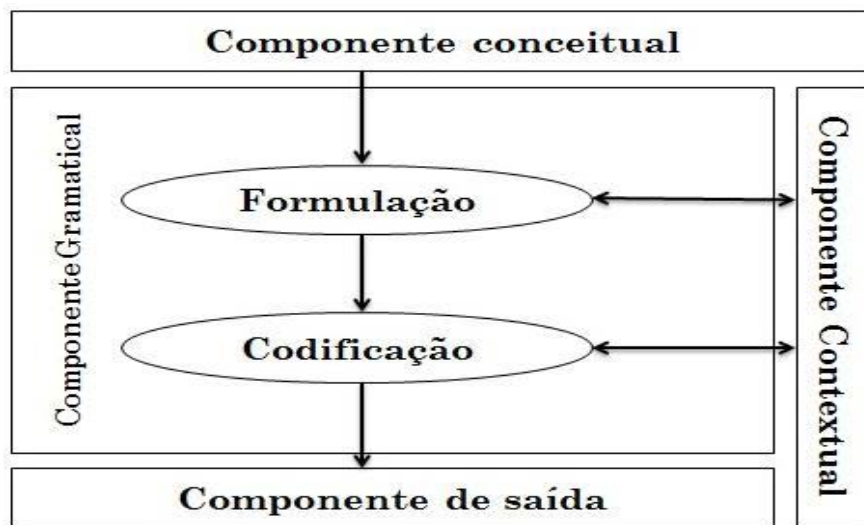


Figura 1: GDF como parte de uma teoria mais ampla de interação verbal (adaptada de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 6).

Nessa figura, pode-se observar que as setas indicam o processo de interação entre o Componente gramatical e os Componentes não gramaticais, além de indicar a organização *top-down* do modelo. Observa-se, ainda, que o Componente contextual é responsável por fornecer informações/elementos que contribuem para o desenvolvimento do Componente gramatical.

Como o Componente gramatical se comunica com os demais Componentes não gramaticais por meio das operações de formulação e de codificação, é necessária a compreensão de tais operações linguísticas. A formulação faz referência aos processos dinâmicos da língua, ou seja, “diz respeito às regras que determinam o que constitui representações semânticas e pragmáticas subjacentes válidas em uma língua” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2).⁶ Trata das funções linguísticas, dos modos pelos quais os Componentes são ordenados e do modo como o Falante modela as suas mensagens. Por sua vez, a codificação converte as informações processadas durante a formulação em estruturas

⁶ No texto original: *Formulation concerns the rules that determine what constitute valid underlying pragmatic and semantic representations in a language.*

linguísticas codificadas (ou seja, em representações morfossintáticas e fonológicas). Trata, pois, da forma linguística.

O Componente gramatical é a própria GDF que interage de diferentes maneiras com os demais Componentes não gramaticais. Esse Componente consiste em quatro níveis interagentes de organização modular e hierárquica, que serão explicados na seção seguinte.

O Componente conceitual diz respeito às informações a que os interlocutores têm acesso antes do momento da fala, ou seja, diz respeito às informações gerais sobre tudo o que os interlocutores conhecem, às representações mentais desses interlocutores e pode ser compreendido como a “força motriz por trás do Componente gramatical como um todo” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 7).⁷ Conforme apontam os autores

o Componente conceitual é responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente quanto das conceitualizações associadas relativas a eventos extralinguísticos relevantes (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 6).⁸

O Componente contextual diz respeito aos dados utilizados pelo Componente gramatical na construção dos enunciados, ou em outros termos, diz respeito ao co-texto e ao contexto (situação comunicativa) durante a interação verbal. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 6), “o Componente contextual contém a descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente, do contexto real perceptível em que ocorre o evento de fala e das relações sociais entre os participantes”.⁹ Trata de informações partilhadas (informações de longo prazo) ou situacionais (informações imediatas ou de curto prazo).

Por fim, o Componente de saída diz respeito à conversão das informações provenientes do Componente gramatical em expressões acústicas (em língua falada), simbólicas (em língua de sinal) e ortográficas (em língua escrita).

1.2. A arquitetura da GDF

A análise dos valores modais expressos pelo verbo *deber* será realizada com base no modelo funcionalista da GDF. Em função da organização descendente que esse modelo

⁷ No texto original: *The Conceptual Component is the driving force behind the Gramatical Component as a whole.*

⁸ No texto original: *The Conceptual Component is responsible for the development of both a communicative intention relevant for the current speech event and the associated conceptualizations with respect to relevant extra-linguistic events.*

⁹ No texto original: *The Contextual Component contains a description of the content and form of preceding discourse and of the actual perceivable setting in which the speech event takes place and of the social relationships between Participants.*

apresenta, os elementos modalizadores são, primeiramente, representados no Componente conceitual, em seguida, são formulados e codificados no Componente gramatical, interagindo com os Componentes contextuais, e terminam com a articulação de expressões linguísticas no Componente de saída (*output*), conforme se pode verificar na arquitetura da GDF, reproduzida na figura 2.

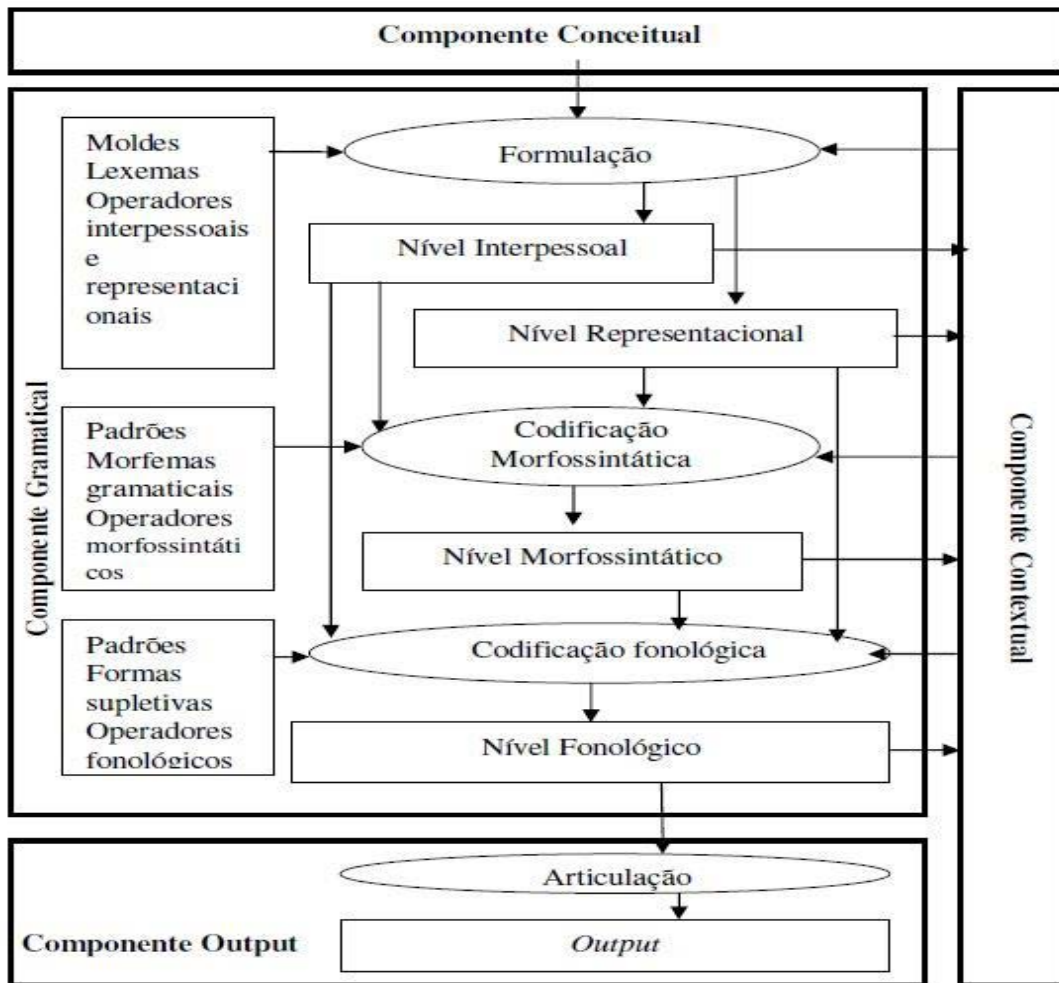


Figura 2: A arquitetura da GDF (adaptada de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 13).

Nessa organização descendente, pode-se observar que as elipses simbolizam os processos de operações linguísticas, como a formulação e a codificação, enquanto os retângulos simbolizam os níveis de representação produzidos por essas operações. Os quadrados, por sua vez, representam os primitivos (elementos) usados durante os processos de operações. A ligação entre todas essas estruturas é representada pelas setas: as setas horizontais mostram os elementos (os primitivos e o Componente contextual) que auxiliam no desenvolvimento dos processos de operações, enquanto as setas verticais mostram o percurso

de uma informação durante o processo de sua produção linguística (da estrutura mais alta até a estrutura mais baixa do modelo).

Embora Hengeveld e Mackenzie (2008) apresentem um modelo gramatical em que todas as etapas de formulação e de codificação da produção linguística são previstas em diferentes níveis linguísticos e para diferentes línguas, os autores advertem que não é necessário que uma unidade linguística percorra todas essas etapas, uma vez que apenas os níveis necessários para a produção de um enunciado devem ser considerados na sua análise.

Dentro desse modelo, o Componente Gramatical é composto por quatro níveis interatuantes de organização também hierárquica, que são: o Nível Interpessoal, o Nível Representacional, o Nível Morfossintático e o Nível Fonológico. Durante a operação de formulação as unidades linguísticas são descritas nos níveis Interpessoal e Representacional, que lidam com a função comunicativa. Já as operações de codificação se interligam aos níveis Morfossintático e Fonológico, que representam a forma linguística.

De modo sucinto, pode-se afirmar que o Nível Interpessoal relaciona-se à pragmática, diz respeito à interação entre Falante e *Ouvinte*; o Nível Representacional relaciona-se à semântica, ou seja, ao significado das unidades linguísticas; o Nível Morfossintático relaciona-se aos aspectos estruturais de unidades linguísticas; o Nível Fonológico abarca todos os aspectos de codificação não abrangidos pelo Nível Morfossintático, ou seja, inclui padrões prosódicos e elementos segmentais.

Na proposta da GDF, cada um desses níveis está organizado de modo próprio. O que todos os níveis têm em comum é o fato de terem uma organização hierarquicamente ordenada em camadas. Como estrutura geral dessas camadas dentro dos níveis, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 14) sugerem a seguinte representação:

$$(\pi v_1: [\text{núcleo } (v_1)_\Phi]: [\sigma (v_1)_\Phi])$$

Por essa estrutura de representação geral das camadas, é proposto que cada camada possui uma variável (V_1), que é restringida por um núcleo (elemento obrigatório a todas as camadas) ou por um modificador (σ , elemento opcional). Cada camada pode, ainda, ser especificada por um operador (π) ou ter uma função (Φ). Os núcleos e os modificadores dizem respeito às estratégias lexicais, enquanto os operadores e as funções dizem respeito às estratégias gramaticais. A diferença central entre os operadores e as funções reside no fato de as funções serem relacionais, isto é, atuarem em unidades de diferentes camadas, enquanto os operadores se aplicam apenas à própria unidade.

É importante observar que todos os níveis do Componente gramatical “são de natureza puramente linguística, captam a língua em termos de suas funções, mas somente na medida em que tais funções são codificadas na gramática de uma língua” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 15).¹⁰

Uma vez compreendida a teoria mais ampla de interação verbal adotada neste trabalho, é necessário delinear os aspectos semânticos que caracterizam o tema da modalidade, bem como os possíveis valores de expressão modal por meio do verbo *deber*. A próxima seção é dedicada aos conceitos gerais de modalidade, sendo seguida pela discussão da subjetividade na modalidade deôntica e pelo tratamento dado à modalidade no âmbito da GDF.

1.3. Conceitos gerais de modalidade

O estudo das modalidades caracteriza-se como algo extremamente complexo pelo fato de não haver consenso na literatura sobre a sua conceituação e delimitação. Essa complexidade configura-se não apenas porque a modalidade vem sendo tratada em diferentes áreas (como na filosofia, psicologia e linguística), mas também porque, dentro de uma mesma perspectiva teórica, há diferentes pontos de vista sobre o tratamento adequado para o tema. Tal dificuldade de conceituação, de acordo com Cervoni (1989), leva a problemas de delimitação, o que, por sua vez, parece despertar e justificar interesse de investigação por parte dos estudiosos da linguagem.

Um dos pontos problemáticos ao se lidar com o tema da modalidade diz respeito à falta de clareza existente entre os limites das noções lógicas e os limites das noções linguísticas. Os primeiros estudos realizados sobre a modalidade são encontrados na lógica antiga e centrados em regras abstratas, as quais estabelecem que as noções lógicas do “possível” e do “necessário” apresentam-se numa relação de oposição às noções do “impossível” e do “contingente”. A partir dessas regras abstratas são estabelecidos os conceitos de “real”, de “necessário” e de “provável” (NEVES, 1996, 2000b, 2006). Nessa perspectiva, compreende-se o real como a marca de expressão mais neutra (objetiva) da linguagem, encontrada na literatura como modalidade alética.

A modalidade alética, que é o primeiro tipo de modalidade encontrado na literatura clássica sobre o tema (LYONS, 1977b; PALMER, 1979, 1986), refere-se às noções de verdade da proposição e, por essa razão, é concebida como a forma de expressão mais neutra

¹⁰ No texto original: *the representations at all levels are purely linguistic in nature, so that only those distinctions are provided that are actually reflected in the grammar of the language involved.*

da língua, conforme exemplificado pela seguinte asserção, reproduzida de Coracini (1991, p. 39):

(01) A água ferve a 100°.

Ao enunciar (01), o enunciatário produz uma afirmação de certeza absoluta, sem marcas modais explícitas, o que normalmente é interpretado como um enunciado “neutro”, isto é, sem julgamentos explícitos do Falante com relação ao que enuncia. A forma assertiva de frase é a que exprime maior grau de certeza por parte do enunciador porque não deixa espaços para dúvidas ou refutações, de modo que a asserção configura-se, conforme sugere Coracini (1991), como uma verdade factual.

Com base na modalidade alética, são definidas as modalidades “em termos de expansão de universos possíveis” e “em termos de universos ideais” (MIRANDA, 2005). Pode-se afirmar, junto com Skotarek (1996), que a modalidade alética é considerada objetivamente como a propriedade das relações, e a partir dela são definidas as categorias de possibilidade e de necessidade, conforme exemplificam, respectivamente, as seguintes paráfrases:

(02) A água **provavelmente** ferve a 100°.

(03) A água **deve** ser fervida a uma temperatura de 100°. ¹¹

Os exemplos mostram que a depender de como o Falante enuncia, ele irá relativizar a verdade do seu enunciado. Desse modo, ao enunciar (02), o Falante não sabe ao certo em qual temperatura a água ferve. Ele pode imaginar que, dentre os universos possíveis, há um mundo no qual a água irá ferver a 100 graus ou um mundo em que a água terá necessariamente que ser fervida a 100 graus, como em (03). Esses valores lógicos de possibilidade e de necessidade permitem classificar, além da modalidade alética, outros dois tipos modais, que são a modalidade epistêmica e a modalidade deôntica. A primeira, modalidade epistêmica, está relacionada à certeza e possibilidade, isto é, está relacionada ao conhecimento e à crença do enunciador no que diz respeito à verdade do conteúdo expresso na proposição, enquanto a segunda, modalidade deôntica, está relacionada com o reconhecimento, por parte do

¹¹ A estrutura passiva do exemplo (03), isto é, sem agente (*deve ser fervida*) leva à interpretação deôntica do enunciado, uma vez que, na forma ativa (*a água deve ferver a uma temperatura de 100°*), a leitura se tornaria no mínimo ambígua entre necessidade e probabilidade.

enunciatório, da obrigação ou da necessidade de um agente em se comprometer com a realização do Estado-de-Coisas contido no enunciado.

As noções lógicas foram revisadas por Von Wright (1951, *apud* Palmer, 1979) e por Blanché (1969, *apud* Neves, 2006), que propuseram outros sistemas modais, que contribuíram para o desenvolvimento de pesquisas linguísticas relacionadas ao tema da modalidade. No entanto, como já havia sido reforçado por Palmer (1979) e por Neves (1996, 2000b, 2006), ao analisarem dados de línguas naturais, a modalidade linguística desvincula-se dos modelos lógicos propostos porque “os sistemas lógicos formais são sistemas idealizados, enquanto as línguas naturais são notoriamente desordenadas” (PALMER, 1979, p. 7)¹², mas dentro de uma lógica que lhe é própria.

Dentre os valores modais lógicos discutidos até aqui, são possíveis de expressão, em línguas naturais, apenas a modalidade deôntica e a modalidade epistêmica (LYONS, 1977b; PALMER, 1979, 1986; CORACINI, 1991; NEVES, 1996, 2000b, 2006), uma vez que esses valores constituem estratégias argumentativas por meio das quais se pode observar a intencionalidade do interlocutor, como a expressão de dúvida ou de certeza (modalidade epistêmica) ou de necessidade, obrigação e proibição (modalidade deôntica), diferentemente da modalidade alética (assertiva) que, relacionada aos sistemas formais, equaciona apenas os valores de verdade do enunciado e não a intencionalidade do interlocutor. Assim, a modalidade alética é excluída deste trabalho. A justificativa para essa exclusão está fundamentada no fato de que a modalidade alética não considera o sujeito na situação comunicativa em que ele está inserido (CORACINI, 1991, p. 120; DALL’AGLIO-HATTNER, 1995, p. 71).

Considerando esse terreno conflituoso entre os limites dos conceitos lógicos e os limites dos conceitos linguísticos, opta-se, neste trabalho, por tratar a modalidade sob a luz de uma definição mais genérica. Assim, compartilha-se aqui do ponto de vista de Quirk et al (1985, p. 219), que compreendem a modalidade como “o modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do Falante sobre a probabilidade da proposição expressa pela frase ser verdadeira”.¹³

Nessa perspectiva, parece evidente que as noções de subjetividade e de comprometimento, em termos de graus de certeza da verdade que se enuncia, são essenciais

¹² No texto original: *logical systems are idealized systems, while natural languages are notoriously untidy.*

¹³ No texto original: *the manner in which the meaning of a clause is qualified so as to reflect the speaker’s judgment of the likelihood of the proposition it expresses being true.*

para a compreensão de modalidade. Coracini (1991, p. 113) corrobora esse ponto de vista, ao afirmar que a modalidade é

a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere.

Desse modo, ao se fazer considerações gerais sobre as modalidades, pode-se afirmar que a linguagem humana é repleta de intencionalidade e a todo momento são introduzidos elementos modalizadores nos enunciados (NEVES, 1996, p. 164).

Segundo Coracini (1991), todo enunciado contém um *dictum* (um dito/ um conteúdo proposicional) e um *modus* (uma modalidade, um ponto de vista do enunciador frente ao que ele enuncia). Ou seja, em todo enunciado há uma relação entre o enunciador e o seu enunciado.

O caráter subjetivo da modalidade, em termos da avaliação da verdade da proposição, também é reiterado por Neves (1996, p. 171-172), que estuda os elementos modalizadores em língua portuguesa. Para a autora,

É muito improvável que o enunciado se possa manter como um asserção descompromissada das intenções e das necessidades que o Falante assevera; é muito improvável, afinal, que um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do Falante.

Nessa proposta da modalidade como elemento subjetivo e inerente da linguagem humana, Neves (2006, p. 152) sugere que a modalidade seja considerada como “uma categoria automática” das línguas naturais. Em consonância com tais propostas, Ilari e Basso (2008, p. 320) também compreendem a modalidade como comprometimento do enunciador com relação ao fato expresso. Segundo os autores, “ao modalizar, o Falante considera um Estado-de-Coisas, geralmente real, à luz de alternativas que têm seus limites fixados a partir de um fundo de conhecimentos, valores ou obrigações.”

Com base nessas definições de modalidade, é possível notar que a verdade de um enunciado em línguas naturais não é sempre absoluta; ao contrário, ela é relativa, pois ao enunciar, o enunciador pode escolher relativizar a verdade, ou seja, enunciá-la parcialmente ao seu interlocutor. Por meio dos elementos chamados modalizadores, o enunciador escolhe se dirá (ou não) uma verdade absoluta, ao mesmo tempo em que escolhe comprometer-se (ou não) com a verdade do que enuncia. Dentro dessa perspectiva de relativização do

falar/escrever é que se define a modalidade como sendo uma manifestação subjetiva da linguagem. Como afirma Narrog (2012, p. 7), “quando lidamos com a modalidade, nós estamos lidando com os julgamentos do Falante e com suas visões sobre o mundo, e não com a realidade fora da linguagem.”¹⁴

A visão de subjetividade da modalidade permite verificar, além da relativização da verdade de um enunciado, os graus dessa relativização, que podem ser tratados como um *continuum*. Nesse *continuum* se interpõem nuances entre um extremo de domínio da modalidade e outro domínio, conforme mostram as ocorrências:¹⁵

(04) I.: **Es seguro que** se va a morir porque es la más pequeña de todas y ha salido canija y que muy melindres. (43H-AH31) → Certeza

‘É certeza que vai morrer porque é a mais pequena de todas e saiu franzina e muito melindre.’

(05) I.: Yo ya te digo que recuerdo poco, **probablemente** sea por haberlo visto en fotos ¿no? (32H-GR09) → probabilidade

‘Eu me lembro pouco, provavelmente seja por tê-lo visto em fotos, né?’

(06) I.: **Quiero que** la lea para septiembre. (32M-GR11) → desejo

‘Eu quero que você a leia para setembro.’

(07) I.: La familia es el núcleo de donde **tiene que** salir la mayor parte de la formación en como persona de un de un niño. (22M-GR27) → obrigação

‘A família é o núcleo de onde tem que sair a maior parte da formação de uma criança como pessoa.’

De acordo com as ocorrências, o Falante, ao utilizar o recurso lexical da modalidade, assume a avaliação como subjetiva, pessoal, e a certeza que exprime em seus enunciados já não tem a mesma intensidade do que em uma frase assertiva. Assim, nos casos supracitados, enquanto em (04), o Falante reforça a certeza de um conteúdo proposicional ser verdadeiro, em (05), apresenta um conteúdo proposicional como provavelmente verdadeiro; diferentemente, em (06), exprime o desejo, e, em (07), a obrigatoriedade de realização de um Estado-de-coisas.

¹⁴ No texto original: *When dealing with modality, we are dealing with speakers' judgments expressing their world view, and not a reality outside language.*

¹⁵ Na sequência de cada exemplo espanhol extraído do cópuz em análise, são oferecidas traduções para a língua portuguesa.

Outro ponto que gera dificuldade para a conceituação e delimitação do tema da modalidade está relacionado ao fato de que um mesmo valor modal pode ser expresso por diferentes formas (NEVES, 1996, p. 165-166), como se pode observar nos seguintes casos extraídos do *cópus* deste trabalho, com valores de possibilidade/ probabilidade:

(08) I.: **Es posible que** hasta haya un partido lucido y con goleada o por lo menos con abundancia de goles y con triunfo español. (49H–AH13)

‘É possível que até haja um excelente jogo e com goleada, ou, ao menos, com um número significativo de gols e com vitória espanhola.’

(09) I.: Hay casitas bajas que son bastante antiguas también que **pueden** ser del año cincuenta. (14H–AH02)

‘Há casinhas baixas que são, também, bastante antigas, que podem ser dos anos cinquenta.’

(10) I.: sí, tengo muchas, tengo bastantes **debo** tener un centenar o algo así, no sé, nunca las he contado. (712H–MA22)

‘Sim, tenho muitas, tenho bastante, devo ter uma centena, ou alguma coisa assim, não sei, nunca contei.’

(11) I.: Conozco a mis vecinos y **posiblemente** eso en una ciudad mayor pues se deshumaniza. (32H–GR08)

‘Conheço meus vizinhos e, possivelmente, isso se desumaniza em uma cidade maior.’

Nessas ocorrências, pode-se notar que o valor modal de possibilidade aparece veiculado pela construção *es posible que* em (08), pelos verbos modais *poder* e *deber* em (09) e em (10), respectivamente, e pelo advérbio *posiblemente* em (11). O inverso também é verdadeiro no que tange à modalidade: uma mesma forma lexical pode expressar diferentes valores modais, como se pode verificar nos exemplos aqui propostos:

(12) Carlos **deve** sair do trabalho por volta das 18h. → probabilidade

(13) Você **deve** sair agora! → obrigação

(14) Eu **deveria** ter nascido homem. → desejo

Os valores privilegiados na leitura desses exemplos são, respectivamente, de probabilidade em (12), de obrigação em (13) e de desejo em (14). Observa-se que os valores dos exemplos mencionados são considerados como “leitura privilegiada” porque a forma da

modalidade é apenas uma pista para se avaliar os efeitos de sentidos que se produzem em um enunciado, de modo que o seu valor modal é sempre verificado pela combinatória de elementos linguísticos e extralinguísticos que o circundam (NEVES, 1996; 2000b; 2006).

Ao reconhecer que o tema da modalidade é um campo do saber bastante conflituoso, parece necessário assumir os conceitos gerais que são relevantes para a proposta de trabalho a ser desenvolvida. Considera-se, neste trabalho, que, em línguas naturais, os elementos comuns relevantes para a interpretação de modalidade são a subjetividade e o *continuum* dessa subjetividade, já que todo enunciado permite observar o julgamento do sujeito enunciador, seja de modo explícito ou implícito, bem como permite observar os graus com que essa avaliação do enunciador é relativizada.¹⁶

Na perspectiva linguística funcional, diversos autores buscaram explicações para o tratamento da modalidade, com base em diferentes pontos de vista sobre a linguagem, priorizando aspectos ora puramente sintáticos, ora semânticos, ora pragmáticos, como já havia advertido Coracini (1991). Neste trabalho, privilegia-se um tratamento das modalidades em que os aspectos sintáticos, semânticos e discursivos sejam vistos de modo integrado, mais especificamente, privilegia-se o tratamento das modalidades proposto por Hengeveld (2004), retomado por Hengeveld e Mackenzie (2008) no âmbito da Gramática Discursivo-Funcional.

Na classificação tipológica sugerida por Hengeveld (2004), as modalidades são classificadas com base nos domínios semânticos que elas designam, em cinco tipos:

- i) modalidade facultativa;
- ii) modalidade deôntica;
- iii) modalidade volitiva;
- iv) modalidade epistêmica;
- v) modalidade evidencial.

Além dos valores semânticos modais, Hengeveld (2004) propõe ainda que a modalidade seja distinguida com relação ao alvo da avaliação, ou seja, o escopo sobre o qual recai a modalidade, a fim de se verificar as nuances de foco da qualificação modal. Esse conceito parece crucial para se compreender se a força modal deve ser interpretada como algo genérico (modalidade orientada para o evento), se deve ser interpretada como algo designado a um ser específico (modalidade orientada para o participante) ou se deve ser interpretada

¹⁶ Conforme já explicado anteriormente, este trabalho não tratará da modalidade alética, sendo considerados apenas os elementos da subjetividade e do *continuum*.

como uma atitude subjetiva do enunciador diante do que ele enuncia (modalidade orientada para a proposição).

No quadro a seguir, reproduzido de Hengeveld (2004), é possível observar o entrecruzamento desses dois critérios de avaliação modal (alvo e domínio semântico):

Alvo da avaliação/ Domínio semântico	Participante	Evento	Proposição
Modalidade Facultativa	+	+	-
Modalidade Deôntica	+	+	-
Modalidade Volitiva	+	+	+
Modalidade Epistêmica	-	+	+
Modalidade Evidencial	-	-	+

Quadro 1: Relação entre o alvo de qualificação modal e o domínio semântico (adaptado de Hengeveld, 2004, p. 1193).

Essa classificação merece uma certa revisão, pois a evidencialidade tem sido tratada como uma categoria separada, como será comentado mais adiante. Além disso, a existência de uma modalidade volitiva orientada para a proposição é questionada por Hengeveld e Mackenzie (2008). Tal questionamento é justificado pelo fato de esse foco de qualificação modal (orientação para a proposição) estar relacionado apenas à avaliação do conteúdo proposicional em termos de verdade ou falsidade, e não em termos de deseabilidade do enunciador (OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013, p. 292). Apesar dessas observações, os domínios semânticos propostos por Hengeveld (2004) são bastante adequados para se lidar com os valores modais, bem como bastante úteis para o cumprimento da proposta deste trabalho, uma vez que por meio dessa classificação podem ser contemplados tanto os valores semânticos modais como o âmbito de incidência desses valores.

Na sequência, serão descritos os subtipos modais propostos pelo autor, com um detalhamento maior dos valores deôntico, volitivo e epistêmico, possíveis de serem expressos por meio do verbo modal *deber*, objeto de estudo deste trabalho.

1.3.1. A Modalidade Facultativa

De acordo com Hengeveld (2004, p. 1193), a modalidade facultativa “está relacionada às capacidades intrínsecas ou adquiridas”¹⁷ do participante. Esse tipo modal pode ser

¹⁷ No texto original: *Facultative modality is concerned with intrinsic or acquired capacities.*

concebido na literatura como equivalente à modalidade *dinâmica* (PALMER, 1979, 1986; KLINGE, 1996; NEVES, 2006; DALL'AGLIO-HATTNER, 2008). As seguintes ocorrências mostram esse valor modal:

(15) I.: Yo no he estudiado formalmente inglés, pero bueno, lo entiendo, no lo hablo ¿no? **soy capaz de** decir tres cosas. (32H-GR07) → capacidade mental

‘Eu não estudei inglês formalmente, mas, eu entendo, não falo, sabe? Sou capaz de dizer três coisas.’

(16) I.: Una vez subiendo las cuerdas yo **he sido incapaz** en mis ocho años de primaria subir la cuerda. (31H-GR02) → capacidade física

‘Uma vez, quando eu tinha oito anos na escola primária, eu fui incapaz de subir na corda.’

Na ocorrência (15), trata-se da capacidade mental do informante; pode-se afirmar que o Falante, em razão da sua falta de estudo na língua inglesa, tem condições intelectuais limitadas para desenvolver a atividade designada no predicado verbal. Já na ocorrência (16), tem-se um caso referente à capacidade física. O informante não teve condições físicas de desenvolver determinado tipo de atividade (*subir la cuerda*).

1.3.2. A Modalidade Deôntica

Conforme aponta Hengeveld (2004, p. 1193), a modalidade deôntica “diz respeito ao que é (legal, social ou moralmente) permitido”¹⁸, obrigatório ou proibido. Por essa definição, é possível tanto se considerar o reconhecimento de uma autoridade como força superior responsável por instaurar ‘deveres’ a uma outra entidade (modalidade orientada para o participante), como a existência de conjuntos de normas convencionalizadas social e/ou legalmente (modalidade orientada para o evento), conforme se pode observar no entrecruzamento dos critérios modais no quadro 1 deste Capítulo.

Observa-se, no quadro, que a modalidade deôntica pode ter como foco da qualificação o participante ou o evento. Quando a modalidade está orientada para o participante, a qualificação modal recai sobre um ser animado específico, conforme afirma Hengeveld (2004, p. 1194): “modalidades deônticas orientadas para o participante descrevem um participante

¹⁸ No texto original: *deontic modality is concerned with what is (legally, socially, morally) permissible*.

que está sob a obrigação ou tem permissão para se engajar no evento designado pelo predicado”.¹⁹ Esse foco modal pode ser verificado na ocorrência (17):

(17) I: Y **debo de** decir pues que uno es joven y cuando uno es joven tiene la obligación de oponerse a todo. (33H–GR15)

‘Eu devo dizer que quando alguém é jovem tem a obrigação de se opor a tudo.’

Na ocorrência (17), pode-se verificar que a qualificação modal recai sobre um ser específico, aqui recuperado por meio da desinência verbal de primeira pessoa referente ao pronome *yo*, que ao mesmo tempo exerce os papéis de enunciador da sentença e agente da ação. Assim, o enunciador impõe a si mesmo a obrigação de se engajar no evento *decir*.

Quando a modalidade está orientada para o evento, o que está em foco é a descrição de um Estado-de-Coisas deôntico. Nas palavras de Hengeveld (2004, p. 1195), “as modalidades deônticas orientadas para o evento caracterizam os eventos em termos do que é obrigatório ou permitido dentro de algum sistema de convenções morais ou legais.”²⁰ Esse foco de qualificação representa regras gerais, e, normalmente, associa-se ao uso de construções impessoais. A ocorrência (18) parece ilustrar bem essa qualificação modal:

(18) I: ¿Tú crees que **se debe** tratar de usted a la gente, es decir, que puede debe haber este tipo de relación o este tipo de respeto? (18M–AH06)

‘Você acha que se deve tratar por senhor ou senhora as pessoas, isto é, que pode, que deve haver este tipo de relação ou respeito?’

Na ocorrência (18), verifica-se um caso de modalidade deôntica cujo foco de qualificação é o evento descrito. Por meio de uma partícula de impessoalidade, *se*, o enunciador descreve um Estado-de-Coisas como necessário, porém não o impõe sobre pessoas específicas do contexto.

Como já mencionado anteriormente, a modalidade deôntica teve seus primeiros estudos embasados em conceitos lógicos, relacionados a noções como necessário, possível e impossível. A partir dessas noções lógicas, definem-se as noções de conduta, relacionadas com valores de obrigatoriedade, permissão e proibição (MIRA MATEUS et al, 1983; CERVONI, 1989; VAN DER AUWERA; PLUNGIAN, 1998). Assim, “algo obrigatório” é

¹⁹ No texto original: *deontic participant-oriented modalities describe a participant's being under the obligation or having permission to engage in the event type designated by the predicate.*

²⁰ No texto original: *deontic event-oriented modality characterizes events in terms of what is obligatory or permitted within some system of moral or legal conventions.*

considerado verdadeiro em todos os universos ideais, e “algo permitido” é verdadeiro em algum dos universos ideais (MIRANDA, 2005), como ilustram os exemplos propostos:

- (19) Você **deve** sair às 10h da manhã. → obrigação
 (20) Você **pode** sair às 10h da manhã. → permissão

Ao enunciar (19), o enunciador, por meio do emprego do verbo *dever*, estabelece a obrigação que seu interlocutor tem de se engajar no evento designado na predicação. Esse exemplo pode ser parafraseado por “É obrigatório que o evento ocorra”. Quanto a (20), por meio do emprego do verbo modal *poder*, o enunciador concede uma permissão ao seu interlocutor para realizar o evento designado na predicação, que pode ser parafraseado por “É permitido que o evento ocorra”.

Tais valores de permissão e de obrigação, que inferem um ato performativo, são tradicionalmente aceitos pelos linguistas sob o rótulo de modalidade deôntica, embora outros autores rotulem essas noções de modo distinto, como Coates (1995), que fala em modalidade de raiz, e Heine (1995), que fala em modalidade orientada para o agente. Como as terminologias propostas por Coates e por Heine podem admitir outras noções além de permissão e de obrigação, prefere-se, neste trabalho, que os valores de conduta sejam tratados como modalidade deôntica.

Nesse campo de “obligatoriedade/permissão/proibição” há sempre a ideia, ainda que implícita, de uma força superior que impõe, permite ou proíbe a ocorrência de um evento. Essa força pode ser o próprio enunciador, ou alguma outra entidade humana, ou, ainda, uma instituição moral ou religiosa, conforme aponta Heine (1995, p. 29-30).

Dentro desse sentido de obligatoriedade/ proibição como força, deve-se ainda observar a necessidade de reconhecimento, pelo interlocutor ou agente, dessa força como uma autoridade superior, que pode (ou não) ser humana. Nas palavras de Lyons (1977b, p. 824), “se x reconhece que ele é obrigado a realizar alguma ação, então há normalmente alguém ou alguma coisa que ele reconhecerá como responsável por estar sob a obrigação de agir assim.”²¹ Essa ideia pode ser visualizada na ocorrência a seguir:

- (21) I.: No **debes** de salir porque hay mucho trabajo. (717M–MA39)

‘Você não deve sair porque há muito trabalho.’

²¹ No texto original: *If X recognizes that he is obliged to perform some act, then there is usually someone or something that he will acknowledge as responsible for his being under the obligation to act this way.*

Nessa ocorrência, há o reconhecimento pelo interlocutor de uma força superior que pode ser o próprio enunciador (*eu o proíbo de sair*) ou que pode ser alguma outra entidade humana que tenha autoridade para instaurar essa proibição ao interlocutor, como um chefe, por exemplo (*o chefe dele o proíbe de sair porque há muito trabalho na empresa*).

Casimiro (2007, p. 19), corroborando essa ideia de força superior proposta por Heine (1995), defende que a modalidade deôntica é essencialmente condicionada por regras sociais e morais estabelecidas dentro de uma dada sociedade, a partir das quais se estipulam noções de conduta: permissão, obrigação e proibição. Ainda segundo Casimiro (2007), esses conjuntos de normas são introduzidos em nossa sociedade por meio de regras sociais, fundadas em hábitos ou costumes, ou por meio do estabelecimento de leis, sob a pena de alguma punição.

Desse modo, pode-se afirmar, conforme Palmer (1979, p. 62), a existência de uma associação entre instauração de força e relações hierárquicas sociais. Ao se modalizar um enunciado com os elementos deste eixo da conduta, enfatiza-se a posição/imagem social de autoridade do enunciatário: os papéis de quem enuncia, de qual posição social se enuncia e para quem o enunciado é produzido ficam claramente em evidência.

Como a imposição de obrigações para um “outro sujeito” resulta, de algum modo, em ameaça à face, algumas estratégias argumentativas são comuns para ganhar a adesão do interlocutor e levá-lo a realizar o comportamento esperado contido no enunciado. Conforme aponta Dall’Aglio-Hattner (2009), tais estratégias consistem no uso de, por exemplo, formas impessoais, ou de formas que incluam o sujeito-enunciador, como a primeira pessoa do plural:

(22) I.: Los funcionarios no **podemos** nunca engañar la edad. (54M–AH18)

‘Nós funcionários não podemos nunca enganar a idade.’

Nessa ocorrência, ao mesmo tempo em que o enunciador reforça a relação hierárquica entre ele e os seus interlocutores (os funcionários), atenua a imposição de obrigações que é instaurada por meio do uso de uma forma genérica, a primeira pessoa do plural.

1.3.3. A Modalidade Volitiva

De acordo com Hengeveld (2004, p. 1193), a modalidade volitiva é um tipo específico de categoria modal que “diz respeito ao que é desejável.”²² Esse domínio semântico pode também ser encontrado na literatura sob o rótulo de modalidade *bulomaica* (NEVES, 2006, p.

²² No texto original: *Volitive modality is concerned with what is desirable.*

160-161), termo que diz respeito à esperança, ao medo e ao desejo; porém, essa terminologia (bulomaica) já havia sido revisitada por Palmer (1986, p. 12) em termos latinos como modalidade volitiva.

Como se pode observar no quadro 1 (dado à página 31), a modalidade volitiva pode ter como foco da qualificação o participante, o evento ou a proposição. Posto que a existência da modalidade volitiva orientada para a proposição é algo questionável por Hengeveld e Mackenzie (2008), como já comentado anteriormente em 1.3., esse subtipo não será considerado.

Quando a modalidade está orientada para o participante, a qualificação modal recai sobre o desejo, expresso por um ser específico, de ocorrência de um Estado-de-Coisas. Nas palavras de Hengeveld (2004, p. 1194), a “modalidade volitiva orientada para o participante descreve o desejo de um participante de se engajar no evento designado pelo predicado”.²³ Na ocorrência (23), é possível observar o enfoque modal sobre o participante:

(23) I.: El hombre está entretenido y **quiere** aprender a jugar al mus. (25H–25AH)

‘O homem está entretido e quer aprender a jogar cartas.’

Nessa ocorrência, pode-se verificar que o enfoque modal recai sobre o desejo de um ser específico, aqui recuperado pelo sujeito e pelo verbo de expressão volitiva *El hombre quiere*. Essa expressão linguística mostra o desejo do participante de se engajar no evento designado pelo predicado (*aprender a jugar al mus*).

Quando a modalidade volitiva está orientada para o evento, o que está em foco é a descrição de um Estado-de-Coisas (in)desejável. Conforme afirma Hengeveld (2004, p. 1195), a “modalidade volitiva orientada para o evento caracteriza eventos em termos do que é geralmente desejável ou indesejável”.²⁴ O exemplo (24), reproduzido da internet, parece ilustrar bem essa qualificação modal:

(24) Contexto: fórum de discussão sobre os chefes da MUD.²⁵

En resumen, la MUD decide quién **debe** morir políticamente y quién **debe** vivir.
(<http://www.forolibertad.com/2014/04/la-mud-decide-quien-debe-morir/>)

‘Em resumo, a MUD decide quem deve morrer politicamente e quem deve viver.’

²³ No original: *Volitive participant-oriented modality describes a participant's desire to engage in the event-type designated by the predicate.*

²⁴ No original: *Volitive event-oriented modality characterizes events in terms of what is generally desirable or undesirable.*

²⁵ MUD: Mesa de la Unidad Democrática. Trata-se de uma coligação de partidos políticos da Venezuela, que são opositores ao governo de Hugo Chávez.

No exemplo (24), verifica-se um caso de modalidade volitiva cujo foco de qualificação é o evento descrito. Trata-se de uma referência genérica a um Estado-de-Coisas que é desejável por um sujeito institucional. Nesse caso, o escopo da qualificação modal é sobre a descrição do Estado-de-Coisas volitivo.

O estudo da modalidade volitiva tem recebido pouca atenção na literatura clássica sobre as modalidades. A principal distinção entre os valores modais, na história tipológica das modalidades, é embasada no valor epistêmico *versus* um valor não epistêmico (deôntico/modalidade de raiz ou orientada para o evento). Tradicionalmente, o campo semântico volitivo, por ter caráter bastante difuso, é tratado dentro de outras categorias modais, em especial, como um subtipo da modalidade deôntica.

Tal dificuldade de delimitação deve-se ao fato de que a modalidade volitiva é, muitas vezes, associada a valores semânticos bastante próximos, como os de vontade, desejo, esperança e promessa, todos expressando a intenção do Falante diante de um fato impossível de realização designado no enunciado.

De acordo com Jespersen (1924, *apud* PALMER, 1986, p. 9-10), que analisou dados da língua inglesa e que parece ter sido o primeiro estudioso a registrar esse caráter difuso do valor volitivo, há nos enunciados modalizados a presença de um “elemento *will*” (elemento de desejo), que é responsável pela bipartição das categorias modais. O autor, em seu estudo sobre modalidade e modo da sentença, faz uma distinção entre os modos que contêm um elemento *will* dos que não o contêm. Os modos que contêm esse elemento incluem ações e são classificados, com base nos valores semânticos que expressam, em:

Jussivo	Vá (comando) ²⁶
Compulsivo	Ele <i>tem que</i> ir
Obrigatório	Ele <i>deve</i> ir/ Nós <i>devemos</i> ir
Aconselhatório	Você <i>deveria</i> ir

²⁶ A terminologia dos valores semânticos expressos pelo elemento *will* e os exemplos foram reproduzidos de Jespersen (1924, *apud* PALMER, 1986, p. 10). No original:

<i>Jussive</i>	<i>go (command)</i>
<i>Compulsive</i>	<i>he has to go</i>
<i>Obligative</i>	<i>he ought to go/ we should go</i>
<i>Advisory</i>	<i>you should go</i>
<i>Predicative</i>	<i>go, please</i>
<i>Hortative</i>	<i>let us go</i>
<i>Permissive</i>	<i>you may go, if you like</i>
<i>Promissive</i>	<i>I will go/ it shall be done</i>
<i>Optative (realizable)</i>	<i>may he still be alive</i>
<i>Desiderative (unrealizable)</i>	<i>would he were still alive</i>
<i>Intentional</i>	<i>in order that he may go.</i>

Predicativo	<i>Vá, por favor</i>
Exortativo	<i>Vamos</i>
Permissivo	Você <i>pode</i> ir, se você quiser
Promissivo	Eu <i>irei</i> / Isso <i>será</i> feito
Optativo	Ele <i>pode</i> ainda estar vivo
Desiderativo	Ele <i>poderia</i> ainda estar vivo
Intencional	Ele <i>pretende</i> ir.

Os modos que não contêm nenhum elemento *will* incluem, por exemplo, os valores de:

Necessitativo	Ele <i>deve</i> ser rico (ou ele não poderia gastar tanto dinheiro) ²⁷
Assertivo	Ele <i>é</i> rico
Presumitivo	Ele <i>é provavelmente</i> rico/ Ele iria (irá) saber
Dubitativo	Ele <i>pode ser (é talvez)</i> rico
Potencialidade	Ele <i>pode</i> falar
Condição	<i>Se</i> ele <i>é</i> rico
Hipotético	<i>Se</i> ele <i>fosse</i> rico
Concessão	<i>Embora</i> ele <i>seja</i> rico

Palmer (1986) ainda distingue os enunciados em ‘optativo’, que diz respeito ao que é realizável, e ‘desiderativo’, que diz respeito ao que é não-realizável, com base no tempo e no modo verbal dos enunciados. Tal proposta teve origem nos trabalhos de Jespersen (1924, apud PALMER, 1986) e pode ser exemplificada em (25) e (26):

(25) May he still be alive. (PALMER, 1986, p. 116) → probabilidade/ possibilidade

²⁷A terminologia dos valores semânticos expressos pela ausência de elemento *will* e os exemplos foram reproduzidos de Jespersen (1924, apud PALMER, 1986, p. 10). No original:

<i>Necessitative</i>	<i>he must be rich (or he could not spend so much)</i>
<i>Assertive</i>	<i>he is rich</i>
<i>Presumptive</i>	<i>he is probably rich/ he would (will) know</i>
<i>Dubitative</i>	<i>he may be (is perhaps) rich</i>
<i>Potential</i>	<i>he can speak</i>
<i>Conditional</i>	<i>if he is rich</i>
<i>Hypothetical</i>	<i>if he were rich</i>
<i>Concessional</i>	<i>though he is rich</i>

‘**Pode** ele ainda estar vivo.’

(26) *Would he were still alive!* (PALMER, 1986, p. 116) → desejo

‘Eu **gostaria que** ele estivesse ainda vivo!’

No exemplo (25), há a ideia de probabilidade e é expresso um evento possível de realização, de modo que o Estado-de-Coisas ‘ele ainda pode estar vivo’ é uma opção possível de ocorrência. Já no exemplo (26), a ideia presente é de algo irrealizável: o Estado-de-Coisas ‘ele estar ainda vivo’ expressa um desejo de realização de algo passado e impossível de ocorrência no tempo presente.

Considerando o reconhecimento do valor volitivo presente na manifestação da modalidade proposto por Jespersen (1924, *apud*, PALMER, 1986), há autores, como Palmer (1986), Heine (1995) e Hengeveld (2004), que sugeriram ser necessária uma reavaliação das classificações modais. Assim, com base na perspectiva linguística a qual se vinculam, foram propostos diferentes tipos de classificação modal. Alguns, como Palmer (1986) e Heine (1995), defendem a ideia de que o campo semântico da volição está intrinsecamente relacionado às noções da conduta, de modo que a volição deve ser incluída no subtipo modal deôntico. Outros, como Hengeveld (2004), defendem que esse campo semântico constitui um subtipo modal à parte, desvinculado de qualquer outra categoria modal.

Palmer (1986, p. 97) inclui o valor de volição na categoria deôntica, ainda que deixe em aberto a questionamentos essa classificação. Para o autor, a volição pode ser considerada como um campo semântico modal porque não envolve factualidade, isto é, está relacionada com Estados-de-Coisas irrealis. Segundo o autor, essa noção de volição é ainda incluída como deôntica pelo fato de estar relacionada mais a ações do que à avaliação da verdade da proposição.

Heine (1995, p. 29), assim como Palmer (1986), também inclui o campo semântico da volição na categoria da modalidade deôntica (modalidade orientada para o agente na terminologia do autor). O autor, embasado no elemento *will* sugerido por Jespersen (1924, *apud*, PALMER, 1986), estabelece propriedades conceituais de classificação, dentre as quais:

- a) a existência de alguma força (F) que é caracterizada por um elemento *will* (Jespersen, 1924, p. 320-321) e que tem interesse na ocorrência ou na não ocorrência de um evento;

b) a caracterização do evento como não-factual (Palmer, 1986, p. 96), embora haja um certo grau de probabilidade de que ele ocorra.

Para Heine (1995), todo enunciado modalizado com orientação para o agente pressupõe um elemento de desejo, de modo que um sujeito impõe a outros seres também humanos o seu querer, que os induz a realizar uma determinada ação. Os enunciados modalizados com orientação para o agente, ainda de acordo com o autor, são eventos não-factuais, ou seja, não reais, expressos por elementos que implicam a não realidade, como as formas de tempo futuro do pretérito.

Ainda que se reconheça a existência de propostas como as de Palmer (1986) e de Heine (1995), neste trabalho defende-se a existência de um subtipo modal volitivo à parte das modalidades epistêmicas e deônticas, como faz Hengeveld (2004).

Alguns trabalhos atuais sobre o português brasileiro, como o estudo de Casimiro (2007), que trata das modalidades deôntica e volitiva nos discursos do presidente Lula, e o trabalho de Dall’Aglío-Hattner (2009), que trata dos verbos modais também em discursos de posse presidencial no Brasil entre os anos 1990-2007, reconhecem as nuances existentes entre os valores semânticos do querer e do dever.

Para Dall’Aglío-Hattner (2009, p. 165-166), a manifestação do querer pode gerar diferentes efeitos de sentido nas situações discursivas em análise. Ela afirma, com base nos dados que analisou, que o valor volitivo ocorre normalmente em expressões formulaicas, correspondentes à expressão de desejo, tais como os verbos *desejar*, *esperar* e *querer*. Em outros casos, o valor volitivo é determinado pelo alvo de qualificação modal e pelas relações estabelecidas entre a fonte e o alvo de avaliação da modalidade.

Dall’Aglío-Hattner (2009), assim como Casimiro (2007), defendem que as relações hierárquicas entre os interlocutores podem distinguir uma modalidade volitiva de uma deôntica, pois quando um enunciador estiver em posição hierárquica superior ao seu interlocutor, expressões volitivas podem ser interpretadas como deônticas. Além das relações hierárquicas, Dall’Aglío-Hattner (2009) considera o controle modal e afirma que a manifestação do querer é “mais nítida quanto menor for o grau de controle da fonte sobre o alvo do querer” (DALL’AGLIO-HATTNER, 2009, p. 166).

Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), que estudaram verbos auxiliares modais no espanhol peninsular, reconhecem esse caráter difuso entre os campos do querer e do dever relacionados com a modalidade volitiva. As autoras propõem que a principal distinção entre um valor semântico e outro encontra-se na realização (ou não) do evento. Quando o evento

faz referência a um Estado-de-Coisas desejável e passível de realização, trata-se de uma modalidade deôntica. Por outro lado, quando o evento faz referência a um Estado-de-Coisas desejável e impossível de se realizar, trata-se de uma modalidade volitiva.

Assim como os autores citados, neste trabalho, admita-se o caráter difuso da modalidade volitiva, bem como as diferenças de sentido que podem ocorrer entre os campos semânticos volitivos e deônticos. No entanto, considera-se que esses campos semânticos volitivos e deônticos se configuram como subtipos modais distintos, à semelhança da proposta de classificação de modalidade de Hengeveld (2004).

1.3.4. A Modalidade Epistêmica

Segundo Hengeveld (2004, p. 1193), a modalidade epistêmica é a modalidade “que diz respeito ao que é sabido sobre o mundo real”.²⁸

Como se pode observar no quadro 1 (dado à página 31), a modalidade epistêmica pode ter como foco da qualificação o evento ou a proposição. Quando está orientada para o evento, o enfoque é sobre a descrição de um Estado-de-Coisas (im)possível, com base no que é sabido sobre o mundo real, como mostra a ocorrência (27):

(27) I.: Allí tengo una casa y la tengo todavía justamente en la diagonal, que es casco histórico, hay una mole que tiene, **debe** tener doce pisos, doce alturas. (53M–AH17)

‘Ali eu tenho uma casa, eu a tenho justamente na diagonal, que é região histórica. Há uma construção que tem, deve ter doze andares.’

A ocorrência (27) ilustra um caso de modalidade epistêmica com foco da avaliação na descrição do Estado-de-Coisas *tener doce pisos*. Trata-se da probabilidade de ocorrência de um evento.

Quando a modalidade está orientada para a proposição, a qualificação modal recai sobre uma atitude subjetiva do enunciador diante do que ele enuncia. Mais especificamente no caso da modalidade epistêmica, essa qualificação modal diz respeito aos graus de comprometimento do enunciador com a proposição por ele expressa, como é possível observar na ocorrência (28):

(28) I.: **Probablemente** me hubiese gustado ser médico o enfermero, aunque odio la sangre y esas cosas. (15H–AH03)

²⁸ No texto original: *Epistemic modality is concerned with what is known about the actual world.*

‘Provavelmente eu teria gostado de ser médico ou enfermeiro, ainda que eu odeie sangue e essas coisas.’

Essa ocorrência mostra uma forma de expressão da modalidade epistêmica - o advérbio *probablemente* - que toma por escopo toda a proposição. O advérbio modalizador *probablemente* indica a incerteza que o enunciador tem com relação ao que enuncia, visto que se trata da avaliação de ocorrência de um evento passado.

De um modo geral, pode-se afirmar que as modalidades relacionadas ao eixo do conhecimento dizem respeito ao campo semântico do “saber”, que podem (ou não) aparecer explícitas nos enunciados, a depender do contexto e das intenções comunicativas que estão em jogo pelo enunciador. Ao explicitar esse saber, o enunciador pode expressar maior ou menor grau de comprometimento com o que enuncia, pode também ganhar (ou não) adesão do seu interlocutor, produzindo, por exemplo, como efeito de sentido a credibilidade ou a falta dela. (NEVES, 1996, p. 181-187; NEVES, 2006, p. 164-165; DALL’AGLIO-HATTNER, 1995, p. 4; p. 132-133). Tais elementos modalizadores podem ser observados nas ocorrências (29) e (30):

(29) Contexto: Conversa sobre a existência de lugares para sair.

E.: Me refiero al tipo de diversión que sea.

I.: **Realmente** no hay, no existe ¿eh? un sitio. (07H–AH19)

‘E.: Me refiro a qualquer tipo de diversão.

I.: Realmente não há, não existe um lugar.’

(30) I.: **Yo creo que** la mujer de hoy, que no trabaja, vive mejor que la de hace muchos años. (28M–AH28)

‘I.: Eu acho que a mulher de hoje, que não trabalha, vive melhor que a de muitos anos atrás.’

Na ocorrência (29), o enunciador coloca-se numa posição fora da qualificação modal. Embora o elemento modal seja claramente recuperável pelo advérbio *realmente*, o enunciado não é marcado como uma avaliação explícita do enunciador, o que pode gerar como efeito de sentido maior credibilidade para quem enuncia. Já em (30), o enunciado é explicitamente marcado como um julgamento do enunciador, por meio do uso da primeira pessoa do singular e por meio de um verbo de qualificação modal – *yo creo*. Ao explicitar a sua incerteza com relação ao que enuncia, o enunciador pode gerar como efeito de sentido a falta de credibilidade para a verdade da proposição.

Para alguns autores, como Koch (1993), Neves (1996) e Gasparini-Bastos (1997), a ausência de marcas modais epistêmicas explícitas também pode funcionar como uma estratégia argumentativa bastante produtiva na língua, pois revela interesses e intenções do enunciador, conforme se verifica nas palavras de Koch (1993, p. 84):

todo enunciado recebe uma dimensão epistêmica suplementar, a da opinião ou a do saber, mas nunca apresentam ambas simultaneamente. No entanto, os textos que não apresentam marcas modais destas modalidades não são neutros do ponto de vista epistêmico [...]: ou a enunciação pertence a um discurso autoritário (eu sei, portanto é verdade) ou a um discurso de tolerância (eu creio, portanto é possível).

Desse modo, o enunciador, ao ocultar as marcas modais epistêmicas, finge esquecer-se delas para dar a impressão de um discurso “neutro”, ganhando credibilidade e adesão do seu interlocutor.

Heine (1995, p. 35), que propõe propriedades conceptuais para distinguir os limites entre modalidade epistêmica e deontica, defende que a característica crucial para se classificar um valor modal como epistêmico é a ausência de força (F), termo concebido por ele como uma autoridade superior (humana ou não) que impõe o seu querer a outros seres. Segundo o autor, a ausência de força é associada normalmente a sujeitos existenciais, impessoais ou fictícios.

1.3.5. A Evidencialidade

De acordo com Hengeveld (2004, p. 1193), a evidencialidade está relacionada à “fonte da informação contida no enunciado”. Para Willet (1988, p. 57), a informação pode ser obtida de modo direto (informação atestada) ou de modo indireto (informação relatada ou inferida), isto é, a fonte da informação pode ser de natureza primária ou secundária. Dall’Aglio-Hattner (2007) assume uma postura semelhante à de Willet (1988) ao propor que a fonte da informação pode ser coincidente com o enunciador (modalidade evidencial inferida: trata-se de conhecimento ou raciocínio lógico), ou pode ser diferente do enunciador (modalidade evidencial relatada: trata-se de uma fonte definida, indefinida ou de domínio comum).

A título de ilustração da evidencialidade, pode-se citar as ocorrências (31) e (32). Em (31), verifica-se um caso de evidencialidade atestada, em que a fonte da informação coincide com o próprio enunciador.

(31) E.: ¿Es que te han hablado de sitios?

I.: No me han hablado y lo **he visto**. (31H-GR01)

‘E.: Te falaram sobre lugares?’

I.: Não me falaram, eu vi.’

Nesse caso, trata-se de uma informação atestada por meio da percepção visual: o enunciador presenciou o Estado-de-Coisas que descreve. Por sua vez, em (32) a seguir, tem-se um caso de evidencialidade indireta, em que a fonte da informação é diferente do enunciador. Tal valor é expresso por meio do verbo *dizer* (*en la tele dicen que*).

(32) I.: Hoy además **en la tele dicen** que han matado a un negro en no sé que estado. (15H-AH03)

‘Hoje, na televisão, disseram que mataram um homem negro, não sei em que estado.’

Em estudos recentes,²⁹ a evidencialidade tem sido tratada como uma categoria à parte e por essa razão esse valor semântico não será contemplado neste trabalho. A justificativa para que a evidencialidade seja concebida como uma categoria autônoma está fundamentada no fato de que a fonte da informação pode incidir sobre todas as outras categorias modais, isto é, a evidencialidade pode sobrepor-se aos subtipos modais e não ser considerada como um subtipo da modalidade.

Uma vez considerada a possibilidade de se encontrar um verbo *deber* com os valores deôntico, volitivo e epistêmico, busca-se discutir uma terceira questão, que diz respeito à subjetividade na modalidade. Especialmente para a modalidade deôntica, procura-se discutir e identificar os aspectos que permitem subdividi-la em subjetiva e objetiva. A próxima seção é dedicada a esse tema.

1.4. O caráter subjetivo e objetivo da modalidade deôntica

A distinção entre a modalidade subjetiva e objetiva não é algo muito bem delineado na literatura. Essa dificuldade de delimitação está relacionada com o fato de não haver um consenso entre os estudiosos sobre os critérios que devem ser aplicados para diferenciá-las.

Tradicionalmente, considera-se que a distinção terminológica entre modalidade subjetiva e objetiva foi introduzida por Lyons (1977b). Posteriormente, outros autores desenvolveram trabalhos relacionados direta ou indiretamente ao tema, como Hengeveld (1988, 1989, 2004), Vázquez Laslop (2001), Verstraete (2001), Olbertz e Gapasrini-Bastos

²⁹ Para maior detalhamento sobre o tema de evidencialidade, ver Hengeveld (2011) e Dall’Aglio-Hattner e Hengeveld (no prelo).

(2013). De um modo geral, a discussão central existente nesses trabalhos diz respeito ao envolvimento (ou não) do enunciador diante do que enuncia.

Lyons (1977b, p. 797-801) propõe que a classificação modal seja distinguida com base em três componentes funcionais: trópico, nêustico e frástico.³⁰ O primeiro componente funcional, trópico, diz respeito à “parte da sentença que se correlaciona ao tipo de ato de fala realizado caracteristicamente por essa sentença.”³¹ O segundo componente, nêustico, diz respeito à “parte da sentença que expressa o comprometimento do Falante com relação à factualidade, a desejabilidade, etc, do conteúdo proposicional expresso pelo componente frástico.”³² O terceiro componente, frástico, diz respeito ao conteúdo proposicional do enunciado. Com base nesses três componentes, Lyons (1977b; 1981) sugere que uma distinção modal entre modalidade subjetiva e modalidade objetiva, de acordo com o foco da qualificação modal.

Nessa classificação, Lyons (1977b; 1981) considera também o tipo de modalidade (epistêmica e deôntica). Assim, tanto a modalidade epistêmica quanto a modalidade deôntica podem ser classificadas em subjetivas e objetivas. A modalidade epistêmica subjetiva envolve a qualificação do primeiro componente, trópico, enquanto a modalidade deôntica subjetiva envolve o segundo componente, nêustico. A modalidade epistêmica objetiva também envolve o segundo componente funcional, nêustico, enquanto a modalidade deôntica objetiva envolve o terceiro componente, frástico.

A modalidade epistêmica subjetiva está relacionada a uma marca explícita de opinião do enunciador. Essa marca explícita de opinião corresponde à avaliação do enunciador baseada nas suas crenças e intuições, que podem ser consideradas como o conhecimento desse sujeito e, como tal, avaliadas em termos de verdade (LYONS, 1977b, p. 797).

A modalidade epistêmica objetiva consiste na afirmação de um fato, ou na verificabilidade objetiva à luz do conhecimento; normalmente diz respeito ao conhecimento aceito ou cientificamente comprovado.

A modalidade deôntica subjetiva, assim como a modalidade epistêmica subjetiva, caracteriza-se por uma marca formalmente explícita do enunciador. Essa marca explícita do enunciador está relacionada ao seu desejo de que um evento ocorra ou não. Por fim, a modalidade deôntica objetiva está relacionada a afirmações sobre a existência de obrigações,

³⁰ No texto original: *tropic, neustic e phrastic*.

³¹ No texto original: *part of the sentence which correlates with the kind of speech act that the sentence is characteristically used to perform*.

³² No texto original: *the part of sentence which expresses the speaker's commitment to the factuality, desirability, etc., of the propositional content conveyed by the phrastic*.

mais do que a imposição delas. Para exemplificar cada tipo modal, Lyons (1981, p. 124-125) oferece os seguintes exemplos:

(33) He may not come.
'Ele pode não vir.'

(34) I think it possible that he will not come. → Epistêmica subjetiva
'**Eu acho que** é possível que ele não venha.'

(35) I forbid him to come. → Deontica subjetiva
'**Eu o proíbo** de vir.'

(36) Relative to what is known, it is possible that he will not come. → Epistêmica objetiva
'**De acordo com** o que se sabe, é possível que ele não venha.'

(37) It is not permitted that he come. → Deontica objetiva
'**Não é permitido que** ele venha.'

No exemplo (34), de modalidade epistêmica subjetiva, a marca explícita do enunciador está representada por *eu acho que*. No caso do exemplo (35), de modalidade deontica subjetiva, trata-se de uma proibição explicitamente marcada pelo enunciador de primeira pessoa (*eu o proíbo*). No exemplo (36), de modalidade epistêmica objetiva, trata-se da afirmação de um fato com base em um conhecimento de domínio comum (*de acordo com o que se sabe*) enquanto no exemplo (37), de modalidade deontica objetiva, a proibição é dada como existente e não atribuída a nenhum agente específico.

Por sua vez, Hengeveld (1988, 1989), embasado na classificação de Lyons (1977b), sugere que as modalidades sejam classificadas em epistemológica, objetiva e inerente. A modalidade epistemológica, equivalente à modalidade epistêmica subjetiva de Lyons (1977b), está relacionada à atitude do Falante frente à verdade da proposição por ele expressa. A modalidade objetiva inclui ambas as modalidades de Lyons (1977b), a epistêmica objetiva e a deontica subjetiva; essa modalidade diz respeito à avaliação de um Estado-de-Coisas em termos do conhecimento do Falante. A modalidade inerente, equivalente às modalidades deontica objetiva e volitiva, diz respeito à relação entre um participante em um Estado-de-Coisas e a realização desse evento. A título de ilustração das categorias modais propostas por Hengeveld (1988, 1989), é apresentado o seguinte exemplo, reproduzido do autor (HENGEVELD, 1988, p. 60):

(38) It seems that it is possible that he can cure blindness.

‘Parece que é possível que ele possa curar a cegueira.’

Esse exemplo permite a identificação dos três tipos de modalidades propostos por Hengeveld (1988, 1989): i) a modalidade epistemológica, ii) a modalidade objetiva, iii) e a modalidade inerente. A primeira, modalidade epistemológica, se manifesta, segundo os termos propostos por Hengeveld (1988, 1989), por meio da expressão *parece que*. A segunda modalidade, objetiva, é manifestada, nesse exemplo, por meio da expressão *é possível que*, cujo significado é para ser compreendido como a avaliação do enunciador, com base no que é sabido, sobre a possibilidade de ocorrência do Estado-de-Coisas contido no predicado. Por fim, a modalidade inerente, nesse caso, diz respeito à capacidade do participante de se engajar no Estado-de-Coisas *curar a cegueira*.

Verstraete (2001) acredita que a distinção terminológica proposta por Lyons (1977b), e parcialmente retomada por Hengeveld (1988, 1989), não é linguisticamente justificável, uma vez que a modalidade subjetiva sempre envolve a avaliação do enunciador, independentemente do tipo modal, isto é, se o valor modal é epistêmico ou deôntico.

Dentro de uma abordagem semiótica da linguagem, o autor propõe um modelo em que a distinção modal é feita com base na noção de performatividade. Nessa perspectiva, Verstraete (2001) defende que a modalidade volitiva sempre é objetiva, enquanto a deôntica licencia tanto leituras subjetivas quanto objetivas. A modalidade deôntica subjetiva está relacionada a uma atitude do enunciador frente à necessidade ou permissividade para uma determinada ação. A modalidade deôntica objetiva não envolve nenhuma atitude do enunciador, apenas descreve a existência de alguma necessidade. Para esse autor, a modalidade epistêmica é sempre subjetiva.

Em trabalho posterior, Hengeveld (2004, p. 1194-1195) defende apenas a distinção da modalidade epistêmica em subjetiva e objetiva. Nessa proposta, o autor sugere que a modalidade epistêmica seja classificada em função do foco da qualificação modal. Assim, Hengeveld (2004), embasado na classificação de Lyons (1977b), considera que a modalidade epistêmica subjetiva tem como foco da qualificação toda a proposição, de modo que toda a proposição é avaliada como uma possibilidade. Nessa relação de domínio semântico e alvo da avaliação, o enunciador compromete-se com a verdade da proposição que enuncia. Já a modalidade epistêmica objetiva, segundo o autor, descreve a existência da possibilidade de ocorrência de um evento enunciado, sem que o enunciador tenha responsabilidade por esse julgamento. Nessa subcategoria, o foco da qualificação modal recai sobre o evento.

Especificamente para a modalidade deôntica, Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) propõem uma subdivisão entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva, à semelhança da separação entre modalidade objetiva e subjetiva proposta por Lyons (1977b, p. 808). Segundo as autoras, a diferença central dessa subdivisão reside na fonte de avaliação do modal: no primeiro caso, subjetiva, a fonte é o próprio Falante, enquanto no segundo caso, a fonte é “objetiva”, ou seja, não coincide com o Falante. Tais valores podem ser observados nos seguintes exemplos, reproduzidos de Vázquez Laslop (2001, p. 132-133).

(39) **Debemos** tener cuidado cuando le digamos a Alejandro toda la verdad. → Modalidade deôntica subjetiva

‘**Devemos** ter cuidado quando falarmos a Alexandre toda a verdade.’

(40) A partir del mes próximo no **se** podrá fumar en lugares públicos. → Modalidade deôntica objetiva

‘A partir do próximo mês não **se** poderá fumar em lugares públicos.’

No exemplo (39), pode-se observar um caso de modalidade deôntica subjetiva, em que o enunciador é a própria fonte de avaliação modal, e pode ser facilmente reconhecido por meio do verbo em primeira pessoa no plural *debemos*. O exemplo (40) mostra um caso de modalidade deôntica objetiva, em que o enunciador atua como um “porta voz” de uma norma, que é concebida como universal. Trata-se, pois, de um caso em que o enunciador difere da fonte dessa prescrição por meio do uso da partícula impessoal *se*.

Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) sugerem, ainda, baseadas em Vázquez Laslop (2001), que a modalidade deôntica, quando objetiva, está relacionada a normas (como leis e alguns tipos de instrução) e a regras morais (estabelecidas por alguma instituição, como, por exemplo, pela igreja); trata-se de prescrições cujos eventos são assumidos para serem realizados no momento da enunciação ou posterior a ela. Já a modalidade deôntica subjetiva pode ser prescritiva e avaliativa, e pode modalizar eventos que ocorreram antes do momento da enunciação, conforme mostram os seguintes exemplos.

(41) Reglas regulativas: Recomendaciones e cocina (Vázquez Laslop, 2001, p. 96).
Deben usarse cuchillos perfectamente afilados para que no desmerezca el corte. → Modalidade deôntica objetiva

‘Regras regulativas: Recomendações de cozinha
Devem utilizar-se as facas perfeitamente afiadas para que não estrague o corte.’

(42) Avaliativo

I.: Si te decepciona a muchos niveles, pero luego ves que en el fondo, si al final crees que es lo único que **deberías** haber estudiado, que tenías que haber estudiado, al final te da igual. (14H–AH02). → Modalidade deôntica subjetiva

‘I.: Se você se decepciona em muitos níveis, mas logo vê que no fundo, no final, acha que é o único que deveria ter estudado, que tinha que ter estudado, no final tanto faz.’

O exemplo (41) mostra um caso de modalidade deôntica objetiva. Nesse caso, trata-se de uma regra regulativa. O termo regulativo não é interpretado, nesse exemplo, em termos morais ou jurídicos, e sim como uma instrução/recomendação que se não for seguida, resultará em algum dano para o utensílio utilizado. Tal recomendação é compreendida como um Estado-de-Coisas a ser realizado após o momento de enunciação, o que caracteriza esse tipo de valor modal. Já a ocorrência (42) mostra um caso de modalidade deôntica subjetiva, em que o escopo do verbo incide sobre um Estado-de-Coisas anterior ao momento da enunciação. O termo avaliativo é concebido aqui como uma opinião/ um julgamento do enunciador com relação à ocorrência do evento expresso na predicação, e não em termos de determinação de valores positivos ou negativos.

Considerando os trabalhos apresentados sobre a distinção entre modalidade subjetiva e objetiva, é possível notar que na literatura não há um consenso quanto aos graus de subjetividade passíveis de ocorrência. Tampouco parece haver consenso em relação aos tipos modais, epistêmico e deôntico, passíveis de distinção. Ou seja, não há consenso de quais valores semânticos podem ser distinguidos com base na subjetividade. Como observado, há autores que defendem a ideia de que tanto a modalidade epistêmica quanto a deôntica podem ser classificadas como subjetiva e objetiva (LYONS, 1977b). Há, ainda, autores que propõem que apenas a modalidade epistêmica possa ser distinguida em subjetiva e objetiva, renegando o critério de subjetividade para a modalidade deôntica (HENGEVELD, 1988, 1989, 2004).

Neste trabalho, considerando o caráter difuso dos campos semânticos modais, defende-se que tanto as modalidades epistêmicas quanto as deônticas podem ser distinguidas com relação ao critério de subjetividade e objetividade. Desse modo, são priorizados os critérios de distinção propostos por Lyons (1977b), parcialmente retomados por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), para a modalidade deôntica.

1.5. A modalidade dentro da GDF

Na GDF, a modalidade está alojada no Nível Representacional, responsável por descrever as unidades linguísticas em termos de categorias semânticas que elas designam. O termo *semântica* é restringido por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 128-129) a duas

interpretações: (i) semântica diz respeito “aos modos pelos quais uma língua se relaciona com o mundo extralinguístico que ela descreve”;³³ (ii) semântica diz respeito “aos significados das unidades lexicais (semântica lexical) e unidades complexas (semântica composicional) isoladas dos modos como elas são usadas na comunicação”.³⁴ Tal restrição parece fundamental visto que, como advertem Hengeveld e Mackenzie (2008), o Nível Representacional é responsável pela descrição da natureza ontológica das unidades linguísticas, independentemente da função comunicativa que essas unidades desempenham. A descrição da função comunicativa das unidades cabe ao Nível Interpessoal.

Dentro do Nível Representacional da GDF os fenômenos linguísticos de uma língua são analisados como entidades de diferentes ordens, sendo categorizados em: Conteúdo Proposicional (p); Episódio (ep); Estado-de-Coisas (e); Propriedade Configuracional (f); e Indivíduo (x). Além dessas categorias semânticas básicas, são previstas pela GDF outras categorias relevantes para a gramática de uma língua, que se configuram como independentes, tais como: a Localização (l), o Modo (m), a Razão (l) e a Quantidade (q), sendo que essas categorias são constituintes de uma Propriedade. Na figura a seguir, pode-se observar a organização hierárquica das camadas no Nível Representacional:

$(\pi p_1:$	Conteúdo Proposicional
$(\pi ep_1:$	Episódio
$(\pi e_1:$	Estado-de-Coisas
$([\pi f_1: [$	Propriedade Configuracional
$(\pi f_1: \blacklozenge (f_1): [\sigma (f_1)_\Phi])$	Propriedade Lexical
$(\pi x_1: \blacklozenge (x_1): [\sigma (x_1)_\Phi])_\Phi$	Indivíduo
...	
$] (f_1): [\sigma (f_1)_\Phi])$	Propriedade Configuracional
$(e_1)_\Phi]: [\sigma (e_1)_\Phi])$	Estado-de-Coisas
$(ep_1): [\sigma (ep_1)_\Phi])$	Episódio
$(p_1): [\sigma (p_1)_\Phi])$	Conteúdo Proposicional

Figura 3: A estrutura das camadas no Nível Representacional (adaptada de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 142).

Cada Conteúdo Proposicional (p) pode conter um Episódio (ep), o qual pode conter

³³ No texto original: *the ways in which language relates to the extra-linguistic world it describes.*

³⁴ No texto original: *the meanings of lexical units (lexical semantics) and complex units (compositional semantics) in isolation from the ways these are used in communication.*

um conjunto de Estado-de-Coisas (e). O Estado-de-Coisas, por sua vez, é caracterizado por conter uma Propriedade Configuracional (f)³⁵, que é de natureza composicional e que contém outras unidades semânticas cuja organização entre si não precisa ser necessariamente hierárquica.

O Conteúdo Proposicional (p) descreve as unidades da camada mais alta do Nível Representacional. Refere-se a construtos mentais, como crenças, conhecimentos, desejos e esperanças. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), o Conteúdo Proposicional pode ser considerado como factual ou como não-factual. No primeiro caso, factual, descreve conhecimentos e crenças sobre um mundo real; já, no segundo caso, não-factual, descreve desejos ou esperanças sobre um mundo imaginário. Em razão das unidades significativas que são descritas nessa camada, o Conteúdo Proposicional é caracterizado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e em termos de fonte ou origem da informação (evidências sensoriais, conhecimento comum partilhado), que podem (ou não) ser atribuídas ao Falante e/ou a outras pessoas que não sejam o Falante.

O Conteúdo Proposicional pode conter um ou mais Episódios (ep), que são conjuntos de Estado-de-Coisas (e) tematicamente coerentes, no que diz respeito à unidade ou continuidade de Tempo (t), Localização (l) e Indivíduos (x). O Episódio pode ser manifestado em muitas línguas por meio do sistema gramatical. No caso específico da língua espanhola, o Episódio não é marcado por meio do sistema gramatical, mas sim por meio da modificação de uma expressão de Tempo Absoluto, conforme se pode observar em (43), em que é descrita uma receita culinária:

(43) En una olla coloca el agua, el ajo, cebolla, pimentón, ají dulce, la espinaca y los vegetales picados en trozos, cuando comience a hervir, añade las hierbas aromáticas... **Una vez** blandos los vegetales puedes retirar, si los deseas, los trozos de ajo, pimentón, ají y cebolla, retira las hierbas y comienza a licuar poco a poco las verduras con el caldo. **Una vez** que tenga consistencia de crema, añade la margarina, la leche, licua bien y lleva nuevamente a la olla. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 158)

‘Em uma panela, coloque água, alho, cebola, páprica, pimenta doce, espinafre e os vegetais picados em pedaços, quando começar a ferver, acrescente as ervas aromáticas... Uma vez que os vegetais estejam moles, pode retirar, se quiser, os pedaços de alho, páprica, pimenta e cebola, retire as ervas e comece a bater pouco a pouco as verduras com o caldo. Uma vez que tenha consistência de creme, acrescente a margarina, o leite, bata bem e leve, novamente, à panela.’

³⁵ A Propriedade Configuracional tem sido denominada atualmente de *Conceito Situacional* (HENGEVELD, 2011; OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013, p. 279).

No exemplo (43), cada instrução (método) é claramente delimitada pelo resultado das instruções anteriores, o que mostra que as instruções são descritas dentro de uma narrativa maior de tempo, ou seja, dentro de um tempo absoluto, representado pela expressão *una vez que*. Dessa forma, há sempre dependência semântica e sintática dos Estados-de-Coisas descritos nessa camada.

Os Estados-de-Coisas (e) incluem eventos e estados que são caracterizados pelo fato de poderem ser localizados no tempo relativo e poderem ser avaliados em termos de seu estatuto factual (de realidade). Nessa perspectiva, pode-se dizer que os Estados-de-Coisas ocorrem (ou não), acontecem (ou não) ou são (ou não) o caso em algum ponto ou intervalo de tempo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 166). O tempo relativo diz respeito a uma sequência cronológica relativa dentro de uma determinada narrativa.

O Estado-de-Coisas caracteriza-se por uma Propriedade Configuracional (f), que, como já mencionado, tem natureza composicional. Nessa camada, pode haver uma combinação dos seguintes elementos semânticos os quais não apresentam relação hierárquica entre si: Indivíduo (x), Propriedade Lexical (f), Localização (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Quantidade (q). No quadro a seguir, podem-se verificar exemplos de cada um desses elementos semânticos:

Descrição	Variável	Exemplo
Propriedade	f	Cor
Indivíduo	x	Cadeira
Estado-de-Coisas	e	Reunião
Conteúdo proposicional	p	Ideia
Lugar	l	Acima
Tempo	t	Momento
Episódio	ep	Incidente
Modo	m	Maneira
Razão	r	Razão
Quantidade	q	Litro

Quadro 2: As categorias semânticas no Nível Representacional (adaptadas de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 136).

Uma vez que esse modelo teórico prevê a descrição de todos os tipos de entidades significativas na gramática de uma língua, a GDF é relevante para lidar com as modalidades

possíveis de serem expressas por meio do verbo *deber*, o qual pode qualificar os Estados-de-Coisas como reais (ou não), bem como pode qualificar a propriedade de um participante dentro de algum Estado-de-Coisas.

Dentro da GDF, os valores modais são descritos com base na proposta de Hengeveld (2004), que também fundamenta a análise deste trabalho, conforme explicitado na seção 1.3.

A classificação de modalidade proposta por Hengeveld (2004), ao ser interpretada dentro do Nível Representacional da GDF, precisa passar por algumas adaptações e ser reajustada de acordo com a organização hierárquica das camadas proposta em 2008. Nessa reinterpretação, as modalidades continuam sendo classificadas com base nos valores semânticos que elas designam (tipo de modalidade) e com base no escopo sobre o qual recai a qualificação modal (orientação da modalidade), de modo que cada tipo modal é associado a uma camada do Nível Representacional.

Para exemplificar a relação entre camadas e tipo modal, oferecemos o quadro a seguir, adaptado de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), com ocorrências do verbo *deber* nas camadas em que atua:

Camadas do Nível Representacional	Tipo de Modalidade
Conteúdo Proposicional	Modalidade Epistêmica Subjetiva -----
Episódio	Modalidade Epistêmica Objetiva I.: Ella siempre iba a casa acompañada, aquel día fue sola, y pues se cruzó con el imbécil de turno y la debió asustar. (30M–AH30) ‘I.: Ela sempre ia para casa acompanhada; aquele dia foi sozinha e se encontrou com um imbecil de plantão, que deve tê-la assustado.’
Estado-de-Coisas	Modalidade Facultativa Orientada para o Evento ----- Modalidade Deontica Orientada para o Evento I.: La iglesia católica que es a la que pertenezco está un poco atrasada, debe de abrir un poquito un poquito más la mano. (061H–MA53) ‘I.: A igreja católica, a qual pertença, está um pouco atrasada, ela deve abrir um pouco mais a mão.’

	<p>Modalidade Volitiva Orientada para o Evento</p> <p>Contexto: Entrevista de Elba Esther Gordillo Morales, líder do SNTE³⁶, para o site mexicano <i>El Universal Nación</i>, a respeito da PRI³⁷.</p> <p>Todavía – agrega – “no nace lo que debe nacer y no muere lo que debe morir” en ese partido.</p> <p>‘Ainda acrescenta “não nasce quem deve nascer e não morre o que deve morrer” nesse partido.’</p> <p>(http://www.eluniversal.com.mx/nacion/194679.html)</p>
Propriedade Configuracional	<p>Modalidade Facultativa Orientada para o Participante</p> <p>-----</p> <p>Modalidade Deôntica Orientada para o Participante</p> <p>I.: Pedí traslado de matrícula y me la denegaron, y entonces me la denegaron porque el decano de letras que se llamaba Jesús Lenz, pues, decidió, me la denegó porque le parecía que yo no debía de irme de Física a Psicología. (32H–GR07)</p> <p>‘Pedi transferência de matrícula e me negaram; negaram-me porque o coordenador de letras, que se chamava Jesús Lens, decidiu. Ele me negou porque achava que eu não devia ir da Física para a Psicologia.’</p> <p>Modalidade Volitiva Orientada para o Participante</p> <p>-----</p>

Quadro 3: A relação entre as camadas do Nível Representacional e o tipo de modalidade expressa (adaptado de Olbertz e Gasparini-Bastos, 2013, p. 279).

Como se pode observar no quadro, até mesmo as modalidades que atuam na mesma camada, como o caso da modalidade facultativa, deôntica e volitiva, apresentam uma relação de hierarquia entre si, que é motivada pelo âmbito de incidência da qualificação modal. Esse princípio de incidência subjacente à relação de hierarquia das modalidades é encontrado na literatura sob o rótulo de *Princípio de Escopo*; por ele se determina “que os operadores e os satélites ocorrem imediatamente antes ou depois do material que tomam em seu escopo” (OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013, p. 280).³⁸

³⁶ A sigla SNTE significa Sindicato Nacional de Trabalhadores da Educação.

³⁷ O termo PRI diz respeito ao Partido Revolucionário Institucional.

³⁸ No texto original: *that operators and satellites occur immediately before or after the material they have in their scope.*

Nessa reinterpretação das modalidades em função da hierarquia das camadas em que elas estão inseridas, pode-se observar que a modalidade epistêmica, dentro do Nível Representacional, atua na camada do Episódio (HENGEVELD, 2011).

Outro ponto relevante a se observar é com respeito à evidencialidade. Entretanto, como já mencionado na seção 1.3 deste trabalho, a evidencialidade não é considerada no presente estudo, uma vez que ela tem sido concebida como uma categoria à parte.

Há, ainda, que se considerar o lugar ocupado pelas modalidades deôntica objetiva e subjetiva, subdivisão defendida por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), que se pretende comprovar neste trabalho, a partir da análise do verbo modal *deber*. Desse modo, no Capítulo III, é apresentada a descrição dos subtipos modais expressos por esse verbo, seguida da representação para cada tipo modal. Ao final do Capítulo, é apresentado o lugar em que os valores deônticos subjetivo e objetivo são alojados na GDF. Antes, porém, são discutidos os conceitos de auxiliaridade verbal, bem como os conceitos de perífrase, além de ser apresentada, no Capítulo II, a descrição dos procedimentos metodológicos empreendidos neste trabalho.

1.6. A auxiliaridade verbal

Visto que o verbo *deber*, além de ser considerado um modal, é também um verbo comumente tratado como auxiliar, mas não de forma idêntica por todos os autores, é necessário discutir algumas questões relacionadas à auxiliaridade verbal. Assume-se, neste trabalho, que o estatuto categorial de um verbo está relacionado diretamente com a função que ele desempenha (NEVES, 2000; ILARI; BASSO, 2008), de modo que o verbo é considerado como auxiliar quando apresenta função gramatical (ou com aspectos mais próximos da gramática) e quando o predicado a ele associado apresenta características semânticas de verbo pleno.

Assim como a conceituação e a delimitação do tema da modalidade resulta em um campo do saber bastante conflituoso, a auxiliaridade verbal também apresenta dificuldades em sua categorização, pois, de acordo com Lobato (1975, p. 27) a classificação de um verbo como auxiliar trata “ora de um sistema fechado de número variável de elementos nunca coincidentes, ora de um sistema aberto de número ilimitado de elementos”.

Para Pontes (1973), que estudou a auxiliaridade no português brasileiro, o estatuto categorial de um verbo auxiliar é explicado do seguinte modo: o verbo principal da estrutura V1 + V2, sendo V1 o verbo auxiliar e V2 o verbo principal, pode tomar como complemento outro verbo. Nos casos em que V2 constitui uma oração com função de complemento

oracional da construção linguística, V1 configura-se como não auxiliar, e a função atribuída a ele é nominal, visto que se trata de um verbo transitivo. Nessa perspectiva, é proposto pela autora, com base em aspectos puramente sintáticos, que alguns verbos, que não tomam uma oração como complemento, são auxiliares, como *ser*, *estar*, *ter*, *haver* e *ir*, enquanto outros verbos, que podem tomar uma oração como complemento, são *auxiliantes*, como *dever*.

Para outros autores (NEVES, 2000; ILARI; BASSO, 2008), um verbo auxiliar desempenha função mais gramatical por apresentar características de pessoa, número, tempo e modo verbal mais restritas/ específicas do que um verbo de caráter lexical. Outra distinção relevante a se observar é que o verbo de significação plena permite a substituição por um elemento nominal, confirmando seu caráter lexical. Já um verbo auxiliar não permite essa permutabilidade com elementos nominais.

Para Ilari e Basso (2008), a distinção entre um verbo de significação plena e um verbo auxiliar deve ser feita por meio da distinção entre léxico e gramática. Tal estratégia esclarece a diferença de estabilidade entre esses verbos porque

enquanto a língua cria todos os dias e com grande agilidade novas palavras de sentido pleno, parte das quais acaba se incorporando ao patrimônio lexical da língua, vários séculos podem ser necessários para consolidar uma nova construção gramatical (ILARI; BASSO, 2008, p. 177).

A diferença de estabilidade entre um verbo de significação plena e um auxiliar mostra, também, o processo histórico de mudança linguística: o processo de gramaticalização. Este processo diz respeito aos itens lexicais que perdem seu significado inicial para adquirirem, ao longo da história, novos matizes semânticos, com funções e estruturas específicas, consolidando-se em novas construções gramaticais.

De acordo com Hopper e Traugott (2003 [1993]), o processo de gramaticalização é caracterizado pela mudança linguística gradual e unidirecional, de modo que os elementos lexicais passam a desempenhar funções gramaticais, ou elementos gramaticais adquirem funções ainda mais gramaticais. Para os autores, ao se tratar de gramaticalização é fundamental a compreensão do conceito de *cline*, pois

do ponto de vista da mudança, as formas não mudam abruptamente de uma categoria para outra, mas por meio de uma série de pequenas mudanças, transições que tendem a ser similares através das línguas (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 6).³⁹

³⁹ No texto original: *From the point view of change, forms do not shift abruptly from one category to another, but go through a series of small transitions, transitions that tend to be similar in type across languages.*

Os autores concebem *cline* como um *continuum*, um arranjo de formas ao longo de uma linha imaginária, que se inicia com uma forma lexical e finaliza com uma forma compacta e reduzida, ou seja, uma forma gramatical. Nessa linha imaginária, há pontos de arbitrariedade entre as formas, distribuídos gradualmente em:

Item lexical > palavra gramatical > clítico > afixo

Cada item da direita dessa linha imaginária é mais gramatical e menos lexical do que o item a sua esquerda. No entanto, ainda segundo Hopper e Traugott (2003), é difícil estabelecer os limites entre uma forma e outra.

Dentro dessa visão histórica das línguas, pode-se afirmar que os verbos auxiliares, antes de serem mais gramaticalizados que os verbos plenos, ou seja, antes de se consolidarem como uma nova construção gramatical, passam por um processo em etapas “não estanques” (ILARI; BASSO, 2008; CASTILHO, 2010), cuja sequência, segundo Castilho (2010), não é obrigatória, conforme ilustra a figura a seguir:

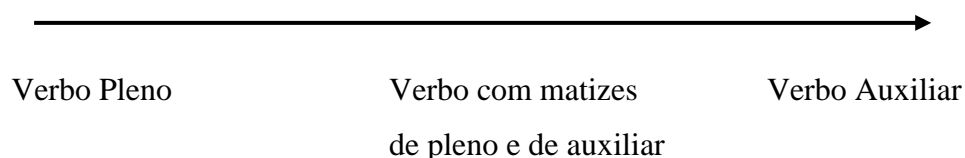


Figura 4: Etapas de gramaticalização que os verbos percorrem.

Como se pode observar na figura 4, durante o processo de gramaticalização, os dois tipos de verbos, verbo de significação plena e auxiliar, podem ser localizados dentro de um mesmo *continuum*, que permite observar os graus de gramaticalização do verbo. Nesse *continuum*, há nuances que se interpõem entre as características, funções e valores de um extremo e outro.

Heine (1993) também propõe que o estatuto categorial de um verbo seja considerado como um *continuum*, que permite observar uma trajetória gradual de mudança. Nessa proposta, o autor denomina cada etapa de A, B, C, D, E, F e G, as quais são subjacentes às mudanças de dessemantização (que diz respeito à perda de conteúdo semântico), decategorização (que diz respeito à mudança de classe gramatical), cliticização (integração do item ao verbo principal) e erosão (perda de substância fonética). Com base nessa proposta, podem-se estabelecer as seguintes correspondências: nas etapas A e B do processo de

gramaticalização, os verbos podem ser considerados de significação plena; na etapa C, os verbos podem ser considerados como semiauxiliares; nas etapas D e E, os verbos são considerados como auxiliares; na etapa F, os verbos são considerados como afixos; por fim, na etapa G, os verbos são considerados como marcadores gramaticais.

Conforme se pode observar, dentro dessa perspectiva de mudança dos elementos linguísticos em etapas graduais, a auxiliaridade é apenas uma etapa intermediária de um ciclo/ *cline/ continuum* completo. Assim sendo, defende-se aqui a necessidade de se reconhecer outros verbos, além dos tradicionais *haver*, *ter* e *ser*, como auxiliares, ou como verbos que estão a caminho desse processo de gramaticalização.

1.7. Perífrases verbais

Para o melhor entendimento sobre o conceito de verbo auxiliar, é necessário discutir o que se entende por perífrase verbal, uma vez que o verbo auxiliar é considerado, de forma não idêntica pelos autores, como um elemento constituinte de perífrase. Nesta seção, serão discutidos alguns aspectos que delimitam um verbo auxiliar como perifrástico na literatura.

Olbertz (1998, p. 32), que estuda a auxiliaridade e a natureza de perífrases verbais no espanhol, define perífrase verbal como uma “combinação produtiva e indissolúvel de um verbo lexical auxiliarizado com um predicado verbal em uma forma não-finita específica”.⁴⁰ Ou seja, perífrase verbal é uma construção linguística de estrutura V1+V2 na qual se relacionam um verbo conjugado (V1), ou na terminologia de Olbertz (1998) forma finita, e um verbo na forma impessoal (V2), ou forma não-finita. A função dessa combinação, para a autora, é a mudança semântica do que é expresso pelo predicado não-finito e seus argumentos.

De um modo geral, alguns linguistas, como Ilari e Basso (2008), assumem que perífrase verbal é a construção gramaticalizada que perdeu parcial ou completamente o significado original. No entanto, de acordo com Gómez Torrego (1999), tal generalização sobre o tema pode ser problemática para uma análise detalhada de verbos auxiliares pelo fato de que existem perífrases verbais cujos verbos auxiliares mantêm seu significado original. Como exemplos de verbos que não apresentam diferenças semânticas do significado original e do auxiliar, Gómez Torrego (1999, p. 3345) menciona os verbos *empezar* e *acabar*, nas seguintes estruturas:

⁴⁰ No texto original: *periphrasis is the productive and indissoluble combination of an auxiliarized lexical verb with a verbal predicate in a specific non-finite form.*

(44)
 Empezó el partido.
 Empezó a jugarse el partido.
 He acabado de trabajar.
 He acabado el trabajo.

‘Começou o jogo.
 Começou-se a jogar.
 Acabei de trabalhar.
 Acabei o trabalho.’

Pode-se observar, por meio desses exemplos, que a afirmação de Gómez Torrego (1999) a respeito da manutenção do significado original de V1 é passível de críticas, uma vez que não está em consonância com o processo de dessemantização do verbo. Nos casos supracitados, V1 retém traços sêmicos da estrutura verbal de que se originou, porém isso não se configura como “manutenção do significado original” conforme havia proposto o autor.

Para alguns autores, como Fernández de Castro (1998) e Gómez Torrego (1999), a construção perifrástica envolve noções sintáticas e não noções puramente semânticas, porque a construção de perífrase é uma expressão que mantém uma relação de interdependência entre os dois elementos. Nessa proposta, a construção que apresenta autonomia categorial entre os seus componentes não é considerada perifrástica porque, em caso de autonomia, o valor de conjunto se perde.

Por sua vez, Pontes (1973) e Lobato (1975), em suas análises do português, propõem que a categorização das perífrases inclua tanto estruturas rígidas, cujos verbos principais apresentam função exclusivamente gramatical, em contextos perifrásticos (V1+V2) e fora deles, como estruturas rígidas cujos verbos principais apresentam função ora gramatical, em contextos perifrásticos, ora lexical, em contextos fora de perífrases. Para fundamentar essa proposta, as autoras distinguem os verbos principais de contextos perifrásticos, isto é, de uma estrutura V1 + V2 em auxiliares e semiauxiliares.

Segundo Pontes (1973) e Lobato (1975), apenas os verbos *haber e ter* podem ser considerados como auxiliares de fato, porque apresentam função exclusivamente gramatical associada a eles. Outros verbos, como *deixar, mandar, fazer, querer* são considerados *semiauxiliares* (na terminologia de Pontes) ou *auxiliantes* (na terminologia de Lobato), pois conservam o seu significado lexical fora de contextos perifrásticos.

Olbertz (1998) estabelece, com base na distinção entre verbos auxiliares e semiauxiliares, que as perífrases verbais podem ser de dois tipos: parcialmente perifrásticas ou completamente perifrásticas. O primeiro caso, parcialmente perifrástica, diz respeito aos

verbos semiauxiliares e compreende construções cujo verbo principal apresenta aspectos gramaticais em estruturas fixas do tipo V1+V2, e aspectos lexicais, fora de estruturas rígidas, relacionados com a sua função. Como exemplo de construções parcialmente perifrásticas, Olbertz (1998, p. 215) menciona as seguintes construções verbais: *comenzar/ empezar a + infinitivo* (começar a + infinitivo), *poder + infinitivo*, *soler + infinitivo* (em português, *costumar + infinitivo*).

Já o segundo caso, completamente perifrástica, diz respeito às construções cujo verbo principal desempenha função gramatical em qualquer contexto linguístico, como a construção verbal *ir a + infinitivo* (em português, *ir + infinitivo*). No entanto, Olbertz (1998) observa que para se verificar o estatuto da construção linguística é necessária a aplicação de testes formais e semânticos.

Com os trabalhos desenvolvidos por Pontes (1973), Lobato (1975) e Olbertz (1998), pode-se verificar que a discussão a respeito da existência de verbos auxiliares e semiauxiliares, assim como a discussão a respeito de estruturas perifrásticas não é recente. Além disso, fica evidente que tais categorias são utilizadas para comprovar que a auxiliaridade e a estrutura de perífrase verbal não é algo estanque, e sim gradual e intermediário de mudança linguística. Desse modo, assim como as autoras, defende-se, neste trabalho, que algumas construções, como *deber (de) + infinitivo*, podem preencher parcial ou plenamente os parâmetros de auxiliaridade, sendo consideradas parcialmente e/ou completamente perifrásticas a depender do contexto linguístico que as envolve.

No Capítulo II, são apresentados os testes selecionados para a verificação da natureza verbal de *deber*, objeto de estudo deste trabalho, com base em Pontes (1973), Lobato (1975), Fernández de Castro (1998), Olbertz (1998) e Gómez Torrego (1999), além dos resultados obtidos com a aplicação desses testes. Também serão descritos os procedimentos metodológicos que serão utilizados na análise dos dados.

Em resumo dos conceitos discorridos ao logo deste Capítulo, o verbo *deber* pode servir à expressão das modalidades epistêmica, deôntica e volitiva. Tais valores podem ser abarcados dentro da GDF no Nível Representacional, atuando nas camadas do Episódio, do Estado-de-Coisas e da Propriedade Configuracional.

Considera-se, ainda, que este verbo modal, em contextos que licenciam a leitura deôntica, pode ser subdividido em subjetivo e objetivo a depender da fonte da qualificação modal e do tipo de ato deôntico. Por fim, é relevante considerar que o estatuto do verbo modal *deber* é discutido aqui com base na noção de *continuum*, podendo (ou não) ser concebido como auxiliar que está em uma etapa intermediária de mudança linguística.

CAPÍTULO II

AMOSTRA DE INVESTIGAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Introdução

Uma vez compreendido o aparato teórico que subjaz a este trabalho, faz-se necessário verificar os valores modais que o verbo *deber* pode expressar em dados de língua espanhola, bem como os elementos que permitem classificá-lo em um ou outro tipo de modalidade. Neste capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a descrição do verbo auxiliar *deber*. A seção 2.1 é dedicada à amostra de investigação. Nela, são apresentadas as informações sobre o córpus selecionado. A seção 2.2 é dedicada aos procedimentos de busca do objeto, bem como à especificação dos parâmetros considerados durante a análise dos dados, e, ainda, os testes aplicados para verificar o estatuto de auxiliaridade do modal *deber*. A seção 2.2.1 é dedicada aos parâmetros que permitiram distinguir a modalidade deôntica subjetiva e a modalidade deôntica objetiva.

2.1. Amostra de investigação

Como as modalidades são meios de expressão por meio dos quais o Falante expressa a sua atitude em relação ao que ele enuncia, parece ser necessário, ao analisar um elemento modalizador como o verbo *deber*, um córpus e um suporte teórico que considerem a língua em situação real de uso. Desse modo, opta-se pela teoria funcionalista da linguagem (modelo de Hengeveld e Mackenzie, 2008), uma vez que tal perspectiva permite o desenvolvimento de uma reflexão na qual os recursos de expressão de uma língua são descritos nos níveis sintático, semântico e pragmático de forma integrada.

Para análise do verbo modal *deber*, foram selecionados dados de língua falada, mais especificamente entrevistas orais pertencentes ao projeto PRESEEA.⁴¹ O ato de recorrer às entrevistas orais se justifica pelo fato de que tal corpora favorece a manifestação de modalidade em amostras autênticas da língua.

O corpora PRESEEA (*Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y de América*) é coordenado pelo professor Francisco Moreno Fernández, da

⁴¹O corpora PRESEEA encontra-se disponível em www.linguas.net/preseea.

Universidade de Alcalá de Henares (Alcalá de Henares, Espanha). O PRESEEA foi criado por uma Comissão Sociolinguística em 1993, durante o *X Congresso Internacional da Associação Linguística e Filológica da América Latina*, tendo por objetivo central a elaboração de um corpora sincrônico de língua falada. Os dados coletados reúnem amostras de informantes de diferentes cidades espanholas e hispano-americanas, divididos em três níveis de escolaridade: primário, secundário e superior.

As gravações do projeto foram obtidas por meio de conversações semidirigidas, as quais estimulam o aparecimento de diferentes tipos discursivos, tais como o narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo e dialogal. Dentre as várias cidades espanholas e hispano-americanas integrantes do projeto PRESEEA, foram escolhidas, para compor o *cópus amostra* deste trabalho, entrevistas das cidades espanholas de Alcalá de Henares, de Granada, de Valência e de Málaga, quatro das cidades em fase mais avançada do Projeto, cujos dados já estão transcritos e organizados.

Embora não tenha sido possível homogeneizar o número de entrevistas para cada cidade selecionada, visto que excluir uma ou outra amostra não permitiria contemplar um número relevante de ocorrências expressas por meio do verbo modal *deber*, buscou-se homogeneizar as entrevistas por meio do nível de escolaridade de cada informante. Dessa forma, os níveis de instrução selecionados foram o secundário, correspondente ao ensino médio completo, e o superior, correspondente à graduação.

A seguir, especificam-se as entrevistas selecionadas que compõem o *cópus* deste trabalho, com a indicação da cidade a que os entrevistados pertencem, o número da amostra, o número do informante, o sexo, o nível de escolaridade de cada informante e o tempo de gravação de cada entrevista, que juntas somam um total de 88 amostras, com aproximadamente 62 horas e 27 minutos de gravação.

Sigla	Cidade	Número da amostra	Idade do informante	Número do informante	Sexo do informante	Nível de instrução	Tempo de gravação
AH	Alcalá de Henares	1	32	13	Masculino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	2	28	14	Feminino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	3	30	15	Masculino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	4	23	16	Feminino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	5	31	17	Feminino	Superior	45min.

AH	Alcalá de Henares	6	30	18	Feminino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	7	40	31	Masculino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	8	39	32	Masculino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	9	40	33	Masculino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	10	53	34	Feminino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	11	39	35	Feminino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	12	37	36	Feminino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	13	64	49	Masculino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	14	60	50	Masculino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	15	64	51	Masculino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	16	72	52	Feminino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	17	52	53	Feminino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	18	83	54	Feminino	Superior	45min.
AH	Alcalá de Henares	19	25	7	Masculino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	20	27	8	Masculino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	21	20	9	Masculino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	22	20	10	Feminino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	23	21	11	Feminino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	24	21	12	Feminino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	25	35	25	Masculino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	26	41	26	Masculino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	27	49	27	Masculino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	28	40	28	Feminino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	29	39	29	Feminino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	30	46	30	Feminino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	31	59	43	Masculino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	32	50	44	Masculino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	33	65	45	Masculino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	34	65	46	Feminino	Secundário	45min.
AH	Alcalá de Henares	35	67	47	Feminino	Secundário	45min.

	Henares						
AH	Alcalá de Henares	36	63	48	Feminino	Secundário	45min.
GR	Granada	01	29	31	Masculino	Superior	42min.
GR	Granada	02	25	31	Masculino	Superior	31min.
GR	Granada	03	25	31	Masculino	Superior	24min.
GR	Granada	04	23	31	Feminino	Superior	27min.
GR	Granada	06	22	31	Feminino	Superior	28min.
GR	Granada	07	46	32	Masculino	Superior	44min.
GR	Granada	08	49	32	Masculino	Superior	36min.
GR	Granada	09	43	32	Masculino	Superior	34min.
GR	Granada	10	47	32	Feminino	Superior	35min.
GR	Granada	11	41	32	Feminino	Superior	35min.
GR	Granada	12	41	32	Feminino	Superior	32min.
GR	Granada	14	60	33	Masculino	Superior	31min.
GR	Granada	15	54	33	Masculino	Superior	31min.
GR	Granada	16	63	33	Feminino	Superior	35min.
GR	Granada	18	60	33	Feminino	Superior	30min.
GR	Granada	19	21	12	Masculino	Secundário	46min.
GR	Granada	20	21	12	Masculino	Secundário	50min.
GR	Granada	21	24	12	Masculino	Secundário	35min.
GR	Granada	22	33	12	Feminino	Secundário	31min.
GR	Granada	23	29	12	Feminino	Secundário	33min.
GR	Granada	24	34	12	Feminino	Secundário	35min.
GR	Granada	25	43	22	Masculino	Secundário	51min.
GR	Granada	26	37	22	Masculino	Secundário	44min.
GR	Granada	27	41	22	Masculino	Secundário	58min.
GR	Granada	28	38	22	Feminino	Secundário	39min.
GR	Granada	29	42	22	Feminino	Secundário	41min.
GR	Granada	30	38	22	Feminino	Secundário	36min.
GR	Granada	31	67	32	Masculino	Secundário	28min.
GR	Granada	32	64	32	Masculino	Secundário	35min.
GR	Granada	33	82	32	Masculino	Secundário	41min.
GR	Granada	34	83	32	Feminino	Secundário	31min.
GR	Granada	35	70	32	Feminino	Secundário	47min.
GR	Granada	36	66	32	Feminino	Secundário	43min.
V	Valência	01	43	001	Feminino	Superior	41min.
V	Valência	02	29	002	Masculino	Superior	34min.
V	Valência	03	46	003	Masculino	Superior	44min.
V	Valência	04	26	004	Masculino	Superior	34min.

V	Valência	05	38	005	Feminino	Superior	44min.
V	Valência	01	23	001	Feminino	Secundário	30min.
V	Valência	02	22	002	Masculino	Secundário	32min.
V	Valência	03	56	003	Feminino	Secundário	34min.
V	Valência	04	27	004	Feminino	Secundário	33min.
V	Valência	05	52	005	Feminino	Secundário	37min.
MA	Málaga	13	28	732	Masculino	Superior	60min.
MA	Málaga	14	28	046	Feminino	Superior	60min.
MA	Málaga	15	50	719	Masculino	Superior	45min.
MA	Málaga	17	60	714	Masculino	Superior	60min.
MA	Málaga	18	56	713	Feminino	Superior	45min.
MA	Málaga	07	32	712	Masculino	Secundário	60min.
MA	Málaga	08	30	710	Feminino	Secundário	60min.
MA	Málaga	11	61	727	Masculino	Secundário	60min.
MA	Málaga	12	61	717	Feminino	Secundário	60min.

Quadro 4: informações sobre as amostras do corpus.

2.2. Procedimentos metodológicos de análise

Uma vez estabelecida a classificação de modalidade que se adota para este trabalho e os diferentes efeitos de sentido que podem ser expressos por cada subtipo modal, tais como probabilidade (modalidade epistêmica), obrigatoriedade, proibição, necessidade (modalidade deôntica), desejo e vontade (modalidade volitiva), foram selecionados os dados com a forma *deber*, sendo descartadas todas as ocorrências em que o verbo apresentava significação plena, como o caso a seguir:

(01) I.: y cuando cenábamos en la Hostería, ¿eh? había que poner cada uno venía A el conserje y decía «don M me **debe** usted mil quinientas de su mujer y mil quinientas de usted tres mil pesetas». (51H-AH15)

‘Quando jantávamos no restaurante, cada pessoa que vinha tinha que contribuir, A, o zelador, dizia “Dom M, você me deve mil e quinhentas de sua esposa e mil e quinhentas suas, três mil pesetas”.’

Nessa ocorrência, o verbo *deber* apresenta significação plena. Tem-se em (01) o significado de “dever dinheiro”. O verbo *deber*, em estruturas de V1+V2, diferentemente do verbo pleno, expressa significados modais que estão relacionados ao julgamento do Falante sobre o conteúdo enunciado.

O verbo modal *deber* possui uma forma variante - *deber de* - e ambos são tradicionalmente associados aos valores de necessidade e suposição, respectivamente. De acordo com a gramática da Real Academia (2009), o verbo *deber* tem um valor relacionado à necessidade e à obrigação, enquanto *deber de* relaciona-se a suposições, possibilidades ou dúvidas, o que permite a associação de *deber* com a modalidade deôntica e *deber de* com a modalidade epistêmica. No entanto, Matte Bon (2003), gramático do espanhol, afirma que a diferença entre esses dois operadores se neutraliza cada vez mais, como se pode observar nas ocorrências (02) e (03), em que ambos expressam o mesmo valor deôntico:

(02) I: Los hijos hacen lo que ven de los padres porque eso se ha visto mucho ¿no?, pero yo creo que si hacemos un buen trabajo en la familia, en la casa, y no... con el tiempo, esto...yo soy optimista... yo creo que si hacemos un buen trabajo, no irá a más, sino que... y, por supuesto, insisto en que **no se debe** ponerles las cosas fácil. (22H–GR27)

‘Os filhos fazem o que veem dos pais porque isso se viu muito, mas eu acredito que se fazemos um bom trabalho na família, em casa, com o tempo, isso... eu sou otimista... eu acho que se fazemos um bom trabalho, não irá adiante. E, claro, eu insisto que não se deve facilitar as coisas.’

(03) E: y, por ejemplo, si tú tuvieras un hijo y te dijera que se va de botellón, ¡ay!, ¿cómo lo convencerías?

I: yo que no sé si puede convencer a esa edad tan mala, por ejemplo, dieciséis, diecisiete años

E: eso es

I: qué ¿cómo le convences? nada pues yo intentaría inculcarle que el alcohol no se no se **debe** de tomar. (12M–GR24)

‘E.: E, por exemplo, se você tivesse um filho e te dissesse que ele vai sair para beber, como o convenceria?’

I. Eu não sei se se pode convencer a essa idade tão difícil, por exemplo, dezesseis, dezessete anos.

E.: Isso é...

I.: E como o convence? Eu tentaria colocar na cabeça dele que o álcool não se deve tomar.’

Esses casos mostram que nos dados deste trabalho as formas *deber* e *deber de*, assim como afirma Matte Bon (2003), estão cada vez mais neutralizadas, uma vez que o valor deôntico pode aparecer expresso por ambas as formas. Eddington e Silva-Corvalán (2011) analisaram a variação de uso dessas duas formas em língua escrita e falada do espanhol latino-americano e peninsular e observaram que as prescrições das gramáticas normativas nem sempre são seguidas. Verificaram que, na maioria dos casos, *deber* e *deber de* são usados indistintamente, ambos expressando obrigação e possibilidade, conforme ratificam os dados

aqui empreendidos na análise. Por essa razão, as duas formas serão consideradas como equivalentes. Embora não seja o foco deste trabalho, é interessante registrar a importância de se tratar o fenômeno de neutralização das formas variantes *deber* e *deber de* sob o viés da sociolinguística, visto que esta linha de pesquisa permitiria um estudo mais detalhado a respeito desse processo de mudança linguística. Como este não é o objetivo do presente trabalho, o estudo da neutralização linguística à luz da sociolinguística se configura como possível proposta para o desenvolvimento de trabalhos futuros, embora o número de ocorrências não seja muito expressivo.

Após restringir a seleção dos dados aos usos modais de *deber*, buscou-se, a fim de descrever as ocorrências selecionadas⁴², por explicações embasadas em aspectos pragmáticos, semânticos e sintáticos. Foram considerados os parâmetros que aqui formam o contexto, a fim de se realizar uma análise mais concreta das ocorrências, considerando assim a situação comunicativa em jogo, e de se desfazer possíveis casos de ambiguidade. De um modo geral, a importância do contexto é destacada por diferentes autores que estudaram o verbo *deber* em língua espanhola (SILVA-CORVALÁN, 1995; OLBERTZ, 1998; EDDINGTON; SILVA-CORVALÁN, 2011) como um parâmetro essencial para a análise de uma interpretação adequada do verbo, pois “cada elemento linguístico contribui para um significado específico da sentença como um todo”⁴³ (EDDINGTON; SILVA-CORVALÁN, 2011, p. 259).

O contexto é concebido aqui como um conjunto de elementos linguísticos, relacionados aos traços sintáticos e semânticos, que circunscrevem o verbo e permitem explicar os valores atribuídos a ele. Tais elementos linguísticos, que integram os parâmetros de análise deste trabalho (os tipos modais, o âmbito de incidência modal, as características do sujeito e a morfologia verbal), são explicados a seguir.

(1) *O tipo de modalidade*

O tipo de modalidade diz respeito aos valores semânticos expressos pelo verbo em análise. A expectativa para esse parâmetro é que o verbo *deber* pode servir à expressão da modalidade deôntica, que expressa obrigatoriedade/proibição/necessidade; da modalidade epistêmica, que expressa probabilidade; e da modalidade volitiva, que expressa desejo/volição. Espera-se, ainda, que por este parâmetro se possa encontrar maior recorrência

⁴² A contagem dos dados foi realizada por meio do programa estatístico Goldvarb X (2005).

⁴³ No original: *Every linguistic element contributes a specific meaning to the total.*

de modalidade deôntica, haja vista que esse verbo modal serve a uma maior expressão de valores deônticos do que epistêmicos.

Bybee et al (1994, p. 176-242), que estudaram modalidade em aproximadamente 76 línguas, entre elas o espanhol, defendem a existência de diferentes tipos de modalidades, os quais permitem classificar as nuances de valores, tais como: obrigação forte, obrigação fraca, proibição, permissão, desejo, entre outros. Assim como os autores, acredita-se que a modalidade possa ser analisada com base nos valores que expressam, mas como uma subcategoria de um tipo modal mais amplo. Desse modo, defende-se que a modalidade deôntica, categoria mais ampla de obrigatoriedade, possa ser classificada dentro de um *continuum*, cujos subvalores variam da obrigação mais fraca para a obrigação mais forte. Nos dados desta pesquisa, os graus de modalidade deôntica considerados são:

- (a) necessidade (obrigação mais fraca);
- (b) obrigação (mais forte);
- (c) e proibição (imposição de restrições).

A título de ilustração das modalidades deôntica, epistêmica e volitiva, bem como dos graus de modalidade deôntica, são apresentadas as seguintes ocorrências:

Modalidade deôntica

(04) Valor deôntico de necessidade

I.: Hay mucha gente que consume droga. Mi opinión es que, bueno, dadas las circunstancias lo veo como una opción, pero que un padre siempre lo va a ver con otros ojos, como algo que **debería** estar fuera del alcance de los jóvenes, pero ya cuando, pero si eres joven y ves lo que te rodea de verdad que es que es una opción. (31M-GR06)

‘Há muita gente que consome droga. Minha opinião é que, dadas as circunstâncias, eu vejo isso como uma opção, mas um pai sempre vai ver com outros olhos, como algo que deveria estar fora do alcance dos jovens, mas se você é jovem e vê o que o cerca, é, na verdade, uma opção.’

(05) Valor deôntico de obrigação

I.: Y en cuestiones sociales ¡siempre coopero!

E.: ¡sí! ¡que tampoco cambiarías mucho!

I.: ¡hombre! ¡daría más! indudablemente daría más en vez de tener la parte fija de todos los meses, porque yo tengo de tener como una idea clara, eso también lo compartía mi marido, que si uno tiene bastante pues una parte de la paga la **debes** dedicar. (723M-MA66)

‘I.: Eu sempre coopero com questões sociais.

E.: Sim, também mudaria muito.

I.: Eu daria mais. Sem dúvidas, eu daria mais, em vez de ter a parte fixa de todos os meses porque eu tenho como uma ideia clara, que meu marido também a compartilha, se a gente tem bastante dinheiro, uma parte do pagamento deve ser dedicada.’

(06) Valor deôntico de proibição

E: y, por ejemplo, si tú tuvieras un hijo y te dijera que se va de botellón, ¡ay!, ¿cómo lo convencerías?

I: yo que no sé si puede convencer a esa edad tan mala, por ejemplo, dieciséis, diecisiete años

E: eso es

I: qué ¿cómo le convences? nada pues yo intentaría inculcarle que el alcohol no se no se **debe** de tomar. (12M–GR24)

‘E.: E, por exemplo, se você tivesse um filho e te dissesse que ele vai sair para beber, como o convenceria?’

I. Eu não sei se se pode convencer a essa idade tão difícil, por exemplo, dezesseis, dezessete anos.

E.: Isso é...

I.: E como o convence? Eu tentaria colocar na cabeça dele que o álcool não se deve tomar.’

Modalidade epistêmica

(07) I.: Creo que lo descubren los ladrones, en un momento pero él se consigue escapar o algo así, no lo sé porque **debe** hacer como treinta años que no leo ese cuento pero, más o menos andaba por ahí. (005M–V05).

‘Eu acho que descobriram os ladrões, mas ele conseguiu escapar ou alguma coisa assim, não sei, porque deve fazer uns trinta anos que eu não leio esse conto, mas é mais ou menos isso.’

Modalidade volitiva

(08) **Deberían/ Debieran/ Debieron** haberlo metido en la cárcel. (GÓMEZ TORREGO, 1999, p. 3350)

‘Deveriam ter colocado ele na cadeia.’

Em (04), pode-se notar que o verbo *deber* serve à expressão da modalidade deôntica, uma vez que o seu significado exprime a necessidade de ocorrência do Estado-de-Coisas descrito no predicado – *estar fuera del alcance de los jóvenes*. Os casos (05) e (06), por sua vez, descrevem a obrigação de ocorrência do Estado-de-Coisas descrito no predicado – *dedicar*; e da proibição de ocorrência do Estado-de-Coisas descrito no predicado – *tomar*. Na ocorrência (07), o verbo *deber* expressa modalidade epistêmica, cujo significado mais adequado é o de probabilidade. O que se coloca como provável/incerto é o Estado-de-Coisas *hacer treinta años*. Já no caso do exemplo (08), reproduzido de Gómez Torrego (1999), tem-

se o desejo do sujeito-enunciador de ocorrência do Estado-de-Coisas descrito – *haberlo metido en la cárcel*.

(2) *Os testes de auxiliaridade verbal*

A fim de se realizar uma análise de modo integrado do verbo modal *deber*, nesta seção, são apresentados alguns testes formais e semânticos, que podem caracterizar uma perífrase verbal bem como um verbo auxiliar de modo satisfatório. Os testes são embasados nos trabalhos desenvolvidos para o espanhol (FERNÁNDEZ DE CASTRO; 1998; GÓMEZ TORREGO, 1999; OLBERTZ; 1998) e para o português (LOBATO; 1975; PONTES; 1973) e são aplicáveis para o verbo *deber*. Como verificado no Capítulo I deste trabalho, o estatuto categorial de um verbo auxiliar pode ser relacionado com o processo de gramaticalização que as línguas sofrem, de modo que ele pode ser encontrado dentro de algum ponto do *continuum* durante esse processo. A esse respeito, assentam os seguintes testes, que são aplicados para o espanhol e que permitem a verificação da natureza de uma perífrase, se ela é caracterizada por um verbo auxiliar e um verbo principal: a) coincidência de sujeitos; b) comutação; c) permutabilidade de pronomes clíticos; d) passivação; e) negação. Espera-se que um verbo, para que seja considerado auxiliar, passe por todos esses testes, que envolvem aspectos sintáticos e semânticos.

O primeiro teste, de *coincidência de sujeitos*, é defendido pelos autores como Lobato (1975), Fernández de Castro (1998) e Gómez Torrego (1999) como uma condição necessária, porém, não suficiente por si só para a classificação de uma perífrase verbal. Por esse teste, a construção linguística é considerada perífrase verbal quando os seus dois componentes apresentam o mesmo sujeito argumental e não há desdobramento da sequência verbal.

Dado ao papel gramatical das perífrases, Gómez Torrego (1999) acrescenta, ainda, que os verbos auxiliares são, normalmente, compatíveis com verbos impessoais, como *chover*, *haver*, e com verbos intransitivos, como *ocorrer* e *suced*. A justificativa para a associação de verbos auxiliares a verbos impessoais e intransitivos está relacionada ao fato de que, conforme aponta Heine (1993), a não variedade de sujeito, como a ausência de sujeito, ou sujeito único, está relacionada à perda de propriedades sintáticas, o que revela maior grau de gramaticalização das perífrases.

Este teste mostra-se relevante para o presente estudo porque um verbo para ser considerado auxiliar precisa, junto de outro verbo, compor um único sintagma verbal tanto no aspecto sintático como semântico.

Considerando a necessidade de se identificar um único sintagma verbal para poder categorizar um verbo como auxiliar, verificou-se, nos dados aqui empreendidos, a concordância gramatical do sujeito do modal *deber* com o sujeito léxico, característica típica de construções perifrásticas, como se pode observar nas seguintes ocorrências:

(09) Modalidade deôntica

I.: Pues te das cuenta que es muy necesario pues tener ese servicio de seguridad y de rescate en las propias playas aparte de todo eso luego hay una policía que **debe de** intervenir para proteger el medio ambiente. (714H-MA60)

‘Você percebe que é muito necessário ter esse serviço de segurança e resgate nas próprias praias, além disso, há um policiamento que deve intervir para proteger o meio ambiente.’

(10) Modalidade epistêmica

I.: Yo creo que eso **debía** ser año cuarenta y seis cuarenta y siete cuarenta y ocho. (708H-MA63)

‘Eu acho que isso devia ser no ano de quarenta e seis, ou sete, quarenta e oito.’

As ocorrências identificadas no córpus mostram que tanto o verbo *deber* com valor deôntico (exemplificado em (09)) como o verbo *deber* com valor epistêmico (exemplificado em (10)) podem ser considerados auxiliares pelo teste de coincidência de sujeitos, pois constituem expressões linguísticas com perda de propriedades sintáticas. Há uma maior integração entre as sequências verbais *debe de* e *intervenir*, assim como há uma maior integração entre as sequências entre *debía* e *ser*.

No entanto, conforme registrado acima, este parâmetro por si só não permite definir se uma construção é (ou não) perifrástica porque um mesmo verbo pode exigir, a depender do contexto, sujeitos iguais e não ser considerado como constituinte integrante de uma perífrase, como, o verbo *querer*, no exemplo (11) a seguir:

(11) Ele quer viajar.

*Ele quer eu viajar

Nesse contexto, não é possível que os sujeitos dos verbos *querer* e *viajar* sejam diferentes, pois o verbo *querer* controla o sujeito da subordinada; por serem idênticos, o segundo sujeito deve ser apagado (*equi-deletion*).

O segundo teste, da *comutação*, também é abordado como um parâmetro importante no reconhecimento de perífrases. Lobato (1975), Fernández de Castro (1998), Olbertz (1998) e Gómez Torrego (1999) defendem que uma construção perifrástica não permite a comutação de V2 por um elemento equivalente, como um substantivo, adjetivo ou advérbio, ou seja, uma construção linguística não é considerada perífrase verbal quando for possível a substituição da forma não-finita por uma categoria nominal. Caso o verbo apresente alguma restrição a esse teste, trata-se de um auxiliar.

A escolha desse teste para investigar o estatuto de *deber* se justifica pelo fato de que a impossibilidade de se comutar o verbo principal por uma categoria nominal constitui uma maior integração entre os elementos da sequência verbal, o que comprova o estatuto de perífrase.

Analisando os dados, verificou-se que, por este teste da comutação, o verbo *deber* tanto com valor deôntico como epistêmico constitui um verbo auxiliar, uma vez que não permite a substituição por elementos nominais. Este teste mostra-se fundamental para distinguir os valores de um verbo pleno e um verbo auxiliar, conforme se pode observar nas ocorrências:

(12) Verbo com significação plena

I.: Pero hace falta que se meta mucha gente porque es mucho dinero el que se **debe** y la hipoteca ¡cada vez va a más! (701M-MA50)

‘Faz falta que se envolva muita gente porque é muito dinheiro o que se deve e a hipoteca sobe cada vez mais.’

(13) Modalidade deôntica

I.: Un individuo racional en el mercado no **debe** dar muchas facilidades al vecino para por ejemplo adquirir un bien que él podría adquirir a lo mejor por menos dinero. (003H-V03)

‘Um indivíduo racional no mercado não deve dar muitas facilidades ao vizinho para adquirir um bem, por exemplo, que ele poderia adquirir, provavelmente, por menos dinheiro.’

(14) Modalidade epistêmica

I.: En esta época siempre hace el mismo calor lo que pasa es que nos habíamos acostumbrado un poco ya al tiempo un poco normal en España y de repente pues al venir no nos acordábamos de que **debía** de hacer este tiempo. (51H-AH15)

‘Nesta época, sempre faz o mesmo calor, o que acontece é que nós tínhamos nos acostumado um pouco já com o tempo normal na Espanha e, de repente, ao chegar, não nos lembrávamos de que devia fazer este tempo.’

Ao se aplicar o teste da comutação para os casos acima, é possível encontrar as seguintes paráfrases:

(12') *Se lo debe* (debe mucho dinero a él)

(13') * *No lo debe*

(14') * *Lo debía*

Em (12), verifica-se a possibilidade de substituir o complemento direto do verbo *deber* (*mucho dinero*) pelo pronome *lo*, o que comprova o caráter lexical do verbo nesse contexto. Já em (13) e em (14), nota-se que não é possível a substituição do infinitivo (*dar muchas facilidades al vecino/ hacer este tiempo*) que segue o verbo *deber* por *lo* porque afeta a integridade da significação conjunta da expressão. Ou seja, ao tentar comutar o complemento de *deber* pelo pronome *lo* em (13) e em (14), fica faltando o infinitivo que integra a perífrase e a construção fica agramatical em espanhol. Desse modo, perde-se o valor de conjunto e o verbo configura-se como um verbo pleno.

O terceiro teste, *permutabilidade de pronomes clíticos*, diz respeito à posição sintática ocupada pelos clíticos (FERNÁNDEZ DE CASTRO, 1998; GÓMEZ TORREGO, 1999). Segundo Gómez Torrego (1999), as construções perifrásticas de infinitivo permitem que os clíticos sejam antepostos ao primeiro verbo ou pospostos ao infinitivo, ou seja, permitem liberdade de posicionamento dos pronomes.

A justificativa para essa liberdade de posição dos clíticos referentes aos complementos selecionados pelo lexema está fundamentada no fato de haver maior integração entre os elementos que constituem uma perífrase, de modo que não se é possível interpor elementos entre o V1 e V2, além da preposição *de*, que é parte de V1, *deber* (*de*). Gómez Torrego (1999, p. 3332) também observa que os clíticos, quando agrupados, devem aparecer juntos na anteposição ou na posposição.

Como afirma Fernández de Castro (1998), o teste de permutabilidade de pronomes clíticos não é exclusivo de perífrases verbais. No entanto, é importante para o seu reconhecimento porque comprova a sua função de único sintagma verbal. Desse modo, procurou-se verificar por meio desse teste se há alguma interveniência semântica e/ou sintática na construção linguística quando há alteração da posição sintática do clítico.

Ao aplicar esse teste nas ocorrências analisadas do verbo *deber* no cópuz, observou-se haver liberdade de posicionamento do pronome, mesmo que o clítico não exista na oração e seja nela inserido, como se pode verificar nos casos a seguir:

(15) Modalidade deôntica

I.: Mis hermanas que han tenido hijos a lo mejor no piensan lo mismo porque yo supongo que un niño *se le* debe querer desde que es nada. (17M–AH05)

‘Minhas irmãs que tiveram filhos provavelmente não pensam o mesmo porque eu suponho que você deve gostar de um filho desde que ele é pequeno.’

(15’) Debe querérsele

(16) Modalidade epistêmica

I.: Yo que he tenido nunca alergia, no he tenido nunca alergia, pero yo creo que **debo** tener algo de alergia al polen porque ahora me pican también los ojos los tengo siempre hinchados. (15H–AH03)

‘Eu nunca tive alergia, mas eu acho que devo ter algum tipo de alergia ao pólen porque agora os meus olhos ardem também, estão sempre inchados.’

(16’) Debo tenerlo

Lo debo tener

Em (15), os pronomes presentes na ocorrência podem ser tanto antepostos como pospostos à expressão linguística, o que, segundo Gómez Torrego (1998) e Fernández de Castro (1999), contribui para a comprovação do estatuto categorial de um verbo como auxiliar. Do mesmo modo, a ocorrência (16) mostra que, embora não haja pronomes clíticos na oração, eles podem ser inseridos e permutados em qualquer posição oracional, sem que haja alteração na estrutura e/ou no significado da construção linguística, atestando haver coesividade, integração entre os elementos do sintagma verbal.

O quarto teste, *apassivação*, diz respeito à conversão das construções em estruturas passivas (FERNÁNDEZ DE CASTRO, 1998; GÓMEZ TORREGO, 1999). Segundo Fernández de Castro (1999), esse teste permite revelar o caráter peculiar das perífrases verbais porque, durante a conversão dessas construções em estruturas passivas (analítica ou reflexiva), o primeiro complemento das expressões é convertido em sujeito, o que pode gerar alguma diferença de efeito de sentido.

Esse teste é relevante para o presente estudo porque, junto dos demais testes, ele compõe uma análise coerente e segura dos dados, uma vez que, com a sua aplicação, é possível comprovar a impossibilidade de transformar em voz passiva o verbo *deber* enquanto auxiliar.

Pelo teste da *apassivação*, foi possível verificar, nos dados analisados, que o verbo *deber* pode ser considerado auxiliar porque não permite a conversão do predicado na voz passiva sem que se altere a unicidade semântica do sintagma verbal (V1+ V2) na voz ativa, conforme se pode observar nas ocorrências a seguir:

(17) Modalidade deôntica

I.: ¡Llévate un pantalón largo! que para ir a una casa de ejercicios **debes** de ir con pantalones largos. (710M–MA24)

‘Leve uma calça comprida! Para ir à academia você deve ir com calça comprida.’

(17’) *Ir con pantalones largos es *debido* por tú.

(18) Modalidade epistêmica

I.: Yo que he tenido nunca alergia, no he tenido nunca alergia, pero yo creo que **debo** tener algo de alergia al polen porque ahora me pican también los ojos los tengo siempre hinchados. (15H–AH03)

‘Eu nunca tive alergia, mas eu acho que devo ter algum tipo de alergia ao pólen porque agora os meus olhos ardem também, estão sempre inchados.’

(18’) *Tener algo de alergia al polen es *debido* por yo.

Nessas ocorrências, não é possível transformar em voz passiva o predicado verbal da sentença sem que haja agramaticalidade e alteração do significado da frase na voz ativa, o que reitera o caráter auxiliar do verbo modal *deber*.

O quinto teste, *negação*, diz respeito ao âmbito de incidência da negação. Por esse parâmetro, o verbo é considerado auxiliar quando, em uma sequência verbal, o âmbito de incidência da negação é sob todo o grupo verbal, conforme apontam os autores Pontes (1973) e Lobato (1975).

Este teste, assim como os demais, permite observar a integração entre os elementos linguísticos, isto é, o grau de gramaticalização das estruturas, o que justifica a sua escolha para a caracterização de um verbo como auxiliar constituinte de perífrase. Por meio dele, pôde-se observar que o verbo *deber* é considerado auxiliar, visto que a negação incide sobre a sequência verbal e não apenas sobre um dos verbos, como já havia sido advertido por Olbertz (1998). As ocorrências (19) e (20) permitem verificar essa afirmação:

(19) Modalidade deôntica

I.: Una vez salimos, y ¡claro!, como yo estaba en la tienda y digo “¡bueno! ¡voy a arreglarme un poco!” mi padre “¡no **debes** de salir! porque ¡hay qué ver!”. (717M–MA39)

‘Uma vez saímos, e, claro, como eu já estava na loja, disse “vou me arrumar um pouco” e meu pai “você não deve sair porque vai ver só”.’

(20) Modalidade epistêmica

I.: A mí me llamó mucho la atención de todas formas allí los poblados mayas que quedaban todavía me llamó muchísimo porque quedan poblados maya tal cual viven en palapas sí no tienen agua no tienen **no deben** tener escuelas. (001M–V01)

‘Chamou-me muito a atenção, de todas as formas, ali, o povoado maia que permanecia; chamou-me muitíssimo a atenção porque o povo maia permanece tal como vive em Las Palapas, não tem água, não devem ter escolas.’

Nessas ocorrências, a partícula de negação incide sobre os Estados-de-Coisas *salir/ tener escuelas* e não sobre parte dos elementos constituintes da sequência verbal, o que reitera o caráter auxiliar do verbo *deber*.

Com a seleção dos testes sintáticos e semânticos e com a sua aplicação, buscou-se comprovar que o verbo *deber*, em construções como *deber (de) + infinitivo*, é um verbo auxiliar que integra uma perífrase verbal, uma vez que as estruturas sintáticas e semânticas do verbo são caracterizadas pela sua unicidade e integração sintática e semântica. Os resultados mostram também que o verbo *deber* apresentou, nos dados aqui analisados, valor mais gramatical, com restrições de emprego, do que lexical, o que contribui para o seu reconhecimento como verbo auxiliar constituinte de perífrase verbal. Por essa razão, acredita-se que os testes selecionados e aplicados são relevantes para a discussão do estatuto categorial do verbo *deber*. Uma vez considerado como elemento gramatical, o verbo *deber* passa a ser concebido, dentro da GDF, como um operador gramatical.

(3) A orientação da modalidade

A orientação da modalidade expressa pelo verbo permite verificar o escopo sobre o qual recai o foco de qualificação modal. Por esse parâmetro, pode-se verificar se a modalidade é orientada para o participante, para o evento, para o episódio ou para a proposição. Esse último tipo de modalidade orientada para a proposição não pode ser expressa por meio do verbo *deber*, uma vez que na teoria da GDF a proposição é representada por um Conteúdo Proposicional, unidade de ordem mais alta, que comumente não aparece sob o escopo dos verbos auxiliares modais. Sendo assim, espera-se por este parâmetro que o verbo *deber* possa ter como foco de qualificação apenas as modalidades orientadas para o participante, para o evento e para o episódio. Consoante à expectativa anterior de que a modalidade deôntica seja mais recorrente, a expectativa para este parâmetro é que o verbo *deber* possa ser mais produtivo com a orientação para o evento, haja vista o tipo de córpus, de fala, que favorece a descrição de Estado-de-Coisas como sendo necessário, obrigatório ou proibido, de modo que a imposição de ordens e proibições estão restritas à orientação para o

participante. As seguintes ocorrências mostram o entrecruzamento do tipo e orientação modal com o verbo *deber*:

Modalidade deôntica orientada para o participante

(21) Valor deôntico de obrigação

I.: Lo que pasa que ahora, me da un poco de miedo porque, me ponen la cabeza loca, que no **debo** de ir, que hay muchos problemas, que esto que lo otro. (728M–MA41)

‘O que acontece é que agora me dá um pouco de medo porque me deixam louca, dizem que eu não devo ir, que há muitos problemas, que isso e que aquilo.’

(22) Valor deôntico de proibição

E.: Y empezó con los malos tratos desde el principio de estar casados o...?

I.: Hombre yo desde el principio creo que no, tampoco lo sé, no **debería** enterarme mucho porque ya tengo bastantes malos recuerdos como para tener más

E.: ¿Y ellos ahora van a tienen alguna relación mantienen una: ...?

I.: qué va. (11M–AH23)

‘E.: E os maus tratos começaram desde o início de casados?’

I.: Desde o início, eu acho que não. Também, não o sei, não deveria me informar muito porque eu já tenho bastantes más recordações para ter mais.

E.: E eles, agora, mantêm alguma relação?’

I.: Imagina.’

Modalidade deôntica orientada para o evento

(23) Valor deôntico de necessidade

E.: ¿y qué opinas pues sobre el servicio militar? ¿es obligado hacerlo? ¿no es obligado? ¿**debe** existir? ¿no **debe** existir? a ver ¿cuál es tu opinión sobre eso? (002H–V02)

‘E você o que acha sobre o serviço militar? É obrigatório fazê-lo? Não é obrigatório? Deve existir? Não deve existir? Qual a sua opinião sobre isso?’

(24) Valor deôntico de obrigação

E.: Eso es porque no nacen niños ¿no?

I.: ¡Exactamente! y eso es una cosa que a mí me duele mucho porque el gobierno español **debería de** incentivar. (715H–MA47)

‘E.: Isso é porque não nascem crianças, né?’

I.: Exatamente! E isso é uma coisa que me dói muito porque o governo espanhol deveria incentivar.’

(25) Valor deôntico de proibição

I.: Tú dime a mí ese pobrecillo hombre él quería hacer con su vida lo que él quisiera, que no **debemos** hacerlo; es que no sé, eso es una cosa un poco, no sé, un poco delicada. (47M–AH35)

‘I.: Você me disse que esse homem pobrezinho, ele queria fazer com a sua vida o que ele quisesse, que não devemos fazer. Eu não sei, isso é uma coisa um pouco delicada.’

Modalidade epistêmica orientada para o episódio

(26) I.: yo recuerdo que todo el mundo me quería muchísimo, y además **debía** ser una niña muy buena, porque todo el mundo me quería. (001M–V01)

‘Lembro-me que todo mundo gostava muito de mim, aliás eu devia ser uma menina muito boa porque todo mundo gostava de mim.’

As ocorrências (21) e (22) mostram casos de modalidade deôntica orientada para o participante, cujo foco de qualificação modal incide sobre o Falante, que nesses casos é também o sujeito da ação descrita no conteúdo expresso, recuperado por meio da desinência verbal de primeira pessoa – *debo/ debería*. Nas ocorrências seguintes - (23), (24) e (25) -, o verbo *deber* expressa casos de modalidade deôntica em que a qualificação recai sobre o evento – *existir/ incentivar/ hacerlo*. Por fim, em (26), tem-se um caso de modalidade epistêmica. Esse tipo modal tem o seu âmbito de incidência sobre o Episódio – *debía ser una niña muy buena porque todo el mundo me quería*.

Com os parâmetros (1) tipo de modalidade e (3) orientação da modalidade, busca-se verificar em que medida os valores semânticos assumidos pelo verbo *deber* em dados de língua falada podem ser influenciados pelo foco de qualificação. Também busca-se verificar qual a tendência de um tipo modal estar associado a uma qualificação específica. Além do tipo e da orientação modal, procura-se observar o entrecruzamento desses parâmetros com os outros elementos linguísticos, como as características do verbo, detalhados na sequência.

(4) *Os traços semânticos do sujeito* [+/-humano; +/- animado]; [+/-determinado; +/- específico]

Este parâmetro apresenta como expectativa, assim como defendem alguns autores (HEINE, 1995; KLINGE, 1996; NEVES, 1997, 2000b; CARRASCOSSI, 2003), que as características do sujeito estão relacionadas à interpretação adequada dos valores expressos pelo modal, em especial, ao se lidar com casos de polissemia.

Heine (1995) sugere haver uma associação entre a interpretação deôntica e sujeitos humanos, bem como uma associação entre interpretação epistêmica e sujeitos inanimados. Esses traços semânticos podem ser associados aos traços de determinação e especificação do sujeito, os quais variam em um *continuum* do [+ determinado; + específico] ao [- determinado; - específico], a depender da entidade a que se refere. O ato de referir é aqui concebido, junto com Camacho et al (2014, p. 22), como “uma ação pragmática e cooperativa

do Falante, segundo a qual ele refere a uma entidade para o interlocutor por meio de um termo”, no caso, aqui, um sujeito. Tal sujeito é classificado nos dados como:

(a) [+ determinado; + específico] quando fazem alusão a entidades presentes e participantes na conversação, e aos pronomes definidos de posse que fazem alusão a essas entidades, como, por exemplo, *eu*, *você* (interlocutor), *nós* (enunciador/enunciatório), *meu irmão*, *meu filho*, etc.

(b) [+ determinado; - específico] quando fazem alusão a entidades recuperáveis pelo contexto, porém, que não estão presentes na conversação, como, por exemplo, *as pessoas*, *o especialista*, *a igreja*, *o governo*, pronomes neutros com alusão a Estado-de-Coisas recuperáveis, etc.

(c) [- determinado; - específico] quando fazem alusão a entidades genéricas, que não podem ser recuperadas pelo contexto; trata-se de entidades que são introduzidas, criadas na mente do interlocutor durante a conversação, como, por exemplo, *um especialista*, *um exército*, *um fumante*, e pronomes de primeira e segunda pessoa gramatical sem alusão às entidades presentes na conversação, além dos pronomes neutros que não fazem alusão a Estado-de-Coisas recuperáveis no contexto.

As ocorrências a seguir permitem visualizar a associação entre os tipos modais, os traços semânticos [humano; animado], e os graus de determinação e especificação do sujeito:

Sujeitos Humanos

(27) Valor deôntico de proibição, com sujeito [+ determinado; + específico]

I.: Pedí traslado de matrícula y me la denegaron, y entonces me la denegaron porque el decano de letras que se llamaba Jesús Lenz, pues, decidió, me la denegó porque le parecía que yo no **debía** de irme de Física a Psicología. (32H-GR07)

‘Pedi transferência de matrícula e me negaram; negaram-me porque o coordenador de letras, que se chamava Jesús Lenz, decidiu. Ele me negou porque achava que eu não devia ir da Física para a Psicologia.’

(28) Valor deôntico de obrigação, com sujeito [+ determinado; - específico]

I: Es que ellos vinieron los alemanes vinieron para acá, entonces un intercambio cultural. Y sé que vamos a hacer un viaje, por el río Rhin, y que está cerca de Colonia, que hay muchos castillos.

[...]

I: cuando vinieron para acá se rieron mucho de la manera de pronunciar el alemán unas canciones entonces, también aquí se supone que no sabemos mucho inglés, no sabemos mucho alemán, entonces ir allí a un sitio nativo pues se nota mucho que no sabes.

E: ¿Crees que ellos **deberían** cantar una canción en español? (31M-GR04)

‘I: É que eles, os alemães, vieram para cá, em um intercâmbio cultural. Sei que vamos fazer uma viagem pelo rio Rhin e que fica próximo à Colônia, que há muitos castelos.

[...]

I: Quando vieram para cá, riram muito do modo de se pronunciar umas músicas em alemão, também aqui se supõe que não sabemos muito o inglês, não sabemos muito o alemão, então ir a um lugar nativo, nota-se muito que você não sabe

E.: Você acha que eles deveriam cantar uma música em espanhol?’

(29) Valor deôntico de necessidade, com sujeito [- determinado; - específico]

I: No llama la atención no. La verdad es que no es muy alto, no tiene nada, ningún rasgo especial ¡eh!, físicamente ningún rasgo especial, pero, oye, ya ves tú estas cosas que algo encuentras.

E.: ¿es amigo tuyo?

I.: ¿eh?

E.: ¿es amigo tuyo?

I.: bueno, ahora sí, claro

E.: ¡ah! bueno

I.: ahora sí

E.: ¿qué consideras tú que **debe** tener un buen amigo? (18M-AH06)

‘I: Não chama a atenção. A verdade é que não é muito alto, não tem nada, nenhuma característica especial, e fisicamente nenhuma característica especial, mas sabe quando você vê essas coisas?

E.: É seu amigo?

I.: Como?

E.: É seu amigo?

I.: Agora, sim, claro.

E.: Ah, sim.

I.: Agora sim.

E.: O que você considera que deve ter um bom amigo?’

Sujeitos não humanos

Modalidade epistêmica, com sujeito [- determinado; - específico]

(30) I.: Un espejo precioso que debe tener ciento y pico de años, y **debía** de ser hemos deducido de sastre. (003M-V03).

‘Um espelho lindo que deve ter cento e poucos anos, e devia ser de alfaiate, nós deduzimos.’

Nas ocorrências (27), (28) e (29), pode-se observar casos de modalidade deôntica, cujos sujeitos presentes apresentam os traços semânticos [+ humano; + animado]. Pode-se, ainda, notar, nessas ocorrências, os graus de determinação e especificação dos sujeitos. A associação da presença de traços semânticos à leitura deôntica é justificada pelo fato de que a realização de uma obrigação depende de algum envolvimento humano, que, normalmente, é determinado no contexto. Já na ocorrência (30), pode-se verificar um caso de modalidade

epistêmica, com sujeito presente – *espejo*, cujos traços semânticos são [- humano; - animado] e [- determinado; - específico]. Tal associação parece encontrar justificativa no fato de que a modalidade epistêmica descreve a avaliação do modo de ser de coisas ou pessoas.

Neves (2000b; 2006), apesar de concordar com Heine (1995), faz algumas ressalvas no que diz respeito a essas relações, pois, para a autora, sujeitos animados (quando não influenciados por outros fatores) podem aparecer em associação com a modalidade deôntica, mas também com a epistêmica. Para verificar se a hipótese da autora se sustenta para os dados aqui empreendidos a respeito da associação de sujeitos humanos e animados com ambos os tipos modais, deôntico e epistêmico, pretende-se entrecruzar os traços semânticos, com o tipo e orientação modal. A expectativa é que os traços semânticos [+ humano; + animado] e [+ determinado; + específico] favoreçam a modalidade orientada para o participante.

Outra característica que favorece a interpretação epistêmica é a ausência de sujeito na oração, segundo Silva-Corvalán (1995), como mostra a seguinte ocorrência:

(31) Y bueno pues fui a través de esa chica por lo que conseguí saber que había ahí un sitio. **Debe** ser además de estas cosas que funcionan de boca en boca porque ya te digo que pasas con el coche y ni lo ves. (31H–AH07)

‘Bom, foi através dessa menina que consegui saber que havia aí um lugar. Deve ser uma dessas coisas que funciona de boca em boca porque já lhe digo que você passa com o carro e não vê.’

Nessa ocorrência, o verbo *deber* não tem um sujeito antecedente explícito e se configura como um caso de sujeito inexistente. Essa associação entre o domínio epistêmico e orações sem sujeito encontra explicação no grau de integração entre os elementos de estruturas como *debe ser*, que estão se gramaticalizando. Tais expressões, quando ocorrem em contextos isolados, favorecem a leitura epistêmica da modalidade.

Considerando as características semânticas descritas por Heine (1995), por Silva-Corvalán (1995) e por Neves (2000b; 2006), a expectativa para esse parâmetro é encontrar o verbo auxiliar *deber*, quando expressa valor deôntico, associado à presença dos traços semânticos [+ humano; + animado] e [+ determinado; + específico] do sujeito, e, quando expressa valor epistêmico, associado à ausência desses traços semânticos, bem como à ausência de sujeito.

(5) A agentividade

A leitura modal pode ainda ser influenciada pela agentividade. Para Klinge (1996), eventos com traço [+ controle] por parte do referente do sujeito tendem a ter, frequentemente,

leitura deôntica, enquanto eventos com traço [- controle] tendem a ter leitura epistêmica. Essas associações também são descritas por Lyons (1977b) e por Quirk et al (1985). Segundo Lyons (1977b, p. 823), a modalidade deôntica está relacionada à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis, o que corresponderia à associação da presença de controle a esse tipo modal, como proposto por Klinge (1996).

De modo semelhante ao dos autores, Quirk et al (1985) defendem que a modalidade deôntica está relacionada a algum tipo de controle sobre o evento descrito, diferentemente do que ocorre com a modalidade epistêmica. A seguir, são exemplificadas essas associações entre controle humano e tipo modal:

(32) Valor deôntico de obrigação, com sujeito de traços [+ determinado; - específico] e [+ controle]

I.: o sea que de alguna forma, el especialista pues, dentro de la competencia que pueda tener, y dentro de los conocimientos propios de su cargo, pues **debe de** asesorar, y decir lo que puede ocurrir. (714H-MA18)

‘De alguma forma, o especialista, dentro das competências que possa ter e dentro dos conhecimentos próprios do seu cargo, deve assessorar e dizer o que pode acontecer.’

(33) Valor deôntico de proibição, com sujeito [+ determinado; + específico] e [+ controle]

I.: Pedí traslado de matrícula y me la denegaron, y entonces me la denegaron porque el decano de letras que se llamaba Jesús Lenz, pues, decidió, me la denegó porque le parecía que yo no **debía** de irme de Física a Psicología. (32H-GR07)

‘Pedi transferência de matrícula e me negaram; negaram-me porque o coordenador de letras, que se chamava Jesús Lens, decidiu. Ele me negou porque achava que eu não devia ir da Física para a Psicologia.’

(34) Modalidade epistêmica, com sujeito de traços [+ determinado; - específico] e [- controle]

I.: Si es que el ordenador ha sido y me imagino que será lo del superfuturo, eso ya será, oye eso ¡qué pena a mí!. Yo ya no tengo capacidad porque no tengo edad de entender el ordenador ¡pero **debe** de ser interesantísimo! (728M-MA41)

‘Sim, é que o computador foi e imagino que será o do superfuturo, Isso é uma pena para mim. Eu já não tenho capacidade porque não tenho idade para entender o computador, mas deve ser interessantíssimo.’

Em (32) e em (33), verifica-se que o verbo auxiliar *deber* serve à expressão da modalidade deôntica. Nessas ocorrências, os Estados-de-Coisas descritos como obrigatório e proibido podem ser controlados pelos sujeitos – *especialista/ yo*, respectivamente. Nota-se, ainda, que esse tipo de traço semântico [+ controle] pode estar relacionado a verbos de ação (HEINE, 1995, p. 25-29), no caso das ocorrências (32) e (33), como o predicado *assessorar* e

o predicado *irme*. A ocorrência (34) mostra um caso de modalidade epistêmica, com ausência de traço controle. Esse tipo modal, por não apresentar controle sobre o predicado, está normalmente relacionado a verbos estativos (HEINE, 1995, p. 25).

Neves (1997, 2000b), por sua vez, afirma que construções com o traço [+ controle] associadas a sujeitos animados permitem tanto a leitura deôntica como a epistêmica.

Embora se reconheça a possibilidade de haver uma leitura polissêmica do verbo auxiliar *deber* associada à presença de controle, visto que esse verbo é um elemento modalizador bastante produtivo em língua espanhola, a expectativa para o parâmetro de agentividade adotada nesta pesquisa é que o verbo *deber*, quando apresenta o traço semântico [+ controle] relacionado ao predicado verbal expressa um valor deôntico, e, quando apresenta ausência de controle, expressa um valor epistêmico. Tal associação pode ser explicada pelo referente do sujeito, que, normalmente, está determinado no contexto em casos de modalidade deôntica e quase sempre indeterminado no caso de modalidade epistêmica.

(6) *A pessoa gramatical*

A pessoa gramatical também pode influenciar na interpretação de modalidade: segundo Heine (1995) e Neves (2000b, 2006), se o sujeito for de primeira e segunda pessoas, a leitura tende a ser deôntica; porém, se o sujeito for de terceira pessoa, a leitura será, na maioria das vezes, epistêmica. A análise do entrecruzamento desses dois parâmetros, associação do tipo modal e a codificação de pessoa gramatical, pode ser refinada com o controle da referência do sujeito, o qual pode (ou não) ser determinado e específico, conforme mostra a ocorrência a seguir:

(35) Valor deôntico de obrigação, com sujeito codificado em primeira pessoa [+ determinado; + específico]

I.: Mis aficiones favoritas son, es hacer un poco de deporte yo **debo de** reconocer también que mi profesión a veces es un poco sedentaria yo paso mucho tiempo sentado leyendo viendo el ordenador. (33H–GR15)

‘Meus *hobbies* são fazer um pouco de esporte. Eu devo reconhecer também que a minha profissão, às vezes, é um pouco sedentária, eu passo muito tempo lendo, vendo o computador.’

(36) Valor deôntico de proibição, com sujeito codificado em primeira pessoa [+ determinado; + específico]

I.: Pedí traslado de matrícula y me la denegaron, y entonces me la denegaron porque el decano de letras que se llamaba Jesús Lenz, pues, decidió, me la denegó porque le parecía que yo no **debía** de irme de Física a Psicología. (32H–GR07)

‘Pedi transferência de matrícula e me negaram; negaram-me porque o coordenador de letras, que se chamava Jesús Lenz, decidiu. Ele me negou porque achava que eu não devia ir da Física para a Psicologia.’

(37) Valor deôntico de obrigação, com sujeito codificado em segunda pessoa [+ determinado; + específico]

I.: Don Ramón puso una confianza en mí tremenda, y entonces el hombre pues, incluso, quiso que estudiase teología para que me hiciesen diácono, “tú **debes** estudiar porque tú, te esto lo haces rápido y te haces diácono casado ¡que hay!” (214H–MA35)

‘Dom Ramón colocou uma confiança enorme em mim, ele, inclusive, quis que eu estudasse teologia para que eu fosse diácono “você deve estudar porque isso você faz rápido e será um diácono casado, porque existe”.’

(38) Modalidade epistêmica, com sujeito codificado em terceira pessoa [+ determinado; - específico]

I.: Como estaba muy al fondo que no me había fijado casi. Pero estuvieron los- yo qué sé los días mirando fotos y fotos y fotos, luego a los dos o tres años, dos años me parece que era, los cogieron

E.: ¡ah! ¿sí?

I.: sí, porque esas cosas que no sé cómo lo hacen, pero la policía **debe** estar metida en esos ambientes. (43H–AH31)

‘I.: Como eu estava no fundo, eu quase não havia prestado atenção. Mas estiveram observando fotos e fotos. Depois de dois ou três anos, me parece que dois anos, pegaram eles.

E.: Ah, sim?

I.: Sim, porque essas coisas que não sei como fazem, mas a polícia deve estar envolvida nesses ambientes.’

As ocorrências (35), (36) e (37) mostram que o verbo *deber*, expresso pela primeira e pela segunda pessoa gramatical, respectivamente *debo*, *debía* e *debes*, recebem leitura deôntica, visto que esse tipo modal implica sempre a existência de uma força, que impõe a ocorrência (ou não) de um evento. Essa força pode ser o próprio Falante, no caso de (35), em que Falante e sujeito da ação são coincidentes, ou alguma outra entidade humana que tenha autoridade, no caso de (36), o coordenador de letras – *Jesús Lenz*, e, no caso de (37), o membro da igreja – *diácono*. Por sua vez, a ocorrência (38) mostra um caso de modalidade epistêmica com sujeito de terceira pessoa não específica – *la policía*. Esse tipo modal avalia, na maioria das vezes, o modo de ser de coisas ou pessoas, o que explica a sua associação a sujeitos de terceira pessoa.

Heine (1995) aponta, também, que marcas impessoais com referência a traços humanos tendem a apresentar leitura preferencialmente deôntica, desde que não faça referência a nenhuma entidade do contexto, como se pode observar na seguinte ocorrência:

(39) Valor de necessidade deôntica impessoal

I.: ¿comprendes? El trabajar tú el barro es una satisfacción enorme. Y el barro no se debe tocar mucho con las manos porque la grasa que tenemos en la mano seca el barro y la temperatura de la mano, en realidad.

E.: Uhum

I.: Sí, se **debe** de tocar siempre con los palillos, que suelen ser de madera. (706M-MA64)

‘I.: Você entende? Trabalhar o barro é uma satisfação enorme. E o barro não se deve tocar muito com as mãos porque a gordura que temos na mão seca o barro, e a temperatura da mão, na verdade..

E.: Aham.

I.: Sim, se deve tocar sempre com os palitos, que costumam ser de madeira.’

A ocorrência (39) permite observar um caso de modalidade deôntica associado à marca de impessoalidade *se*. Nesse caso, não se trata de uma entidade específica no contexto de enunciação, mas de sim uma necessidade deôntica qualificada como impessoal.

Tendo em vista que a marca de impessoalidade é bastante produtiva em língua espanhola, a expectativa para o parâmetro de pessoa gramatical é que o verbo *deber*, servindo à forma de expressão deôntica, apareça associado à codificação de primeira e segunda pessoas gramaticais com referência determinada e específica no contexto, e, também, à marca de impessoalidade *se*. Espera-se, ainda, que o verbo *deber*, como forma de expressão epistêmica, apareça associado à codificação de terceira pessoa gramatical e que sua referência seja não específica.

(7) *O tempo e o modo do verbo modal*

Além das características do sujeito, a leitura modal é, ainda, influenciada pelo tempo e pelo modo verbal. Para alguns autores (NEVES, 2000a; 2000b, 2006; KLINGE, 1996), há uma generalização sobre a relação de tempo e modo verbal ao lidar com as interpretações modais, uma vez que eventos passados tendem a ter interpretação epistêmica, enquanto eventos futuros, interpretação deôntica (ainda que a leitura epistêmica seja possível), conforme ilustram as ocorrências:

(40) Modalidade epistêmica

I.: Ya muy posteriormente pusieron económicas que fue la primera carrera universitaria que pusieron, económicas, que **debió** de ser por los años sesenta y tres, sesenta y cuatro, o por ahí. (709M-MA34)

‘Já muito posteriormente colocaram Economia, que foi a primeira carreira universitária que colocaram, que deve ter sido pelos anos setenta e três, setenta e quatro ou por aí.’

(41) Valor deôntico de obrigação

I1.: Es decir mi Laura muchas veces dice que termine algún día la carrera. Digo ¡que sí! ¡para poner el título en lo alto de la taza del váter! porque ¡para otra cosa...!

E.: ¡Hombre! pero por gusto ¿no?

I2.: ¿Verdad que sí? Yo creo que es lo que **debería** de hacer ¡yo creo que sí!

I1.: ¡Bueno! por una satisfacción personal, sí, quizás, pero por una pero por un interés. (012H/013M–MA29)

‘I1.: Minha Laura diz, muitas vezes, para que termine algum dia a universidade Eu falo que para colocar o título no alto da pia do banheiro.

E.: Mas por gosto, não?

I2.: Eu acho que é o que ele deveria fazer.

I1.: Por uma satisfação pessoal, sim, talvez, mas por interesse.’

Pode-se observar em (40) que o verbo *deber*, utilizado no pretérito perfeito do modo indicativo, serve à forma de expressão epistêmica. A explicação para essa associação é encontrada em Neves (2000b). Segunda a autora, os enunciados no tempo pretérito tendem a ser epistêmicos e não deônticos, visto que não se pode conceder uma permissão ou impor alguma obrigação, elementos característicos da modalidade deôntica, a eventos que já ocorreram.

Já na ocorrência (41), pode-se observar que o verbo auxiliar *deber*, no futuro do pretérito do modo indicativo, expressa um valor deôntico. Essa relação de futuridade e modalidade deôntica é justificada por Neves (2000b) pelo fato de que as noções de conduta são projetadas em algum momento posterior ao enunciado modalizado. Heine (1995, p. 34), embora tenha uma postura semelhante à da autora, observa que a referência de tempo futuro é uma tendência da modalidade deôntica, porém não uma propriedade obrigatória.

Neves (2000a; 2000b, 2006) acrescenta também que eventos com marcação de tempo presente podem ser interpretados como epistêmicos, quando se referem a eventos ocorridos no momento da fala, ou deônticos, quando se referem a eventos que ocorrerão ao momento posterior da fala, ou seja, trata-se de enunciados que recebem leituras diferentes a depender do contexto enunciativo, como se pode observar nas seguintes ocorrências (NEVES, 2006, p. 214):

(42) Modalidade epistêmica

I.: ¡sí! Sin violar derechos fundamentales, pero sería mucho más estricto ¡la verdad es que sí! pero ¡vamos! ¡es que vale la pena!

E.: también la seguridad ¿no?

I.: ¡sí sí sí! ¡la verdad es que sí!

E.: Pero **debe ser** difícil ¿no?, cuando no se consigue. (715H–MA47)

‘I.: Sem violar os direitos fundamentais, mas seria bem mais estrito. Mas, na verdade, vale a pena.

E.: A segurança também?

I.: Na verdade sim.

E.: Deve ser difícil quando não se consegue.’

(43) Valor de necessidade deôntica

I.: En realidad si lo estás copiando de una figura, **debes** poner las figuras también en el suelo porque desde arriba tienes una perspectiva que le ves mucho los fallos. (706M–MA64)

‘Na verdade, se você estiver copiando isso de uma figura, deve colocar as figuras no chão também porque do alto você tem uma perspectiva que vê muito os erros.’

Ambas as ocorrências permitem verificar o uso do verbo *deber* no presente do indicativo. Porém, a qualificação modal entre elas é diferente. Em (42), o verbo *deber* expressa modalidade epistêmica, e o Estado-de-Coisas contido no enunciado é interpretado como algo que ocorre concomitantemente ao momento da enunciação. Já a ocorrência (43) expressa modalidade deôntica, cujo Estado-de-Coisas é compreendido como algo a se realizar após o momento de enunciação, no caso a descrição de procedimentos de elaboração de desenhos.

Com relação ao modo verbal, Mira Mateus et al (1983) defendem que o uso do indicativo, embora seja o modo menos marcado, está associado à modalidade deôntica, enquanto o uso do subjuntivo está relacionado à modalidade epistêmica.

Cervoni (1989) e Silva-Corvalán (1995) afirmam que o modo verbal e o tipo de modalidade são influenciados pela factualidade do evento. Dentro dessa perspectiva, Silva-Corvalán (1995, p. 92) propõe a existência de um *continuum* que permite alocar os tempos e os modos verbais e relacioná-los com a modalidade e com a factualidade dos eventos. Com essa escala, a autora, após alocar os modos verbais, conclui que as modalidades epistêmica e deôntica podem ser expressas no indicativo, sendo o subjuntivo restrito aos usos epistêmicos, uma vez que esse modo verbal diz respeito aos Estados-de-Coisas menos factuais.

A expectativa para esse parâmetro é encontrar o verbo *deber* como forma de expressão deôntica associado aos tempos presente e futuro do modo indicativo (NEVES, 2000a; 2000b; 2006; KLINGE, 1996; HEINE, 1995), além de encontrar o verbo *deber* como forma de expressão epistêmica associado aos tempos presente e passado do modo indicativo (NEVES, 2000a; 2000b; 2006; KLINGE, 1996). Ainda com relação ao modo, espera-se encontrar o

modo subjuntivo mais fortemente associado à modalidade epistêmica, como aponta Mira Mateus et al (1983) e o modo indicativo a todos os tipos modais.

(8) *A presença de negação imediatamente anteposta ao verbo*

Para alguns autores (como NEVES, 2000b; CARRASCOSSI, 2003; e DALL'AGLIO-HATTNER; PEZATTI, 2004), a presença de negação imediatamente anteposta ao verbo modal pode influenciar nos efeitos de sentidos produzidos na expressão linguística, a depender do seu âmbito de incidência. Silva-Corvalán (1995, p. 88) afirma que o verbo *deber* com matizes epistêmicos, embora possa ser precedido pela marcação da negação, não é afetado por ela, uma vez que seu escopo é sobre o Estado-de-Coisas e não sobre a probabilidade da proposição ser verdadeira, como se verifica na seguinte ocorrência:

(44) Modalidade epistêmica

I.: Fui a tiro a fiyo con la convicción de que allí iba a estar el libro.

E.: ¿y tiene mucho público esa...?

I.: **debe** tenerlo, cuando yo lo vi hace ya muchos años. (712H–MA07)

‘I.: Fui determinada com a convicção de que o livro ia estar ali.

E.: Tem muito público essa peça?

I.: Deve ter, já faz muitos anos que eu vi.’

(44’) no **debe** tenerlo.

Nessa ocorrência, o verbo *deber* serve à expressão da modalidade epistêmica e no enunciado precedido da marca de negação (44’), o que se nega é o Estado-de-Coisas *tenerlo* e não a probabilidade expressa pela modalidade epistêmica.

De acordo com Neves (2006), o âmbito de incidência da negação é sempre o mesmo com a forma *dever*, não havendo alterações tanto ao se tratar de modalidade epistêmica como ao se tratar de modalidade deôntica. Assim como Neves (2006), Olbertz (1998) sugere que a negação com o verbo *deber*, no espanhol, seja interna, embora a partícula de negação possa anteceder o verbo. Esse fato se justifica novamente pelo escopo da negação: o que se nega é o predicado principal, não o modal, visto que não se é possível negar o verbo *deber* como um todo, como mostram a ocorrência e as respectivas paráfrases:

(45) Modalidade deôntica

E.: pero ¿qué lo mueves? ¿todo?

I.: ¡hombre! todo, todo el cuerpo y todo, menos la cabeza que **debes de** mantener pero que también mueves. (701M–MA50)

‘E.: O que você movimentava? Tudo?’

I.: Todo o corpo, menos a cabeça, que você deve manter, mas que também movimenta.’

(45’) La cabeza **no** debes de mantener.

(45’’) La cabeza debes de **no** mantener.

Em (45), tem-se uma ocorrência de modalidade deôntica. Nota-se que, nas respectivas paráfrases, em (45’) e (45’’), a partícula de negação, ao ser anteposta ou posposta ao verbo modal, não pode alterar o valor semântico da modalidade, de modo que o escopo da negação recaia sobre o predicado *mantener* e não sobre o verbo modal *deber*. Em ambas as paráfrases, a presença da negação não altera o valor modal de *deber*, que permanece deôntico. Nesse caso, o que se altera são as nuances de modalidade deôntica, que pode favorecer, quando associada a sujeitos humanos e verbos dinâmicos, a manifestação do valor de proibição.

A expectativa para esse parâmetro é que a marca de negação anteposta ao verbo *deber*, quando existente, favorece uma leitura deôntica, em especial, o valor de proibição.

(9) *A presença de outros modalizadores antepostos ao verbo*

De acordo com Neves (1996), marcas linguísticas associadas a um elemento modalizador podem contribuir para o seu efeito de sentido, o qual pode ser reforçado, atenuado ou até mesmo modificado. A autora sugere ainda, em texto posterior (NEVES, 2006), que tal associação pode estar relacionada com o escopo dos elementos linguísticos sobre o modalizador. A título de ilustração, apresenta-se a seguinte ocorrência:

(46) Valor de necessidade deôntica sob o âmbito de incidência do elemento modalizador *creo que*

I.: Había un laberinto que tú te metías ¡y te perdías! o sea se conoce que allí los cortesanos, pues se dedicaban a jugar y a pasearse por el laberinto, y yo luego después, cuando he ido al jardín ornitológico, no he visto el laberinto y me ha dado mucha pena.

E.: Uhum.

I.: Porque ¡no sé! si es que se perdería por lo que fuera porque se estropearían los setos o algo, pero yo creo que lo **debían** de haber conservado, porque era una cosa muy bonita... (709M–MA34)

‘I.: Havia um labirinto que você entrava e se perdia, ou seja, é sabido que os cortesãos se dedicavam a jogar e a passear pelo labirinto. Logo depois, quando fui ao jardim ornitológico, não vi o labirinto e me deu muita pena.

E.: Aham

I.: Não sei se se perdeu porque estragaram os cercados ou algo, mas eu acho que deviam tê-lo conservado porque era uma coisa muito bonita.’

Nessa ocorrência, o verbo *deber* está sob o escopo da expressão modalizadora epistêmica *yo creo que*. A função da expressão em análise é de atenuar o caráter deôntico do verbo modalizador, o que gera como efeito de sentido um enunciado menos impositivo. Além disso, tal ocorrência permite observar a hierarquização entre os elementos modais, tal como previsto pela GDF, visto que a modalidade epistêmica, que atua em camadas mais altas, pode ter sob o seu escopo uma modalidade deôntica, que atua em camadas mais baixas, porém o inverso não é possível, já que a modalidade deôntica não pode ter a modalidade epistêmica em seu escopo.

No caso da ocorrência a seguir, (47), a dúvida do Falante com relação ao que ele enuncia aparece registrada duas vezes: uma no verbo *debía* e uma na expressão linguística *supongo que*. Nessa marcação dupla de atenuação do enunciado, o verbo *deber* está novamente sob o escopo do elemento modalizador epistêmico, o qual, nesse caso, reitera o sentido de incerteza expresso no enunciado, como se pode verificar:

(47) I.: Uno de los primeros recuerdos que tengo es en una habitación, que es donde yo tenía- estaba vacía, pero es donde yo tenía los juguetes. Y supongo que **debía** tener pues como unos tres años o una cosa así. (005M–V05)

‘Uma das lembranças que tenho é um quarto, que estava vazio, mas é onde eu tinha os brinquedos. Suponho que eu devia ter uns três anos ou alguma coisa assim.’

Defende-se, com base em Neves (1996, 2006), que o efeito de sentido do modal é causado por sua combinatória com outros elementos modalizadores. Isto posto, considera-se importante a verificação desse parâmetro para o verbo *deber*. A expectativa é que a presença de elementos modalizadores epistêmicos pode estar associada a uma atenuação das obrigações impostas pelo verbo, quando antecede uma ocorrência de modalidade deôntica, ou reforçar o valor de dúvida presente nos enunciados, quando antecede outra ocorrência de modalidade epistêmica.

Na próxima seção, são apresentados os parâmetros de análise que contribuíram para a separação da modalidade deôntica objetiva e subjetiva, segundo a proposta de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013).

2.2.1. A modalidade deôntica subjetiva e objetiva

Uma vez classificados e explicados os valores modais possíveis de expressão por meio do verbo *deber*, a análise dos dados é centrada nos valores modais deônticos, mais especificamente nas modalidades deônticas orientadas para o evento. Essa restrição permite

um detalhamento da modalidade deôntica, de modo que ela seja distinguida em subjetiva e objetiva, conforme proposto por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013). Para avaliar essa distinção, foram escolhidos três parâmetros de análise – a fonte da avaliação modal, a existência de enunciados prescritivos e avaliativos e o tempo verbal, que serão explicitados a seguir.

(1) *A fonte de avaliação modal*

A fonte da avaliação modal permite verificar a posição do Falante em relação à autoridade do enunciado deôntico (VÁZQUEZ LASLOP, 2001; OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013). A expectativa para esse parâmetro é que na modalidade deôntica subjetiva o Falante coincide com a posição de autoridade do ato deôntico. Por sua vez, na modalidade deôntica objetiva, a expectativa é que a fonte de avaliação e a autoridade do ato deôntico não são coincidentes. Observem-se as seguintes ocorrências:

(48) Modalidade deôntica subjetiva

I.: Personal sí, personal estamos muchos más de los que **deberíamos** estar, y sistema, sí, la organización es nefasta porque, a ver yo, en lo mío, no, pero la organización es mala. (22M–GR29)

‘Pessoal, sim. Estamos muito mais pessoais do que deveríamos estar. A organização é nefasta na minha opinião, a organização é ruim.’

(49) Modalidade deôntica objetiva

Contexto: Conversa sobre o treinamento recebido no acampamento.

I.: ¡Exactamente! entonces le dio a él el mando de la columna del este, pero **debería** ser un movimiento coordinado. (712H–MA07)

‘Exatamente! Então, ele lhe deu o comando da coluna do leste, mas deveria ser um movimento coordenado.’

Em (48), nota-se que a fonte da avaliação e a posição de autoridade são as mesmas, claramente identificadas por meio do uso da primeira pessoa do plural – *deberíamos*, o que caracteriza um caso de modalidade deôntica subjetiva, como proposto nos termos de Vázquez Laslop (2001) e de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013). Já em (49), a fonte da avaliação modal – o Falante – e a posição de autoridade – pessoa responsável pelo treinamento – são diferentes, caracterizando um caso de modalidade deôntica objetiva.

(2) *Os enunciados prescritivos e avaliativos*

A classificação da modalidade deôntica em prescritiva e em avaliativa permite a compreensão mais detalhada da posição do Falante e da posição de autoridade do ato deôntico. Segundo Vázquez Laslop (2001), na modalidade deôntica subjetiva, o Falante cria um ato deôntico regulativo (uma norma) ou um ato avaliativo (descrição de algo como obrigatório ou necessário a partir de um julgamento pessoal) no momento da enunciação. Na modalidade deôntica objetiva, o Falante atua como um “porta-voz” de alguma norma, visto que a existência do ato deôntico enunciado não é criado pelo Falante. As ocorrências a seguir permitem observar essa distinção:

(50) Modalidade deôntica subjetiva

I.: La gente voluntariamente diera parte de su tiempo para prestar unos servicios sociales, que vemos que faltan en la sociedad. Ahí es donde **debería** de llegar la sociedad de hoy. (002H–V02)

‘Que as pessoas dessem voluntariamente parte do seu tempo para prestar serviços sociais, que vemos faltar na sociedade. Aí é onde deveria chegar a sociedade de hoje.’

(51) Modalidade deôntica objetiva

E.: Mira, y cambiando totalmente de tema ¿tú cómo convencerías a un fumador de que **debe** respetar la nueva ley para entrar en bares restaurantes y sitios públicos? (22H–GR25)

‘Mudando completamente de assunto, como você convenceria a um fumante de que ele deve respeitar a nova lei para entrar nos bares, restaurantes e lugares públicos?’

Na ocorrência (50), o verbo *deber* serve à expressão da modalidade deôntica subjetiva, em que o Falante e a posição de autoridade responsável pela avaliação do enunciado são as mesmas. Nesse caso, pode-se parafrasear o enunciado por “na minha opinião, aí é onde tinha que chegar a sociedade de hoje”. Já na ocorrência (51), em que o verbo *deber* serve à expressão da modalidade deôntica objetiva, o Falante se distancia do enunciado e descreve a existência do ato deôntico como uma prescrição legal instaurada por alguma entidade diferente dele.

Por esse parâmetro, a expectativa é encontrar um verbo *deber* deôntico subjetivo quando expressa um julgamento pessoal do Falante (ato avaliativo) ou quando prescreve algum ato como sendo deôntico (ato regulativo), e um verbo *deber* deôntico objetivo quando expressa atos prescritivos.

(3) *O tempo verbal*

O tempo verbal é um elemento linguístico fundamental na distinção entre um e outro tipo de modalidade deôntica. Considerando que a modalidade deôntica objetiva consiste em regras gerais e em atos de regulamentação social, pode-se afirmar que esse tipo de modalidade prescritiva expressa o desejo de cumprimento de algum Estado-de-Coisas no momento da enunciação ou posterior a ele. A modalidade deôntica subjetiva pode ser tanto avaliativa como prescritiva e, por essa razão, pode modalizar Estados-de-Coisas que ocorreram antes do momento da enunciação (OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013). A seguir, são apresentadas ocorrências de tempos verbais associadas às modalidades deônticas objetiva e subjetiva, respectivamente:

(52) Modalidade deôntica objetiva

E.: ¡Qué bárbaro! Y entonces ¿qué hacéis? [...]

I.: Te van dando, pues todos los días un guión de lo que **debes** de hacer. (710M-MA08)

‘E.: Que interessante! E, então, o que vocês fazem? [...]

I.: Vão lhe fornecendo um roteiro todos os dias do que você deve fazer.’

(53) Modalidade deôntica subjetiva

I.: Yo era una inexperta porque era el primero, pero el médico debía de saber que con una regla que tenía con dolor de riñón...que estaba recién casada que llevaba tres o cuatro meses, **debía** haber supuesto que aquello era un embarazo ¡yo no! (706M-MA64)

‘Eu era inexperiente porque era o primeiro, mas o médico devia saber que com uma regra que tinha com dor de rim... que estava recém casada fazia três ou quatro meses, devia ter suspetado que aquilo era uma gravidez, eu não.’

No caso da ocorrência (52), tem-se uma modalidade deôntica objetiva, em que o tempo verbal encontra-se com codificação de presente no indicativo e referência de futuro, ou seja, expressa o desejo de cumprimento de algum Estado-de-Coisas referente ao momento posterior da enunciação. Já em (53), tem-se um caso de modalidade deôntica subjetiva, cujo verbo está no tempo pretérito imperfeito do indicativo e modaliza um Estado-de-Coisas que ocorreu antes do momento da enunciação.

A expectativa para esse parâmetro de análise é encontrar o tempo presente do indicativo, com referência ao momento presente ou posterior à enunciação, associado à modalidade deôntica objetiva, e encontrar tempos com referência a eventos passados associados à modalidade deôntica subjetiva.

Além dos parâmetros propostos, para analisar os valores subjetivo e objetivo da modalidade deôntica, foram feitos testes, baseados em Lyons (1977b, p. 799) como a interrogação e a transformação em oração condicional.

De acordo com Lyons (1977b), a modalidade objetiva está relacionada à afirmação da existência de algum Estado-de-Coisas e, por esse motivo, ela pode ser questionada. A modalidade subjetiva, por sua vez, está relacionada à qualificação de um componente do enunciado descrito, de modo que ela não pode ser questionada, conforme mostram as seguintes ocorrências:

(54) Modalidade deôntica objetiva

I.: Dicen que no se **debe de** echar, pero a mí me gusta, yo le echo una pastilla de Avecrén y luego frío un poquitín de cebolla. (47M–AH35)

‘Dizem que não se deve pôr, mas eu gosto, eu coloco um tablete de Avecrén e, em seguida, frito um pouquinho de cebola.’

(54’) ¿No se debe de echar?

(55) Modalidade deôntica subjetiva

I.: Yo eso lo veo así, de ese bajo ese punto de vista que **deben de** aguantar un poquito y después ya que decidan que hoy está la cosa muy ligera. (32H–GR32)

‘Eu vejo isso, segundo esse ponto de vista, que devem aguentar um pouquinho mais para só depois decidir, mas hoje, a coisa está muito rápida.’

(55’) * ¿Deben de aguantar un poquito?

Ao aplicar o teste da interrogação para o enunciado modalizado em (54), nota-se que a pergunta elaborada é aceita perfeitamente, sem haver nenhuma complicação para o seu entendimento. Dessa forma, a ocorrência mostra um caso de modalidade deôntica objetiva, em que o Falante apenas afirma uma etapa do procedimento culinário como necessária, não modalizando o Estado-de-Coisas como uma qualificação pessoal. Já em (55), ao aplicar o teste da interrogação para o enunciado modalizado, nota-se que a pergunta é problemática e o valor deôntico não se mantém. A justificativa para não se aceitar o teste da interrogação é encontrada na própria definição da modalidade subjetiva e objetiva, visto que, de acordo com Lyons (1977b), a modalidade subjetiva trata de uma qualificação pessoal do Falante, a qual não pode ser questionada, enquanto a modalidade deôntica objetiva trata da descrição de um fato.

Pelo teste da condicionalidade compreende-se que a modalidade objetiva, por modalizar a factualidade de uma informação, permite que a afirmação de algum Estado-de-

Coisas necessário/obrigatório seja hipotetizado. A modalidade subjetiva por sua vez, relacionada à qualificação pessoal do Falante sobre o enunciado descrito, não permite que o enunciado seja hipotetizado em uma estrutura condicional.

A expectativa para o teste da condicionalidade é que a modalidade deôntica objetiva permita a conversão em oração condicional, enquanto a modalidade deôntica subjetiva não permite essa transformação, como mostram as ocorrências e as respectivas paráfrases:

(56) Modalidade deôntica objetiva

I.: Dicen que no se **debe de** echar, pero a mí me gusta, yo le echo una pastilla de Avecrén y luego frío un poquitín de cebolla. (47M–AH35)

‘Dizem que não se deve pôr, mas eu gosto, eu coloco um tablete de Avecrén e, em seguida, frito um pouquinho de cebola.’

(56’) Si no se debe de echar, ¿cómo se hace el plato?

(57) Modalidade deôntica subjetiva

I.: Yo eso lo veo asín, de ese bajo ese punto de vista que **deben de** aguantar un poquito y después ya que decidan que hoy está la cosa muy ligera. (32H–GR32)

‘Eu vejo isso, segundo esse ponto de vista, que devem aguantar um pouquinho mais para só depois decidir, mas hoje, a coisa está muito rápida.’

(57’) * Si deben de aguantar un poquito, entonces ¿cómo van a pasarlo bien?

Nota-se que, em (56), a informação descrita no enunciado como necessária pode ser transformada em uma afirmação hipotética por meio da oração condicional, uma vez que se trata de um evento factual. Dessa forma, o teste da condicional confirma a classificação da ocorrência (56) como um caso de modalidade deôntica objetiva. Já em (57), por se tratar de um julgamento pessoal do Falante, a afirmação modalizada como deôntica não pode ser substituída por uma afirmação hipotética, o que confirma a sua classificação como modalidade deôntica subjetiva.

Considerando todos esses parâmetros de análise, no próximo capítulo, serão apresentados os resultados obtidos a partir da descrição do verbo modal *deber*.

CAPÍTULO III

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS VALORES MODAIS EXPRESSOS PELO VERBO AUXILIAR *DEBER* NO ESPANHOL PENINSULAR

Introdução

O verbo auxiliar *deber*, bastante produtivo enquanto elemento modalizador, é concebido, em língua espanhola, como polissêmico (SILVA-CORVALÁN, 1995), uma vez que diferentes significados podem ser expressos pela mesma forma, tais como as noções de obrigação, necessidade, probabilidade e volição. Considerando que os significados de um elemento modal são sugeridos em função da sua interação com outros elementos contextuais (SILVA-CORVALÁN, 1995; NEVES, 2000b, 2006), é necessário, ao analisar um elemento modal polissêmico como o verbo auxiliar *deber*, verificar o contexto específico de sua ocorrência. O termo contexto é definido aqui como um conjunto de traços sintático-semânticos que permitem a leitura adequada do verbo. Desse modo, busca-se, neste capítulo, utilizando o aparato teórico linguístico proposto pela GDF, descrever os valores modais encontrados para o verbo *deber* em dados de língua falada, com base em aspectos sintáticos, semânticos e discursivos.

Na seção 3.1, são descritos os valores modais encontrados para o verbo auxiliar *deber* em termos gerais; na seção 3.2, são descritos apenas os elementos que permitem distinguir o verbo auxiliar *deber* com valor deôntico em subjetivo e objetivo. Por fim, na seção 3.3, são representados os tipos modais possíveis de expressão por meio de *deber* dentro do Nível Representacional na GDF.

3.1. As diferentes expressões de modalidade manifestadas por meio do verbo auxiliar *deber*

De acordo com a classificação de modalidade aqui adotada (HENGEVELD, 2004; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), procurou-se descrever o verbo auxiliar *deber* com base nos elementos linguísticos que o envolvem, conforme os parâmetros apresentados no capítulo anterior. Foram identificadas 282 ocorrências com o verbo modal *deber* e os resultados da descrição são detalhados a seguir.

(1) *O tipo de modalidade*

Nos dados levantados, é predominante o valor deôntico (170 ocorrências, que totalizam 60,3%). Em menor número (39,7%, equivalentes a 112 ocorrências), foram registradas as ocorrências de *deber* com valor epistêmico, conforme se verifica no gráfico 1:

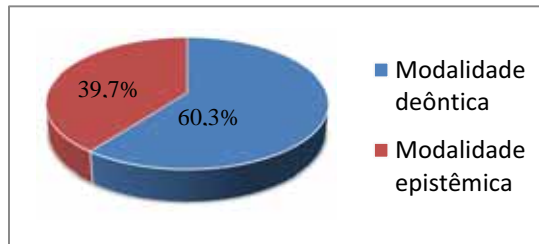


Gráfico 1: As modalidades expressas por meio do verbo *deber*.

Como se pode notar no gráfico 1, a modalidade deôntica é a mais frequente, embora a manifestação da modalidade epistêmica seja também bastante significativa. Acredita-se que a maior recorrência à modalidade deôntica pode ser resultante do fato de que o verbo auxiliar *deber* serve à expressão de um conjunto maior de valores deônticos (necessidade, obrigação, proibição) do que epistêmicos.

O reconhecimento de uma maior frequência de *deber* como deôntico não permite afirmar que os valores de necessidade, obrigação ou proibição se configuram como propriedades semânticas do verbo, pois como já foi afirmado antes, é necessário observar o resultado de sua combinação com outros elementos contextuais.

Os elementos contextuais permitiram observar e controlar os valores deônticos expressos pelo verbo, considerando a existência de um *continuum*, que vai da obrigatoriedade mais fraca para a obrigatoriedade mais forte. Os valores identificados foram classificados em (1) necessidade, (2) obrigação e (3) proibição, seguindo a noção de força escalar. Nessa sequência escalar deôntica, o valor de necessidade é considerado como uma força mais fraca que os demais valores. O gráfico 2, na sequência, mostra os valores identificados para o verbo *deber* enquanto expressão da modalidade deôntica e a comparação com a modalidade epistêmica:

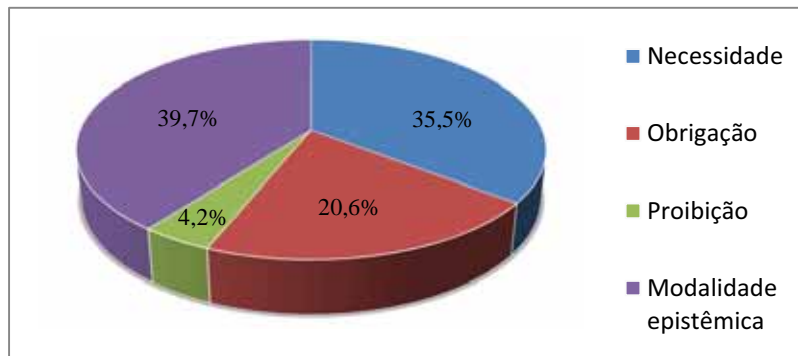


Gráfico 2: A modalidade epistêmica e os matizes da modalidade deôntica expressos por meio do verbo *deber*.

Conforme se pode observar no gráfico 2, nas ocorrências de *deber* enquanto expressão da modalidade deôntica é mais recorrente o valor de necessidade (100 ocorrências; 35,5%). Em menor número, esse tipo modal serve à manifestação do valor de obrigação (58 ocorrências; 20,6%) e proibição (12 ocorrências; 4,2%). A justificativa para o maior número de ocorrências com o valor de necessidade pode ser encontrada no tipo de *córpus* utilizado, pois, em enunciados interativos, o enunciador, ainda que avalie ou descreva o enunciado como um ato deôntico, tenta atenuar a força da qualificação modal, de modo que não a impõe a entidades específicas. Já o número escasso do valor de proibição deve-se ao fato de que esse significado modal é restrito a contextos bastante específicos, que incluem a presença de negação, um agente humano, a expressão de algum valor moral/ legal e referência de tempo no futuro.

A modalidade deôntica, servindo às expressões de necessidade, obrigação e proibição, pode ser exemplificada pelas ocorrências (01), (02) e (03), respectivamente:

(01) I.: Y que todo esto, pues lógicamente, en los momentos necesarios, pues que te den la respuesta que aquello necesita
 E.: Uhum
 I.: Además con la eficacia que **debe** tener
 E.: Uhum. (714H–MA60)

‘I.: Logicamente, nos momentos necessários, que te deem a resposta que aquilo necessita.
 E.: Aham.
 I.: Além disso com a eficácia que deve ter.’

(02) I.: Yo he dado muchos paseos por toda España ¡y lo sucios que somos los malagueños! Verdaderamente yo veo, en las ciudades, la gente tirando las cosas a las papeleras. ¡Yo no sé! Eso es una cosa que los malagueños **debíamos** de entonar un mea culpa porque, verdaderamente, la gente es sucia, porque se ve en las playas, que acabas de limpiar la playa, que han pasado la máquina que han pasado esto ¡y a los dos

minutos, la mayoría de los plásticos que están en la en el agua son plásticos de gente que los ha tirado. (709M–MA34)

‘Eu dei muitos passeios por toda Espanha. E como nós malaguenhos somos sujos! Eu vejo, nas cidades, as pessoas jogando as coisas na lixeira. Eu não sei, isso é uma coisa que nós malaguenhos devíamos reconhecer a própria culpa porque as pessoas são sujas. Vê-se nas praias que acabam de limpá-la, que passam a máquina, que passam isto e, em dois minutos, a maioria dos plásticos que está na água são plásticos que as pessoas jogaram.’

(03) I.: Una vez salimos, y ¡claro!, como yo estaba en la tienda y digo “¡bueno! ¡voy a arreglarme un poco!” mi padre “¡no **debes** de salir! porque ¡hay qué ver!” (717M–MA39)

‘Uma vez saímos, e, claro, como eu já estava na loja, disse “vou me arrumar um pouco” e meu pai “você não deve sair porque vai ver só”.’

Observa-se que essas ocorrências confirmam a proposta de Heine (1995) a respeito da associação da modalidade deôntica a uma força superior. Na ocorrência (01), o valor mais evidente é o de necessidade e poderia ser parafraseado por “com a eficácia que é necessário/preciso ter”. No caso da ocorrência (02), o valor da qualificação modal é relacionado a regras morais, a partir das quais é instaurada a obrigação aos moradores da cidade de Málaga de realizar o Estado-de-Coisas – *entonar un mea culpa*. Trata-se da imposição de uma obrigação a entidades genéricas. E no caso da ocorrência (03), o valor modal deôntico é condicionado por regras sociais, a partir das quais é estipulada a noção de conduta: a proibição de se realizar o Estado-de-Coisas – *salir*. Tais ocorrências também estão em consonância com a definição de modalidade deôntica de Lyons (1977b, p. 823), para quem o tipo modal deôntico relaciona-se às funções social e moral de conduta e obrigação.

As ocorrências de *deber* como modalidade epistêmica (39,7%) dizem respeito à noção de probabilidade. Esse caso, normalmente, mostra a expressão de dúvida do Falante perante o seu enunciado, colocando como incerto o que se enuncia. Tal afirmação pode ser verificada em (04):

(04) I.: Hay además una de las viviendas que tiene una terraza enorme, **debe** tener cuarenta metros o así. (31H–AH07)

‘Há uma das casas que tem uma varanda enorme, deve ter quarenta metros ou algo assim.’

Na ocorrência (04), o Falante comenta sobre as construções da cidade de Alcalá de Henares e, ao comentar sobre o tamanho do terraço de uma moradia, demonstra incerteza com

relação ao que enuncia. Dessa forma, a ocorrência mostra um caso de modalidade epistêmica em que se coloca como incerto, duvidoso (epistemicamente modalizado) o Estado-de-Coisas *tener cuarenta metros*. A paráfrase mais adequada, portanto, para a ocorrência (04) é “uma das moradias tem uma varanda enorme, provavelmente tem quarenta metros ou algo assim”.

De acordo com Hengeveld (2004), a modalidade volitiva pode expressar o desejo, manifestado por um ser específico, de ocorrência de um Estado-de-Coisas, ou pode expressar a descrição de um Estado-de-Coisas (in)desejável. Para ambas as interpretações volitivas, o Estado-de-Coisas deve ir além do controle humano, e ser algo impossível de realização (OLBERTZ, 1998; OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013). Como se pôde notar no gráfico 1, esse valor modal não foi encontrado nos dados analisados. No entanto, para ilustrar um uso do verbo *deber* como forma de expressão da modalidade volitiva é reproduzido, a seguir, um exemplo de Olbertz (1998), cujo modal está inserido no contexto de piadas sobre mortes:

(05) La gente **debería** morirse en el cuarto de baño con la radio puesta. (MANUEL VÁZQUEZ MONTALBÁN, 1988, *Historias de padres e hijos*, *apud* OLBERTZ, 1998, p. 389)

‘As pessoas deveriam morrer no banheiro ouvindo rádio.’

Nesse caso, o verbo *deber* expressa a descrição de um Estado-de-Coisas (*morirse en el cuarto de baño con la radio puesta*) desejável pelo sujeito-enunciador. Esse Estado-de-Coisas vai além do controle humano e é interpretado como algo impossível de realização, o que exclui a possibilidade de uma leitura deôntica, reforçando o valor de volição do modal, conforme proposto por Olbertz (1998) e por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013). De acordo com Olbertz (1998), a modalidade volitiva tende a ser expressa, na língua espanhola, pelo verbo no futuro do pretérito (*condicional* no espanhol), conforme é ratificado pelo exemplo da autora.

(2) A orientação da modalidade

O tipo de modalidade pode ser influenciado pelo foco de qualificação modal. Como já mencionado neste trabalho, a modalidade está alocada dentro do Nível Representacional da GDF e pode ter orientação para diferentes unidades, a depender do seu âmbito de incidência. A tabela 1 mostra o resultado do entrecruzamento do tipo e orientação da modalidade no *cópus* analisado:

ORIENTAÇÃO DA MODALIDADE	TIPO MODAL			
	Deôntico			Epistêmico
	Necessidade	Obrigaçãõ	Proibiçãõ	
Participante	---	18 (6,4%)	4 (1,4%)	---
Evento	100 (35,5%)	40 (14,2%)	8 (2,8%)	---
Episódio	---	---	---	112 (39,7%)
Proposiçãõ	---	---	---	---
TOTAL				
282 (100%)	100 (35,5%)	58 (20,6%)	12 (4,2%)	112 (39,7%)

Tabela 1: A relação entre o tipo e a orientação da modalidade nas ocorrências de *deber*.

Como se pode observar, as ocorrências de *deber* com valor deôntico podem aparecer orientadas para o participante, embora ocorram em menor número (7,8% das ocorrências) e para o evento. Quando orientadas para o participante, expressam a obrigação ou proibição sob a qual um participante se encontra para realizar determinada ação e, quando orientadas para o evento, descrevem a existência de necessidade, obrigações ou proibições de modo que o sujeito possa se eximir de responsabilidades por esses julgamentos. As duas orientações são verificadas nas ocorrências a seguir:

(06) Valor de obrigação deôntica

I.: No he leído mucho, pero, sí es cierto que la compañía que tengo en casa pues me ha hecho encontrarme más con la lectura, y se lo **debo de** agradecer. (32H-GR08)

‘Eu não tenho lido muito, mas, sim, a companhia que eu tenho em casa fez com que eu me encontrasse mais com a leitura, e isso eu devo agradecer.’

(07) Valor de proibição deôntica

I.: Una vez salimos, y ¡claro!, como yo estaba en la tienda y digo “¡bueno! ¡voy a arreglarme un poco!” mi padre “¡no **debes** de salir! porque ¡hay qué ver!”. (717M-MA39)

‘Uma vez saímos, e, claro, como eu já estava na loja, disse “vou me arrumar um pouco” e meu pai “você não deve sair porque vai ver só”.’

(08) Valor de obrigação deôntica

I.: Creo que hoy día es incomprendible, entonces, ¡bueno! no lo llego a entender muy bien, pero sí es verdad que **deberíamos** de por lo menos de copiar lo mejorcito de

algunos países, ¡no lo malo!, porque tienen sus aspectos malos ¡ya te digo! lo de la pena de muerte, lo de que están un poco locos también. (736H–MA52)

‘Acredito que, hoje em dia, é incompreensível. Então, bom, não chego a entender muito bem, mas, sim, é verdade que deveríamos, ao menos, copiar o melhorzinho de alguns países. Não a parte ruim porque têm seus aspectos ruins. O da pena de morte, o de que estão um pouco loucos também.’

(09) Valor de proibição deôntica

I.: a nivel individual tú puedes hacer una serie de cosas, pero que tienen un están limitadas o sea, yo no puedo cambiar Alcalá, yo no le puedo decir a todos los señores, que más o menos pienso, personas que más o menos pienso, que no **deberían** vivir en Alcalá «marcharos» en principio no tengo ningún derecho. (44H–AH32)

‘A nível individual, você pode fazer uma série de coisas, mas que estão limitadas, ou seja, eu não posso mudar Alcalá. Eu não posso dizer a todos os senhores o que mais ou menos penso, às pessoas o que mais ou menos penso, que não deveriam viver em Alcalá “vão embora”, a princípio, eu não tenho nenhum direito.’

(10) Valor de necessidade deôntica

I.: Y cuando a la gente le pasa algo **debe** denunciarlo aunque no sirva de momento parece que para nada ¿no? (34M–AH10)

‘Quando acontece alguma coisa com as pessoas, se deve denunciar, ainda que, no momento, pareça não servir para nada.’

De acordo com a ocorrência (06), o Falante encontra-se sob a obrigação de se engajar no Estado-de-Coisas descrito no predicado verbal – *agradecer*. O verbo *deber*, portanto, opera sobre uma entidade específica do contexto, que, nesse caso, é o próprio Falante. Já na ocorrência (07), o verbo *deber* opera sobre o Ouvinte, codificado, aqui, pela segunda pessoa do singular, isto é, o verbo *deber* opera sobre uma entidade específica do contexto, que ocupa a posição de sujeito do enunciado e agente da ação concomitantemente. Tal proibição, no entanto, só pode ser aceita pelo Ouvinte em função da posição hierárquica superior que o Falante possui, a qual pode ser recuperada pelas pistas contextuais – *mi padre*.

Nas demais ocorrências (08), (09) e (10), o verbo *deber* opera sobre um Estado-de-Coisas e serve à expressão de modalidade deôntica orientada para o evento. Essas ocorrências não estão relacionadas à instauração de ordens ou proibições a outras entidades específicas do contexto, e sim à descrição da obrigação, proibição ou necessidade de se realizar um Estado-de-Coisas. Tais ocorrências poderiam ser parafraseadas, respectivamente, por “seria obrigatório que copiássemos a parte boa de alguns países”; “é proibido que residam em Alcalá”; “é necessário que se denunciem os assaltos”.

A alta frequência de ocorrências de modalidade deôntica orientada para o evento confirma as expectativas deste trabalho e pode ser explicado pelo fato de que, nesse tipo de orientação, o Falante, ao enunciar um Estado-de-Coisas como uma ordem, proibição ou necessidade genérica, se exime da responsabilidade pelo que enuncia, e, ao mesmo tempo, atenua a força da qualificação modal. Por essa razão, a orientação para o evento é uma estratégia de atenuação.

Considera-se, ainda, que o tipo de *córpus* também favorece a orientação para o evento, pois, em dados de fala, o enunciador é solicitado a opinar ou descrever situações ou lugares, de modo que não é muito comum a imposição de ordens ou de proibições a entidades específicas.

As ocorrências de *deber* com valor epistêmico (39,7% das ocorrências) aparecem nos dados unicamente orientadas para o Episódio e mostram a expressão da dúvida do Falante perante o seu enunciado, colocando como incerto o Estado-de-Coisas contido no enunciado. Observe-se a ocorrência:

(11) I.: Te puedes imaginar cómo eso no sé cómo se situaba en aquella época pues seguramente era PNN, bueno seguro no, era PNN y ganaba, yo recuerdo alguna vez haberlo oído decir que ganaba doce mil pesetas que **debía** ser una fortuna. (32H-GR07)

‘E você pode imaginar como isso estava naquela época; era PNN e me lembro que uma vez o ouvi dizer que ganhava doze mil pesetas, que devia ser uma fortuna.’

De acordo com Hengeveld (2004), na modalidade epistêmica orientada para o Episódio, um conjunto de Estado-de-Coisas ou um único Estado-de-Coisas é caracterizado como provável ou não a partir do que é conhecido ou sabido sobre o mundo; ou seja, na ocorrência (11), o que se coloca como epistemicamente modalizado é o Estado-de-Coisas *ser una fortuna*, que aparece sob o escopo do verbo auxiliar *deber*. A marca de tempo absoluto, nesse caso, é a expressão *en aquella época*.

A modalidade epistêmica orientada para o Episódio pode ser explicada pela relação de escopo entre os elementos modais, pois um elemento modalizador epistêmico, de ordem mais alta, pode ter sob o seu âmbito de incidência um elemento modalizador deôntico, de ordem mais baixa; porém, a recíproca não é verdadeira. Desse modo, dentro da GDF, a modalidade

epistêmica, que tem em seu escopo a deôntica, está situada na camada do Episódio, cuja estrutura é mais alta do que a camada do Estado-de-Coisas.⁴⁴

(3) *Os traços semânticos humano e animado do sujeito*

Além do entrecruzamento do tipo de modalidade e orientação, pôde-se verificar, nos dados analisados, as características relacionadas aos traços semânticos humano e animado do sujeito, e a referência do sujeito, conforme mostram os resultados expostos na tabela 2:

TRAÇOS SEMÂNTICOS DO SUJEITO		TIPO MODAL					
		Deôntico					Epistêmico
		Necessidade	Obrigação		Proibição		
		Evento	Evento	Participante	Evento	Participante	Episódio
[+ humano; + animado] (46,9%)	[+ Determinado; + Específico]	2 (0,8%)	---	18 (6,4%)	---	4 (1,4%)	23 (8,1%)
	[+ Determinado; - Específico]	22 (7,8%)	17 (6%)	---	3 (1%)	---	5 (1,8%)
	[- Determinado; - Específico]	10 (3,5%)	20 (7,2%)	---	2 (0,8%)	---	6 (2,1%)
[- humano; - animado] (23,1%)	[+ Determinado; + Específico]	1 (0,4%)	---	---	---	---	---
	[+ Determinado; - Específico]	18 (6,4%)	---	---	---	---	24 (8,5%)
	[- Determinado; - Específico]	4 (1,4%)	---	---	---	---	18 (6,4%)
	Sujeito Impessoal	31 (11%)	3 (1%)	---	3 (1%)	---	---
	Sujeito inexistente	12 (4,2%)	---	---	---	---	36 (12,8%)
TOTAL 282		100 (35,5%)	40 (14,2%)	18 (6,4%)	8 (2,8%)	4 (1,4%)	112 (39,7%)

Tabela 2: A relação entre tipo de modalidade e traços semânticos humano e animado do sujeito.

Como se pode observar na tabela, a modalidade deôntica tende a ocorrer com sujeitos humanos e animados (34,9%), e, em menor número, com sujeitos não humanos e não

⁴⁴ É necessário registrar, como fazem Hengeveld e Mackenzie (2008), que a camada do Episódio é de difícil compreensão e nem sempre a relação de tempo absoluto e tempo relativo é nítida em algumas línguas.

animados (8,2%). Esses resultados estão em consonância com a expectativa deste trabalho, baseada em Heine (1995) e em Neves (2006), de acordo com a qual sujeitos humanos e animados estariam associados ao tipo deontico. Pode-se, ainda, observar que, entre os sujeitos humanos e animados, há graus de especificidade e determinação do sujeito para os diferentes valores da modalidade deontica, dado o contexto de sua ocorrência. Nesse *continuum*, que varia do sujeito [+ determinado; + específico] ao sujeito [- determinado; - específico], verifica-se maior índice de recorrência entre os seguintes valores modais: (a) proibição orientada para o participante, cujo sujeito é determinado pelas pistas contextuais e de referência específica; (b) necessidade orientada para o evento, cujo sujeito é determinado pela situação comunicativa e de referência [- específica]; e (c) obrigação orientada para o evento, com sujeito [- determinado; - específico]. As ocorrências a seguir ratificam a afirmação:

(12) Valor de proibição deontica, com sujeito humano de traços [+ determinado; + específico].

I.: Una vez salimos, y ¡claro!, como yo estaba en la tienda y digo “¡bueno! ¡voy a arreglarme un poco!” mi padre “¡no **debes** de salir! porque ¡hay qué ver!”. (717M-MA39)

‘Uma vez saímos, e, claro, como eu já estava na loja, disse “vou me arrumar um pouco” e meu pai “você não deve sair porque vai ver só”.’

(13) Valor de necessidade deontica, com sujeito humano de traços [+ determinado; - específico].

I.: Es que todavía la iglesia católica, que es a la que pertenezco, está un poco: atrasada, debe de abrir un poquito, un poquito más la mano, porque yo pienso particularmente, por ejemplo, que los sacerdotes **deben** de casarse. (061H-MA53)

‘A igreja católica, a que pertenco, está um pouco atrasada, deve abrir um pouquinho mais a mão porque eu particularmente penso, por exemplo, que os sacerdotes devem se casar.’

(14) Valor de obrigação deontica, com sujeito que faz alusão a entidade humana de traços [- determinado; - específico].

I.: Y bueno, pues están frustradísimos de pensar que era una época donde su situación profesional estaba todavía muy inestable una época de formarse más. Y se tenían que ir allí y allí ¿qué qué vamos a hacer? aprender a tirar tiros y no vamos a tirar tiros nunca más en la vida. Y ¿para qué queremos aprender a tirar tiros? Yo creo que un ejército **debe ser** profesional. (33M-GR18)

‘Bom, estão frustradísimos em pensar que era uma época onde sua situação profissional estava, ainda, muito instável; uma época de formar-se mais. Se tinham que ir ali, o que vamos fazer? Aprender a atirar, e não vamos atirar nunca mais na vida. E para que queremos aprender a atirar? Eu acho que um exército deve ser profissional.’

Nessas ocorrências, há casos de *deber* deôntico, com presença de sujeito, *tú, los sacerdotes, e un ejército*, respectivamente, cujos traços semânticos são [+ humano; + animado]. Tais características favorecem a manifestação do tipo modal deôntico porque, normalmente, para que um Estado-de-Coisas seja interpretado como proibido, obrigatório ou necessário ele tem algum tipo de envolvimento humano.

Pode-se observar, na ocorrência (12), que o valor de proibição, além de ser associado aos traços semânticos [+ humano; + animado], é, comumente, associado aos traços [+ determinado; + específico] do sujeito, os quais direcionam a orientação da modalidade para o participante. Essa associação entre sujeito [+ determinado; + específico] e orientação modal para o participante já havia sido mencionada por Hengeveld (2004, p. 1194), e, embora as ocorrências do valor de proibição sejam pouco frequentes, sua associação com os traços semânticos mencionados é confirmada na pesquisa.

Foram identificados casos de *deber* com traços semânticos [+ humano; + animado], como os (13) e (14), em que o sujeito pode apresentar valores sintáticos e semânticos distintos. Ao qualificar deonticamente uma ação, o Falante a fim de se eximir da responsabilidade do que enuncia, faz uma referência não específica no plano sintático, como *los sacerdotes e un ejército*, que no plano discursivo fazem alusão a entidades humanas. Nessas ocorrências, o verbo *deber* passa a operar sobre o Estado-de-Coisas e não sobre um participante específico. Por essa razão, os valores de obrigação e de necessidade apresentam índices significativos de orientação para o evento.

Os casos de *deber* servindo à expressão da modalidade deôntica com sujeito não humano e não animado foram encontrados apenas com o valor de necessidade, normalmente associados aos traços [+ determinado; - específico], cuja orientação é para o evento, como se observa na ocorrência (15):

(15) Valor de necessidade deôntica, com sujeito não humano e animado de traços [+ determinado; - específico]

I.: Hombre el ayuntamiento tiene una sección para rehabilitaciones. Lo que pasa que estas cosas oficiales siempre pasa lo mismo, ponen muchísimos problemas, muchísima burocracia, los créditos que hay luego se quedan sin cubrir la mitad de ellos, pasa igual comercialmente, porque es que en cuanto te asomas a un crédito de esos, te piden hasta el número de zapatillas que calzaba tu bisabuelo y venga papeles y venga papeles y venga papeles y luego dices hombre, pues, voy a pedir un crédito particular a un banco voy a transformar mi tienda o a reformar mi vivienda, aunque me cueste un poco más caro porque eso

E.: Ya

I.: Eso este **debía** estar bastante más suavizado. (45H–AH33)

‘I.: A prefeitura tem uma seção para reabilitações. O que acontece é que essas coisas oficiais sempre ocorrem do mesmo jeito, muitos problemas, muita burocracia, os créditos que existem ficam sem cobrir a metade deles, acontece a mesma coisa comercialmente porque enquanto você se volta para um crédito desses, te pedem até o número dos sapatos que calçava seu bisavô e vem papéis, vem papéis, vem papéis e, logo, vou pedir um crédito particular a um banco, vou mudar minha loja ou reformar minha casa, ainda que me custe um pouco mais caro porque isso

E.: Sim.

I.: Isso devia estar mais suavizado.’

Em (15), tem-se um caso de modalidade deôntica associada aos traços [- humano; - animado]. Esse tipo de associação encontra justificativa no tipo de sujeito, *eso*, que se refere a uma situação, um Estado-de-Coisas, descrito anteriormente, que é avaliado como necessário. Como mencionado na qualificação deôntica com sujeitos humanos, o traço [- específico] do sujeito favorece a orientação da modalidade para o evento, o que justifica o fato do valor de necessidade com sujeitos não humanos e não animados ter a orientação unicamente para o evento.

Já a alta frequência de pronomes neutros como sujeito pode ser explicada pelo tipo de córpus analisado, uma interação de fala em que os enunciados são organizados e reorganizados simultaneamente, de modo que os elementos podem ser facilmente recuperados pelos turnos conversacionais antecedentes.

Quanto à modalidade epistêmica, verifica-se que, na tabela 2, os dados distribuem-se de forma equilibrada para os traços semânticos do sujeito [+ humano; + animado] e [- humano; - animado], com diferença pouca significativa (12% e 14,9%, respectivamente), de modo que esse parâmetro para o valor modal epistêmico é pouco relevante quando comparado ao valor deôntico.

Nos dados analisados, ainda que os números das características semânticas relacionados com a qualificação modal epistêmica sejam bastante próximos, eles são mais frequentes com os traços semânticos [- humano; - animado]. Pode-se verificar que esse tipo de traço semântico é, na maioria dos casos, associado aos traços [+ determinado; - específico], conforme mostra a seguinte ocorrência:

(16) Tipo epistêmico, com sujeito não humano e animado de traços [+ determinado; - específico]

I.: Pues fíjate si eran siete mil personas en Alcalá había dos mil o tres mil estudiantes pues el ambiente **debía** ser fenomenal. (43H–AH31)

‘Veja só, se eram sete mil pessoas em Alcalá, havia dois mil ou três mil estudantes, o ambiente devia ser fenomenal.’

De acordo com a ocorrência (16), a avaliação do entrevistado sobre o ambiente é uma suposição, o que caracteriza um caso de verbo *deber* com valor epistêmico. O sujeito *ambiente* recebe os traços semânticos [- humano; - animado] e [+ determinado; - específico]. Como suposições e crenças ocupam, dentro da GDF, uma estrutura de ordem mais alta, a modalidade epistêmica, quando expressa pelo verbo *deber*, é orientada para a camada do Episódio, superior ao âmbito de incidência da modalidade deôntica.

A modalidade epistêmica pode, ainda, aparecer associada à presença de sujeito humano e animado, conforme já havia sido advertido por Neves (2000b, 2006). Nos dados analisados, a maioria dessas ocorrências está relacionada com os traços [+ determinado; + específico] do sujeito. Em (17), pode-se confirmar tal associação:

(17) Tipo epistêmico, com sujeito humano e animado de traços [+ determinado; + específico]

I.: Yo que he tenido nunca alergia, no he tenido nunca alergia, pero yo creo que **debo** tener algo de alergia al polen porque ahora me pican también los ojos los tengo siempre hinchados. (15H–AH03)

‘Eu nunca tive alergia, mas eu acho que devo ter algum tipo de alergia ao pólen porque agora os meus olhos ardem também, estão sempre inchados.’

Nessa ocorrência, o verbo *deber* serve à forma de expressão da modalidade epistêmica, cujo sujeito presente – *yo* – recebe os traços semânticos [+ humano; + animado], além dos traços [+ determinado; + específico]. O valor epistêmico de dúvida é também reforçado pela presença do verbo *creer* (*achar*) imediatamente antes do auxiliar *deber*.

Embora os resultados dos traços semânticos [+ humano; + animado] e [- humano; - animado] para a modalidade epistêmica sejam equilibrados, há uma diferença significativa entre os resultados de determinação e especificidade a depender do tipo de sujeito. Com sujeitos humanos, o valor epistêmico é, na maioria dos casos (8,1% das ocorrências), associado aos traços [+ determinado; + específico]. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que, durante a interação, o enunciador é solicitado a descrever ou narrar experiências pessoais, de modo que o eixo da conversão centraliza-se no próprio enunciador. Já com sujeitos não humanos, o valor epistêmico é apenas relacionado com entidades não específicas do contexto, ora determinada (8,5%), ora indeterminada (6,4%). Nesses casos, normalmente, o enunciador faz julgamentos e suposições sobre coisas, lugares, pessoas ou situações.

Os dados mostram uma alta frequência (30%) de orações com sujeitos impessoais ou inexistentes, cujos traços semânticos não se aplicam. Entre as 170 ocorrências de *deber* com valor deôntico, 12 (4,2%) são orações sem sujeito e 37 (13%) são casos de impessoalidade. Já

no caso das ocorrências de *deber* com valor epistêmico, 36 (12,8%) configuram-se como orações sem sujeito.

No campo semântico deôntico, os casos analisados de impessoalidade expressam, em sua maioria, o valor de necessidade, e são orientados unicamente para o evento. A marca de impessoalidade mais comum, nos dados analisados, é o uso da partícula *se*. Observe-se a ocorrência:

(18) I: Entiendo que es una medida o una situación que no se puede mantener, y no se **debe** mantener. (32H-GR08)

‘Entendo que é uma medida, ou uma situação, que não se pode manter e não se deve manter.’

A ocorrência (18) mostra um caso de modalidade deôntica com o uso de impessoalidade, expressa pela partícula *se*. A forte associação de marcas de impessoalidade à forma de expressão deôntica encontra justificativa no fato de que o Falante, ao recorrer a um sujeito impessoal, atenua a força da qualificação modal, conforme previsto por Heine (1995).

A associação da modalidade deôntica com valor de necessidade a orações sem sujeito é explicada pelos mesmos motivos da impessoalidade, uma vez que, nesse tipo de ocorrência, a qualificação modal não incide sobre nenhuma entidade específica do contexto, sendo concebida como uma necessidade impessoal. Por essa razão, a modalidade deôntica é orientada apenas para o evento, como mostra a ocorrência:

(19) I: ¡Hombre! unos sí y otros no, de todas maneras no **debería** haber tantos como hay, creo que hay muy poca gente preparada para tener hijos. (001M-V01)

‘Uns sim e outros não. De qualquer modo, não deveria haver tantos como há; eu acho que tem muita pouca gente preparada para ter filhos.’

A ocorrência (19) mostra um caso de modalidade deôntica com oração de sujeito inexistente. A maioria das ocorrências deônticas com oração sem sujeito está relacionada a verbos com valor existencial, como *haber*.

Por sua vez, a associação da modalidade epistêmica a orações sem sujeito pode ser explicada pelo maior grau de integração entre os elementos de estruturas como *debe ser*, que estão se gramaticalizando. Tais estruturas podem ocorrer isoladas e, em alguns contextos, podem funcionar como locuções adverbiais ou advérbios como *é provável*, *talvez*, *provavelmente*, entre outros. A ausência de sujeito, como aponta Heine (1993), está

relacionada à perda de propriedades sintáticas e consequente aumento do grau de gramaticalização das estruturas citadas. Observe-se a ocorrência:

(20) E.: ¡Ah! que es costumbre
 I.: Que en Hungría es costumbre
 E.: Besar la mano de: ...
 I.: **Debe** ser de las personas así un poco mayores como si dijéramos
 E.: ¡Ah! fíjate. (54M–AH18)

‘E.: ah, é costume...
 I.: Na Hungria é costume
 E.: beijar a mão...
 I.: deve ser de pessoas, assim, um pouco mais velhas.’

Em (20), trata-se de uma ocorrência com qualificação modal epistêmica. Tal ocorrência expressa a ideia de probabilidade e, com esse valor, a expressão *debe ser* funciona como um advérbio, que poderia ser parafraseado por *provavelmente*. Pode-se observar também que a ocorrência (20) ilustra a forte associação entre o valor de probabilidade e verbos de estado (no caso, o verbo *ser*), conforme já havia sido apontado por Silva-Corvalán (1995). A maior recorrência de sentenças com verbos de estado associados a sujeitos inexistentes se justifica porque a noção de probabilidade refere-se a suposições do Falante sobre o modo de ser de coisas ou pessoas.

(4) *A agentividade*

Outra característica semântica observada nos dados é a agentividade, que diz respeito à presença ou ausência de traço controle sobre o predicado verbal. Ao entrecruzar esse parâmetro com o tipo de modalidade, foi possível encontrar os seguintes resultados:

AGENTIVIDADE DO SUJEITO	TIPO MODAL					
	Deontico					Epistêmico
	Necessidade	Obrigação		Proibição		
		Evento	Evento	Participante	Evento	Participante
[+ controle]	57 (20,3%)	37 (13,2%)	18 (6,4%)	5 (1,8%)	4 (1,4%)	12 (4,2%)
[- controle]	---	---	---	---	---	64 (22,7%)
Sujeitos impessoais	31 (11%)	3 (1%)	---	3 (1%)	---	---
Sujeitos inexistentes	12 (4,2%)	---	---	---	---	36 (12,8%)
TOTAL 282 (100%)	100 (35,5%)	40 (14,2%)	18 (6,4%)	8 (2,8%)	4 (1,4%)	112 (39,7%)

Tabela 3: A relação entre tipo de modalidade e agentividade do sujeito.

De acordo com os resultados da tabela 3, as ocorrências de modalidade deontica, com valor de necessidade, obrigação e proibição, no corpus analisado, estão associadas à presença de controle (43,1%), associação esperada conforme já havia sido apontado por Lyons (1977) e por Quirk et al (1985). A seguir, são apresentadas ocorrências para cada valor de qualificação deontica relacionada à agentividade:

(21) Valor de necessidade deontica

I.: A los propietarios les cuesta un dineral el ¡eso! porque ¡claro! ¡el pintar una casa cuesta un dineral!. Y ¡claro! si tienes un alquiler pequeño, y resulta que tú lo que tienes es esa casa nada más, pues, no tienes dinero para. O sea que el Ayuntamiento y la Junta y eso pues **debían** de dar unas cantidades para que se pudieran arreglar. (709M-MA34)

‘Aos proprietários, lhes custa um dinheirão isso porque pintar uma casa custa um dinheirão. E, claro, se você tem um pequeno apartamento, significa que o que você é essa casa e nada mais, não tem dinheiro para... ou seja, o Departamento e a Junta deviam dar umas quantidades para que se possam arrumar.’

(22) Valor de obrigação deontica

Contexto sobre estagiários de empresas:

I.: Los chavales, una vez que finalizan el ciclo **deberían de** entrar en las empresas y quedarse en la empresa pero como consecuencia de que han demostrado tener unos conocimientos que han adquirido unos conocimientos. (32H-GR09)

‘Os meninos, uma vez que finalizam o ciclo, deveriam entrar nas empresas e permanecer nelas, mas como consequência de que demonstraram ter alguns conhecimentos, que adquiriram conhecimentos.’

(23) Valor de proibição deôntica

I.: Una vez salimos, y ¡claro!, como yo estaba en la tienda y digo “¡bueno! ¡voy a arreglarme un poco!” mi padre “¡no **debes** de salir! porque ¡hay qué ver!”. (717M–MA39)

‘Uma vez saímos, e, claro, como eu já estava na loja, disse “vou me arrumar um pouco” e meu pai “você não deve sair porque vai ver só”.’

Nas ocorrências (21), (22) e (23), os valores modais deônticos são, respectivamente, necessidade, obrigação e proibição, com orientação para o evento. Observa-se que os Estados-de-Coisas descritos como deônticos podem ser controlados pelo sujeito humano ou que fazem alusão a entidades humanas, tais como *El Ayuntamiento y la Junta, los chavales, e tú*, respectivamente. Verifica-se, também, que esse tipo de traço semântico [+ controle] pode estar relacionado a verbos de ação, como nos casos das ocorrências, cujos predicados são *dar unas cantidades*, em (21); *entrar en las empresas*, em (22); e *salir*, em (23).

A associação do domínio deôntico à presença de agentividade é explicada pelo fato de que um Estado-de-Coisas só pode ser descrito como necessário, obrigatório ou proibido quando há algum tipo de envolvimento humano ou quando há alguma marca linguística que faz referência ou retome alguma situação, que implica dinamicidade do verbo.

Quanto aos casos de modalidade epistêmica, pode-se verificar que é predominante, com base nos dados analisados, a associação desse tipo modal à ausência de agentividade (22,7%). De acordo com Klinge (1996), eventos com traço [- controle] por parte do referente do sujeito tendem a ter leitura epistêmica, como mostra a ocorrência (24), que ratifica a afirmação do autor:

(24) I.: Hay una cosa típica de Alcalá se lo comentamos a Laura el otro día que son los bizcochos, eso es una cosa que **debe** ser muy antigua. (30M–AH30)

‘Há uma coisa típica de Alcalá que comentamos com a Laura outro dia, que são uns bolos; isso é uma coisa que deve ser muito antiga.’

A ocorrência (24) mostra um caso de modalidade epistêmica com ausência de traço controle. Para Heine (1995), esse tipo modal, quando não apresenta controle sobre o predicado, relaciona-se a verbos estativos, o que está em consonância com as ocorrências de modalidade epistêmica analisadas. Essa associação da modalidade epistêmica a verbos

estativos e sem agentividade pode ser explicada, como já mencionado, pelo fato de esse domínio semântico qualificar o modo de ser de coisas ou pessoas.

Um pequeno número de ocorrências (4,2%) foi identificado mostrando a associação da modalidade epistêmica com a presença de traço controle sobre o predicado verbal, como ilustra (25):

(25) I.: Entonces un sacerdote **debió** decir «cuidado a ver si están envenenadas» porque claro había las luchas estas entre judíos etcétera y tal, entonces, las metieron en un sótano, pasó un tiempo, fueron, vieron y las formas seguían intacta. (50H–AH14)

‘Então um sacerdote deve ter dito “cuidado, veja se estão envenenadas” porque havia aí lutas entre os judeus, etc; e, então, as colocaram em um porão, passou um tempo, foram e viram que as formas continuavam intactas.’

Nessa ocorrência, tem-se um caso de modalidade epistêmica com sujeito presente de terceira pessoa, humano e com traço [+ controle] sobre o predicado verbal – *decir*. Construções desse tipo, com traço [+ controle] sobre o predicado, associadas a sujeitos humanos podem licenciar leituras deônticas ou epistêmicas, conforme sugerido por Neves (2000b). Essa associação pode ser favorecida pelo traço [- específico] do sujeito, pois como ocorre em (25), *un sacerdote* tem referência indefinida.

A modalidade epistêmica associada à presença de agentividade encontra, ainda, justificativa no tipo de verbo e no tempo verbal. Verbos dinâmicos, isto é, que envolvem alguma ação humana, estão relacionados à presença de controle sobre o predicado verbal, e, normalmente, dizem respeito a algum Estado-de-Coisas que ocorre após o momento de enunciação, configurando, assim, um caso de modalidade deôntica. No caso dos dados analisados, embora o tipo de verbo [+ dinâmico] licencie a presença de traço [+ controle] sobre o predicado, as ocorrências descrevem um Estado-de-Coisas que foi realizado em algum momento anterior à enunciação, o que leva à leitura epistêmica.

(5) *A pessoa gramatical*

Com relação ao tipo de pessoa gramatical, verificou-se que, nos dados analisados, tanto a modalidade deôntica como a modalidade epistêmica tendem a ser expressas com a codificação de terceira pessoa e referência [+ determinada; - específica]. Em menor número, a modalidade deôntica está associada ao uso da primeira pessoa com referência [+ determinada; + específica], e ao uso de primeira e terceira pessoas com referência [- determinada; - específica]. A modalidade epistêmica, em menor número, está associada ao uso da primeira

pessoa de referência [+ determinada; + específica] e ao uso da terceira pessoa de referência [- determinada; - específica]. Com ambos os tipos modais, são raros os casos de segunda pessoa gramatical, como mostram os resultados na tabela a seguir:

TIPO DE PESSOA GRAMATICAL		TIPO MODAL					
		Deôntico					Epistêmico
		Necessidade	Obrigação		Proibição		
Referência do sujeito	Codificação gramatical do sujeito	Evento	Evento	Participante	Evento	Participante	Episódio
[+ Determinado; + Específico]	1ª pessoa	---	---	14 (5%)	---	2 (0,7%)	14 (5%)
	2ª pessoa	1 (0,4%)	---	3 (1%)	---	2 (0,7%)	1 (0,4%)
	3ª pessoa	1 (0,4%)	---	1 (0,4%)	---	---	8 (2,8%)
[+ Determinado; - Específico]	3ª pessoa	41 (14,5%)	17 (6%)	---	3 (1%)	---	29 (10,2%)
[- Determinado; - Específico]	1ª pessoa	1 (0,4%)	9 (3,3%)	---	1 (0,4%)	---	---
	2ª pessoa	6 (2,1%)	6 (2,1%)	---	---	---	1 (0,4%)
	3ª pessoa	7 (2,5%)	5 (1,8%)	---	1 (0,4%)	---	23 (8,1%)
	Sujeito Impessoal	31 (11%)	3 (1%)	---	3 (1%)	---	---
	Sujeito inexistente	12 (4,2%)	---	---	---	---	36 (12,8%)
TOTAL 282		100 (35,5%)	40 (14,2%)	18 (6,4%)	8 (2,8%)	4 (1,4%)	112 (39,7%)

Tabela 4: A relação entre tipo de modalidade e tipo de pessoa gramatical.

Embora a expectativa fosse encontrar a modalidade deôntica associada apenas aos usos de primeira e segunda pessoas gramaticais, uma vez que a instauração de obrigações normalmente é feita sobre si mesmo e/ou sobre o interlocutor, os dados mostram que esse tipo

de modalidade é mais frequente com a terceira pessoa (14,5%) de referência [+ determinada; - específica] e orientação para o evento. A justificativa para essa associação pode estar relacionada ao tipo de *cópus* utilizado. O informante, ao ser solicitado a avaliar alguma situação, instituição ou pessoa, atenua a força da qualificação modal, utilizando como recurso um sujeito indefinido, que faça alusão a entidades humanas, conforme mostra a ocorrência (26):

(26) E.: ¿Tú qué opinas pues que la universidad **debe** formar desde una perspectiva polivalente o específica? porque es difícil descubrir o averiguar los intereses personales o particulares de los alumnos. (003H–V03)

‘O que você opina, que a universidade deve formar a partir de uma perspectiva polivalente ou específica? Porque é difícil descobrir ou averiguar os interesses pessoais ou particulares dos alunos.’

As ocorrências de modalidade deôntica com sujeito de terceira pessoa tanto com valor necessidade como com valor de obrigação descrevem um Estado-de-Coisas como sendo necessário ou obrigatório, expressando regras e comportamentos gerais relacionadas a uma categoria da sociedade ou a uma instituição; isto é, o enunciador não impõe alguma obrigação ou regra a outra entidade específica, mas enuncia alguma situação convencionalizada social ou legalmente como sendo obrigatória ou necessária para uma categoria ou para uma instituição. Essa categoria ou instituição social faz sempre alusão a sujeitos humanos, como na ocorrência (26), que descreve a obrigação da instituição universitária de formar os alunos a partir de uma perspectiva polivalente.

O verbo auxiliar *deber* como forma de expressão deôntica ocorre também, ainda que em menor número, com os usos de primeira (5,7%) e segunda (1,7%) pessoas gramaticais [+ determinada; + específica], normalmente associados aos valores de obrigação e de proibição, como mostram as seguintes ocorrências:

(27) Valor deôntico de obrigação, com sujeito [+ determinado; + específico]

E.: Seguramente si fuese una persona desconocida **debería** hacer otras preguntas, pero como tú te conoces tu propia historia pos ya saltamos, y entonces en principio ya hemos saltado los tres primeros. (046M–MA51)

‘Com certeza se fosse uma pessoa desconhecida, eu deveria fazer outras perguntas, mas como você já conhece sua própria história, vamos pular, e então já pulamos os três primeiros questionários.’

(28) Valor deôntico de obrigação, com sujeito [+ determinado; + específico]

E.: Evidentemente también **debes** hacer una pequeña entrevista para, sobre todo, para tener el material suyo. (046M–MA51)

‘Evidentemente, você também deve fazer uma pequena entrevista para ter o seu material.’

(29) Valor deôntico de proibição, com sujeito [+ determinado; + específico]

E.: Y empezó con los malos tratos desde el principio de estar casados o...?

I.: Hombre yo desde el principio creo que no, tampoco lo sé, no **debería** enterarme mucho porque ya tengo bastantes malos recuerdos como para tener más

E.: ¿Y ellos ahora van a tienen alguna relación mantienen una: ...?

I.: qué va. (11M–AH23)

‘E.: E os maus tratos começaram desde o início de casados?’

I.: Desde o início, eu acho que não. Também não sei, não deveria me informar muito porque eu já tenho bastantes más recordações para ter mais.

E.: E eles, agora, mantêm alguma relação?’

I.: Imagina.’

(30) Valor deôntico de proibição, com sujeito [+ determinado; + específico]

I.: Una vez salimos, y ¡claro!, como yo estaba en la tienda y digo “¡bueno! ¡voy a arreglarme un poco!” mi padre “¡no **debes** de salir! porque ¡hay qué ver!” (717M–MA39)

‘Uma vez saímos, e, claro, como eu já estava na loja, disse “vou me arrumar um pouco” e meu pai “você não deve sair porque vai ver só”.’

As ocorrências (27) e (28) permitem observar que o valor deôntico modal mais comum do verbo *deber*, quando aparece na primeira e na segunda pessoa gramatical, é o de obrigação, visto que a instauração de deveres e obrigações destina-se a alguma entidade determinada e específica do contexto. São poucos os casos do verbo *deber* com o valor deôntico modal de proibição, porém, a maioria deles está associada também aos usos da primeira e da segunda pessoas gramaticais, pois, assim como a obrigação, a proibição destina-se a entidades determinadas e específicas do contexto.

Considerando, ainda, a proposta de Heine (1995) a respeito da existência de uma força superior, que impõe a ocorrência (ou não) de um evento, nota-se que, nas ocorrências citadas, há a existência dessa força, que, no caso da obrigação, é o próprio Falante, enquanto no caso da proibição são os pais do enunciador. O que diferencia as ocorrências é o fato de que em (27) e em (29) o Falante e o sujeito da ação são os mesmos, e, em (28) e em (30), o Falante e o sujeito da ação, sobre quem recai a ordem, são distintos.

Quanto ao tipo de pessoa gramatical relacionado à expressão de modalidade epistêmica, há um predomínio da terceira pessoa (21,1% das ocorrências). Dentre os usos de

terceira pessoa com valor epistêmico, há números equilibrados com sujeitos de traços [+ determinado; - específico] (29 ocorrências), e sujeitos de traços [- determinado; - específico] (23 ocorrências). Em menor número, a modalidade epistêmica tende a aparecer com o uso da primeira pessoa gramatical de traços [+ determinado; + específico], (5% das ocorrências), e, em apenas duas ocorrências (0,8%) aparece associada ao uso da segunda pessoa. A título de ilustração, são apresentadas as seguintes ocorrências:

(31) Tipo epistêmico, com sujeito de terceira pessoa de traços [+ determinado; - específico]

I.: ¿Eh? los váter y salón cada casa tenía el suyo por supuesto, es que había casas que era común, o sea quiero decirte que había un, eso **debía** ser la monda... tampoco la gente se... yo creo que se lavaba tanto y ducharse por supuesto no porque no había, entonces, no sé, era otra manera de vivir. (43H–AH31)

‘Os banheiros e a sala cada casa tinha o seu, evidentemente; é que havia casas que era comum, ou seja, quero dizer que havia um... isso devia ser o cúmulo... eu acho que as pessoas não se lavavam tanto e tomavam banho; evidentemente, não porque não havia; não sei, era outra maneira de viver.’

(32) Tipo epistêmico, com sujeito de terceira pessoa de traços [- determinado; - específico]

I.: La palabra chiringuito, eso lo inventaron algunos madrileños que **debieron** venir por aquí, y utilizaron la palabra chiringuito, que donde se emplea es en Madrid. (708H–MA63)

‘A palavra *chiringuito*, isso inventaram alguns madrilenhos, que devem ter vindo por aqui e utilizaram a palavra *chiringuito*, que se utiliza em Madrid.’

(33) Tipo epistêmico, com sujeito de primeira pessoa de traços [+ determinado; + específico]

I.: ¿La que más me ha gustado? recuerdo la niñez, muy bonita, y además muy familiar, luego la adolescencia pues era muy rebelde y muy **debía** ser bastante bicho, entonces la recuerdo como algo que me agobiaba muchísimo que lloraba muchísimo. (35M–AH11)

‘A fase de que mais gostei? Lembro-me da infância, muito bonita e muito familiar, depois a adolescência, eu era muito rebelde e devia ser bastante inquieta, então lembro-me dela como algo que me agoniava muitíssimo porque eu chorava muitíssimo.’

As ocorrências (31) e (32) mostram casos de modalidade epistêmica com sujeitos de terceira pessoa, respectivamente – *eso* e *algunos madrileños*, que são indefinidos. A diferença entre esses usos é que, em (31), o sujeito pronominal, embora não específico, é determinado pelo contexto, pois retoma um Estado-de-Coisas descrito anteriormente, enquanto, em (32), o

sujeito é genérico. Esse traço [- específico] do sujeito, como mencionado, tende a levar a orientação modal para o evento. Já a ocorrência (33) mostra um caso de modalidade epistêmica com sujeito de primeira pessoa (*yo*) de traços [+ determinado; + específico]. Como mencionado, a modalidade epistêmica avalia, normalmente, o modo de ser de coisas ou pessoas, o que justifica a sua associação a esses tipos de sujeitos.

(6) *O tempo e o modo verbal*

O tipo de modalidade é, ainda, influenciado pelo tempo e pelo modo verbal. Com relação ao modo verbal, verificou-se que o verbo *deber* é utilizado com referência a tempos verbais no modo indicativo (97%) e menos frequentemente no modo subjuntivo (3%), como mostra a tabela a seguir:

MODO VERBAL	TIPO MODAL					
	Deôntico					Epistêmico
	Necessidade	Obrigação		Proibição		
	Evento	Evento	Participante	Evento	Participante	Episódio
Indicativo	96 (33,7%)	40 (14,2%)	17 (6%)	8 (2,8%)	3 (1%)	111 (39,3%)
Subjuntivo	5 (1,8%)	---	1 (0,4%)	---	1 (0,4%)	1 (0,4%)
TOTAL	100	40	18	8	4	112
282 (100%)	(35,5%)	(14,2%)	(6,4%)	(2,8%)	(1,4%)	(39,7%)

Tabela 5: A relação entre tipo modal e modo do verbo.

Pode-se observar, na tabela 5, que a expectativa de se encontrar a modalidade epistêmica associada ao modo subjuntivo, não foi confirmada nos dados, uma vez que esse modo verbal foi pouco frequente no corpus associado ao verbo *deber*. Dentre as poucas ocorrências de *deber* com a forma no subjuntivo, a maioria é associada ao domínio deôntico (*debiere*), 2,4%, como uma forma variante do futuro do pretérito (*debería*), conforme será mostrado mais adiante. Nota-se, ainda, que o verbo modal *deber* tanto com o valor deôntico como epistêmico é predominantemente associado ao modo indicativo, o que confirma as afirmações de Silva-Corvalán (1995) a esse respeito.

Com relação ao tempo, foram identificadas referências temporais de passado, presente e futuro, como se pode observar na tabela a seguir:

REFERÊNCIA DA TEMPORALIDADE	TIPO MODAL					
	Deôntico					Epistêmico
	Necessidade	Obrigação		Proibição		
	Evento	Evento	Participante	Evento	Participante	Episódio
Presente Simples	21 (7,5%)	7 (2,5%)	---	3 (1%)	---	63 (22,3%)
Pretérito	6 (2,1%)	3 (1%)	1 (0,4%)	---	---	40 (14,2%)
Futuro	73 (25,9%)	30 (10,7%)	17 (6%)	5 (1,8%)	4 (1,4%)	9 (3,2%)
TOTAL 282 (100%)	100 (35,5%)	40 (14,2%)	18 (6,4%)	8 (2,8%)	4 (1,4%)	112 (39,7%)

Tabela 6: A relação entre tipo de modalidade e referência temporal.

Como mostra a tabela, a modalidade deôntica com valor de necessidade é mais frequente com referência de tempo futuro (73 ocorrências; 25,9%) e no presente (21 ocorrências, 7,5%). Em todos esses casos, a orientação é unicamente para o evento. Já o valor de obrigação apresenta números significativos com o futuro (47 ocorrências, 16,7%) tanto com a orientação para o evento como para o participante. Em menor número, o valor de obrigação apresenta casos de *deber* no presente simples (7 ocorrências; 2,5%), com orientação para o evento. O valor de proibição apresenta a maioria dos casos com referência de tempo futuro (9 ocorrências; 3,2%) com ambas as orientações modais. A associação da modalidade deôntica aos tempos do presente e futuro do indicativo havia sido prevista por Neves (2000a; 2000b; 2006) e pode ser confirmada nos dados.

As ocorrências do futuro simples (futuro do presente), 53 ocorrências, foram menos frequentes do que as ocorrências de o futuro do pretérito (76 ocorrências). A justificativa para essa diferença deve-se ao fato de o futuro do presente tornar o enunciado mais autoritário, sendo, comumente, utilizado para instaurar uma obrigação a outra entidade humana, em algum momento posterior à fala. Por outro lado, o número significativo de ocorrências de *deber* deôntico associadas ao futuro do pretérito é explicado pelo tipo de *cópus* utilizado, pois o Falante, ao descrever ou avaliar uma situação como deôntica, tenta proteger sua face, atenuando o enunciado por meio do uso do futuro do pretérito.

A seguir são apresentados três casos de *deber* servindo à expressão da modalidade deôntica com as formas verbais mais produtivas: o tempo presente do indicativo, em (34), futuro do presente, em (35) e o futuro do pretérito em (36):

(34) Valor de necessidade deôntica com referência semântica e codificação sintática de tempo presente

I.: Que son una vergüenza, porque se meten tan cosas tan profundas que muchas cosas que **deben** estar calladas sacan a relucir. (32M–GR35)

‘Isso é uma vergonha porque se metem em coisas tão íntimas que muitas coisas que devem estar caladas, eles conseguem trazer à tona.’

(35) Valor de necessidade deôntica com referência semântica de futuro e codificação sintática de tempo presente

I.: Yo creo que por lo pronto aplicaciones de sobre todo el mundo del PC, que me permitan corregir mi pronunciación, que me más que me permitan corregir es que me permitan yo entender cómo se pronuncia porque.. mm lo miras en un diccionario y está muy bien pero, el que tú hables, y eso se recoja en un dispositivo y se te analice la voz y te diga mira tienes que subir aquí, la posición de la lengua, la tienes que adelantar, la tienes que retrasar, lo que son las cuerdas vocales lo que es donde se genera el sonido, donde debes de, cómo **debes de** pronunciar, cómo tienes que poner los labios, etcétera etcétera (32H-GR09)

‘Eu acredito que o prático de aplicações do mundo todo do PC é que me permitem corrigir minha pronúncia. Mais do que me permitir corrigir é permitir que eu entenda como se pronuncia, o porquê... Você olha em um dicionário e está tudo bem, mas, ao falar, isso seja coletado em um dispositivo e que te analise a voz e te diga, você tem que subir aqui, a posição da língua, a tem que adiantar, a tem que retrair, o que são as cordas vocais, onde o som é gerado, como deve pronunciar, como tem que colocar os lábios, etc.’

(36) Valor de necessidade deôntica com referência semântica de futuro e codificação sintática de futuro do presente (condicional)

I.: No es ni veterano ni no veterano, es, tiene que ser un profesor que esté en unas condiciones muy especiales, tiene que ser un tío que, por un lado le den ESO, pero por otro tienen que librar; **deberían** hacerlo así es decir, vamos a ver, primero, un profesor impositivo. (732H–MA45)

‘Não é nem veterano nem não-veterano. Tem que ser um professor que esteja em condições especiais, tem que ser um cara que, por um lado, lhe deem isso, mas que, por outro, têm que livrar; deveriam fazê-lo assim, vamos ver, primeiro, um professor impositivo.’

Na ocorrência (34), o verbo auxiliar *deber* assume um valor deôntico de necessidade. O uso do presente no indicativo, associado a esse tipo de qualificação, pode ser explicado pelo fato de que esse tempo verbal torna o enunciado mais objetivo, reforçando a necessidade expressa por *deber*.

Em (35), o verbo auxiliar *deber*, com valor de necessidade, é utilizado com referência a uma projeção futura, embora sua codificação linguística seja de presente. Casos como esse são comuns nos dados analisados, pois a codificação de tempo verbal presente torna o enunciado menos autoritário que a codificação de futuro.

No caso da ocorrência (36), a escolha pela forma *debería* se justifica por uma tentativa do informante de menor comprometimento com o que enuncia, pois o Falante, embora julgue necessária uma postura impositiva pela figura do professor, não a impõe a nenhum ser específico. O próprio tempo do verbo no futuro do pretérito tem um matiz de atenuação, polidez, que, como mencionado, serve para proteger a face do enunciador.

Há ainda casos de *deber* que aparecem no pretérito imperfeito do indicativo (3,5% das ocorrências), mas faz referência a um tempo futuro, como se pode verificar na ocorrência (37):

(37) Contexto: O Falante está comentando sobre a burocracia existente para a concessão de créditos.

I.: Hombre el ayuntamiento tiene una sección para rehabilitaciones. Lo que pasa que estas cosas oficiales siempre pasa lo mismo, ponen muchísimos problemas, muchísima buracracia, los créditos que hay luego se quedan sin cubrir la mitad de ellos, pasa igual comercialmente, porque es que en cuanto te asomas a un crédito de esos, te piden hasta el número de zapatillas que calzaba tu bisabuelo y venga papeles y venga papeles y venga papeles y luego dices hombre, pues, voy a pedir un crédito particular a un banco voy a transformar mi tienda o a reformar mi vivienda, aunque me cueste un poco más caro porque eso

E.: Ya

I.: Eso este **debía** estar bastante más suavizado. (45H–AH33)

‘I.: A prefeitura tem uma seção para reabilitações. O que acontece é que essas coisas oficiais sempre ocorrem do mesmo jeito, muitos problemas, muita burocracia, os créditos que há ficam sem cobrir a metade deles, acontece a mesma coisa comercialmente porque enquanto você se volta para um crédito desses, te pedem até o número dos sapatos que calçavam seu bisavô e vem papéis, vem papéis, vem papéis e, logo, vou pedir um crédito particular a um banco, vou mudar minha loja ou reformar minha casa, ainda que me custe um pouco mais caro porque

E.: Sim.

I.: Isso devia estar mais suavizado.’

Nessa ocorrência, a forma *debía* aparece nos dados como uma variante da forma *debería*, ou seja, embora a forma do verbo *deber* esteja no pretérito imperfeito do indicativo, o valor é de futuro hipotético. Trata-se de uma forma alternante do futuro do pretérito. Casos como esse poderiam ser parafraseados por “Isso deveria estar bastante mais suavizado”.

O verbo *deber* com qualificação deôntica aparece, em apenas seis ocorrências, com a forma de pretérito imperfeito do subjuntivo, conforme se observa na ocorrência (38):

(38) I.: Ellos construyen donde quieren pero son dependencias municipales y decisiones de estado mayor que llamo yo

E.: Sí

I.: Que no **debieran** ser permitidas. (26H–AH26)

‘I.: eles constroem onde querem, mas são dependências municipais e decisões do estado maior.

E.: sim

I.: que não deveriam ser permitidas.’

Nessa ocorrência, o verbo *deber*, no pretérito imperfeito do subjuntivo, aparece como uma forma alternante do futuro do pretérito (*condicional*), uso do idioma espanhol, que permite a substituição por *no deberían ser permitidas*. Mais uma vez se observa que, embora a forma seja de passado (no caso o pretérito imperfeito do subjuntivo), o valor da qualificação é de futuro, o que confirma a expectativa para a associação da modalidade deôntica a um Estado-de-Coisas com referencialidade futura.

Considerando ainda o tempo e modo verbal, verificou-se, nos dados, que o verbo auxiliar modal *deber* com domínio epistêmico e orientação para o Episódio é mais frequente no presente do indicativo (63 ocorrências; 22,3%), como se pode observar na ocorrência (39):

(39) E.: ¿no te gustan las fiestas? ¿qué se hace aquí en las fiestas? o sea ¿qué- qué tipo de actividades hay?

I.: Pues **debe** haber variadas pero no te creas que yo me entero mucho. (36M–AH12)

‘E.: Você não gosta de festas? O que se faz aqui nas festas? Ou seja, que tipo de atividades há?’

I.: Deve haver variadas, mas não pense que eu saiba muito.’

A ocorrência (39) ilustra o emprego do modal no presente do indicativo servindo à forma de expressão da modalidade epistêmica, em que o informante coloca como incerto e duvidoso o que enuncia, confirmando a afirmação de Neves (2006), para quem enunciados no presente ou no passado têm leituras preferencialmente epistêmicas. Essa associação está relacionada também ao tipo de predicado verbal, pois verbos no presente do indicativo com traço [- dinâmico], tais como os estativos e existenciais, e sem a presença explícita de um sujeito humano tendem a ter interpretação epistêmica.

Outro caso que confirma a expectativa deste trabalho é (40), em que o Falante utiliza o verbo *deber* com valor epistêmico associado ao tempo passado, representando 14,2% das ocorrências:

(40) I.: Pero no, no había, entonces lo que hay ahora para nada vamos, en realidad solamente **debía** haber algún tipo de estudios o de...pero nada más, en la universidad cisneriana. (35M–AH11)

‘Não havia, então, o que há agora, na verdade, somente devia haver algum tipo de estudo na universidade Cisneriana.’

De acordo com a ocorrência (40), o informante avalia como incerto/duvidoso um Estado-de-Coisas que ocorreu em algum momento anterior à fala do enunciador.

Considerando os dois exemplos de *deber* no pretérito imperfeito do indicativo (*debía*), um expressando a modalidade deôntica (exemplo (37)) e outro expressando a modalidade epistêmica (exemplo (40)), é possível diferenciar os dois usos pela aplicação de um teste de substituição, conforme mostram as paráfrases a seguir, em que é feita a substituição do pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito:

(37') I.: Este **debería** estar bastante más suavizado.

(40') Solamente **debería** haber algún tipo de estudios.

Enquanto o valor deôntico de *deber* na paráfrase em (37') se mantém inalterado, no caso da modalidade epistêmica (40), a substituição de *debía* pela forma *debería* em (40') não é possível sem que se altere o sentido da qualificação modal, que passa a ter um valor deôntico e não mais epistêmico. Por isso, as ocorrências de *deber* com valor epistêmico nos tempos presente e passado foram mais comuns nos dados analisados.

(7) A presença de negação imediatamente anteposta ao verbo

Além de se analisar as características semânticas e a referência de tempo do auxiliar *deber*, foi analisado se a presença da marca de negação imediatamente anteposta ao verbo modal poderia interferir no valor modal. Ao entrecruzar este parâmetro de análise com o tipo e orientação da modalidade, foram encontrados os seguintes resultados:

ELEMENTO DE NEGAÇÃO	TIPO MODAL					
	Deontico					Epistêmico
	Necessidade	Obrigação		Proibição		
		Evento	Evento	Participante	Evento	Participante
Presença de Negação	21 (7,5%)	1 (0,4%)	4 (1,4%)	8 (2,8%)	4 (1,4%)	5 (1,8%)
Ausência de Negação	79 (28%)	39 (13,8%)	14 (5%)	---	---	107 (37,9%)
TOTAL 282 (100%)	100 (35,5%)	40 (14,2%)	18 (6,4%)	8 (2,8%)	4 (1,4%)	112 (39,7%)

Tabela 7: A relação entre tipo de modalidade e presença de negação imediatamente anteposta ao verbo auxiliar *deber*.

Conforme se pode observar nos dados apresentados na tabela 7, este parâmetro de análise não foi produtivo nos dados analisados, visto que são poucas as ocorrências com *deber* que apresentam uma marca de negação imediatamente anteposta ao verbo auxiliar modal (15,3%). Dentre as poucas ocorrências encontradas, a presença mais frequente da negação é associada aos casos de modalidade deontica (13,5% das ocorrências), havendo apenas cinco ocorrências (1,8%) associadas à qualificação epistêmica.

Os resultados mostram que, entre os graus de modalidade deontica associados à marca de negação, o valor de necessidade é o mais recorrente, provavelmente porque se tratam de casos com sujeitos indefinidos, para os quais não é possível impor (ou não) que se realize um Estado-de-Coisas. As ocorrências (41) e (42) mostram um caso de qualificação deontica e um caso de qualificação epistêmica, respectivamente, associada à marca de negação:

(41) Valor de necessidade deontica

I.: El Estado **no debe** hacer ninguna obligación de tanto militar o civil, respecto a mi vida, pero claro para ser coherente con eso, entonces hay que darle también la vuelta. (003H-V03)

‘O Estado não deve fazer nenhuma obrigação militar ou civil a respeito da minha vida, mas, claro, para ser coerente com isso há que lhe dar também o troco.’

(42) Modalidade epistêmica

I.: A mí me llamó mucho la atención de todas formas allí los poblados mayas que quedaban todavía me llamó muchísimo porque quedan poblados maya tal cual viven en palapas sí no tienen agua no tienen **no deben** tener escuelas. (001M-V01)

‘Chamou-me muito a atenção, de todas as formas, ali, o povoado maia que permanecia; chamou-me muitíssimo a atenção porque o povo maia permanece tal como vive em Las Palapas, não tem água, não devem ter escolas.’

Ao observar o contexto em que as modalidades estão inseridas, nota-se que ambas as modalidades, deôntica e epistêmica, ainda que precedidas pela partícula de negação, não sofrem alterações de sentido, pois, como já havia sido previsto por Olbertz (1998), a partícula de negação nega o Estado-de-Coisas e não o verbo modal *deber*.

No entanto, deve-se observar que, embora o sentido epistêmico ou deôntico não se altere com inserção de partículas de negação, a presença do elemento negativo anteposto ao verbo auxiliar pode ser determinante para a manifestação de um dos graus de modalidade deôntica: a proibição, como já havia sido advertido por Bybee et al (1994). Essa afirmação pode ser ilustrada pela ocorrência (43):

(43) Valor de proibição deôntica

I.: a nivel individual tú puedes hacer una serie de cosas, pero que tienen un están limitadas o sea, yo no puedo cambiar Alcalá, yo no le puedo decir a todos los señores, que más o menos pienso, personas que más o menos pienso, que no **deberían** vivir en Alcalá «marcharos» en principio no tengo ningún derecho (44H–AH32).

‘A nível individual, você pode fazer uma série de coisas, mas que estão limitadas, ou seja, eu não posso mudar Alcalá. Eu não posso dizer a todos os senhores o que mais ou menos penso, às pessoas o que mais ou menos penso, que não deveriam viver em Alcalá “vão embora”, a princípio, eu não tenho nenhum direito.’

Embora haja poucas ocorrências de *deber* precedidas pela marca de negação, pode-se afirmar que a expectativa para este parâmetro de análise se confirma, uma vez que a maioria dos casos de *deber* com presença de negação contribui para a interpretação deôntica, especialmente para o caso de proibição, o qual só pode ser alcançado por meio do elemento negativo *no* antecedendo o verbo. A justificativa para a associação do domínio deôntico à presença da marca de negação é encontrada no tipo de sujeito e de predicado verbal: sujeitos humanos, ou que fazem alusão a entidades humanas, associados a verbos dinâmicos, que implicam ação, tendem a ter leitura preferencialmente deôntica, como ocorre nos dados analisados.

(8) A presença de outros modalizadores antepostos ao verbo

O último parâmetro de análise utilizado para classificar os valores modais de *deber* foi a presença de outros elementos modalizadores imediatamente antepostos ao verbo auxiliar. Os

resultados do entrecruzamento deste parâmetro com o tipo de modalidade podem ser verificados na tabela a seguir:

OUTROS ELEMENTOS MODALIZADORES	TIPO MODAL					
	Deôntico					Epistêmico
	Necessidade	Obrigação		Proibição		
	Evento	Evento	Participante	Evento	Participante	Episódio
Presença de outros modalizadores	25 (8,9%)	7 (2,5%)	3 (1%)	---	---	12 (4,2%)
Ausência de outros modalizadores	75 (26,6%)	33 (11,7%)	15 (5,4%)	8 (2,8%)	4 (1,4%)	100 (35,5%)
TOTAL 282 (100%)	100 (35,5%)	40 (14,2%)	18 (6,4%)	8 (2,8%)	4 (1,4%)	112 (39,7%)

Tabela 8: A relação entre tipo de modalidade e presença de outros elementos modalizadores imediatamente antepostos ao verbo auxiliar *deber*.

De acordo com Neves (1996), marcas linguísticas associadas a um elemento modalizador podem contribuir para o seu efeito de sentido, o qual pode ser reforçado ou atenuado. Esse parâmetro, assim como o parâmetro da negação, não foi muito produtivo para a análise aqui realizada, pois foram poucas as ocorrências que apresentaram outros elementos modalizadores imediatamente antepostos ao verbo auxiliar modal *deber* (16,6%). Dentre as poucas ocorrências encontradas, é predominante a associação de outros elementos modalizadores à forma de expressão deôntica com valor de necessidade (8,9%), como mostra a seguinte ocorrência:

(44) I: Yo tengo varias teorías, en principio, pienso que no **debería** de ser obligado el hacer el servicio militar, porque es un tiempo precioso que pierdes, y que no haces nada. (002H-V02)

‘Eu tenho várias teorias. A princípio, penso que fazer o serviço militar não deveria ser obrigatório porque é um tempo precioso que você perde e não faz nada.’

A ocorrência (44) mostra que as expressões “tenho várias teorias”, “penso que” associadas ao verbo auxiliar modal *deber* atenuam a qualificação deôntica, de modo que a obrigação é compreendida como um julgamento do enunciador: algo é considerado pelo

informante como não necessário, porém, não é imposto a nenhum ser específico no enunciado para que não pareça impositivo.

Ainda que este parâmetro seja pouco frequente nos dados analisados, ele parece ser fundamental na distinção entre modalidade deôntica e modalidade epistêmica, pois é possível observar que a modalidade epistêmica (no exemplo representada por *pienso que*), que ocupa uma camada mais alta na GDF, pode tomar por escopo a modalidade deôntica (*no debería*), mas o inverso não ocorre.

Quanto à associação de outros elementos modalizadores com a forma de expressão epistêmica, embora sejam raros os casos (4,2%), pode-se observar que essa estratégia reforça a dúvida expressa no enunciado, conforme foi proposto por Neves (1996). Observe-se a ocorrência:

(45) I.: Creo que **debió** de ser por histerismo o algo por el estilo. (735H–MA38)

‘Eu acho que deve ter sido por histeria ou algo do tipo.’

Em (45), o informante utiliza a construção *creo que* (acho que) para se eximir da responsabilidade de seu enunciado, ao mesmo tempo em que reforça a sua incerteza com relação ao que enuncia (*deve ter sido por histeria*).

O quadro a seguir resume as propriedades recorrentes que podem ser atribuídas ao verbo *deber* enquanto forma de expressão das modalidades epistêmica e deôntica, nos dados analisados.

Propriedades	Modalidade Deôntica			Modalidade Epistêmica
	Necessidade	Obrigação	Proibição	
Orientação modal	Evento	Evento	Evento	Episódio
Traços semânticos	[+ humano; + animado] [+ determinado; - específico]	[+ humano; + animado] [- determinado; - específico]	[+ humano; + animado] [+ determinado; + específico]	[- humano; - animado] [+ determinado; - específico]
Agentividade	[+ controle]	[+ controle]	[+ controle]	[- controle]
Codificação gramatical	3ª pessoa sg/pl [+ determinado; - específico]	3ª pessoa sg/pl [+ determinado; - específico]	3ª pessoa sg/pl [+ determinado; - específico]	3ª pessoa sg/pl [+ determinado; - específico]
Tempo e modo verbal	Condicional do Modo Indicativo	Condicional do Modo Indicativo	Condicional do Modo Indicativo	Presente do Modo Indicativo
Negação	Presença	Presença	Presença	Presença
Outros elementos modalizadores	Presença	Presença	Ausência	Presença

Quadro 5: Resumo das propriedades atribuíveis ao verbo *deber* como modalidade deôntica e epistêmica.

3.2. A distinção das modalidades deôntica subjetiva e deôntica objetiva expressas por meio do verbo auxiliar *deber*

Tendo em vista os valores modais possíveis de expressão pelo verbo modal *deber* encontrados no *córpus* e explicados na seção anterior, a análise dos dados é aqui centrada nas ocorrências de *deber* com valor deôntico com orientação para o evento, pois como proposto por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), esse valor pode apresentar uma separação entre modalidade objetiva e modalidade subjetiva.

De acordo com os pressupostos teóricos utilizados neste trabalho, três parâmetros de análise são considerados como essenciais para separar uma modalidade deôntica subjetiva de uma modalidade deôntica objetiva, que são: (1) a fonte da avaliação modal; (2) os enunciados prescritivos e avaliativos; e (3) o tempo verbal. Além desses parâmetros, foram apresentados e aplicados testes que contribuem para a distinção entre esses dois tipos modais. A seguir, são

descritos os parâmetros utilizados nessa distinção e aplicados unicamente às 148 ocorrências do verbo *deber* com valor deôntico e orientação para o evento.

(1) *A fonte da avaliação modal*

Para interpretar uma modalidade como subjetiva, é necessário verificar a fonte dessa qualificação modal. Assim, segundo Vázquez Laslop (2001), se a fonte modal coincidir com o Falante, tem-se uma modalidade subjetiva. A ocorrência (46) mostra um caso dessa natureza:

(46) E: ¿tú qué opinas sobre el servicio militar?

I: Yo soy pacifista, creo que no **debería** haber ejércitos pero ¡claro!... (001M–V01)

‘E.: E você o que opina sobre o serviço militar?’

I.: Eu sou pacifista, acho que não deveria haver exércitos, mas, claro....’

Nesse caso, o Falante se compromete com o enunciado porque não distancia o seu ponto de vista das normas que enuncia. Tal ocorrência ilustra um caso de modalidade deôntica subjetiva, visto que se trata de um enunciado avaliativo (VÁZQUEZ LASLOP, 2001; OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013), cuja paráfrase mais adequada é “na minha opinião, não tinha que (não é necessário) haver exércitos”.

Nos enunciados avaliativos, de acordo com Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), a fonte da qualificação modal coincide com o próprio sujeito-enunciador, que avalia um Estado-de-Coisas como necessário/obrigatório (ou não). Essa característica dos enunciados deônticos subjetivos relacionada à fonte de qualificação modal é confirmada na ocorrência (46). Observa-se, ainda, que a subjetividade do modal deôntico é reforçada pela presença do elemento modalizador *creo que* imediatamente anteposto ao verbo *deber*.

Assim como a modalidade subjetiva, a modalidade objetiva também está associada à fonte da avaliação modal. Em casos de uma qualificação deôntica objetiva, a fonte de avaliação não coincide com o Falante, conforme se pode observar na ocorrência (47):

(47) Contexto: Conversa sobre a instauração da lei de antitabaco.

E.: ¿ la medida esta última de no permitir fumar en los lugares cerrados?

I.: ¡Hombre! los lugares cerrados, pues **no se debe de** fumar. (32M–GR34)

‘E.: E esta última medida que não permite fumar nos lugares fechados?’

I.: Nos lugares fechados, não se deve fumar.’

A ocorrência (47) mostra um caso de modalidade deôntica objetiva porque o informante não imprime marcas de julgamento pessoal em seu enunciado, de modo que ele se distancia e não se compromete com a enunciação. A proibição é descrita, nesse caso, em termos de norma legal e não mais como um ato avaliativo seu. Novamente, a proposta de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) e de Vázquez Laslop (2001), que associa fonte à qualificação modal, é ratificada nos dados, visto que a modalidade deôntica objetiva, conforme sugerido pelas autoras, tem como fonte de qualificação modal uma entidade diferente do sujeito-enunciador, que, no caso da ocorrência, é expressa por meio da partícula de impessoalidade *se*.

Os dados analisados mostram que as ocorrências de modalidade subjetiva são majoritárias (67,6%). A justificativa possível para o predomínio de modalidade subjetiva, nos dados analisados, é encontrada no tipo de *córpus* utilizado, uma vez que se trata de entrevistas orais, em que o informante sempre expressa sua avaliação pessoal a respeito de algo, inclusive das coisas que considera necessárias, obrigatórias ou permitidas. A modalidade deôntica objetiva faz referência a normas e regras sociais, o que justifica a sua menor recorrência nos dados do *córpus* (32,4%). Nesse tipo de qualificação modal, subjaz a ideia de aplicabilidade geral das regras convencionalizadas, de modo que o escopo da modalidade não recai sobre uma entidade específica do contexto.

(2) *Os enunciados prescritivos e avaliativos*

A separação da modalidade deôntica em subjetiva e objetiva é, ainda, influenciada pelos tipos de atos deônticos que são descritos no enunciado – prescritivos e avaliativos – conforme os termos propostos por Vázquez Laslop (2001). Este parâmetro permite compreender melhor a postura do Falante diante do conteúdo descrito. Sendo assim, na modalidade deôntica subjetiva, os atos deônticos são avaliativos (67,4%); trata-se de um julgamento pessoal do Falante, comumente associado a marcas explícitas de opinião, como ilustra a ocorrência (48):

(48) I.: Había un laberinto que tú te metías ¡y te perdías! o sea se conoce que allí los cortesanos, pues se dedicaban a jugar y a pasearse por el laberinto, y yo luego después, cuando he ido al jardín ornitológico, no he visto el laberinto y me ha dado mucha pena.

E.: Uhum.

I.: Porque ¡no sé! si es que se perdería por lo que fuera porque se estropearían los setos o algo, pero yo creo que lo **debían** de haber conservado, porque era una cosa muy bonita... (709M–MA34)

I.: Havia um labirinto que você entrava e se perdia, ou seja, se conhece que os cortesãos se dedicavam a jogar e a passear pelo labirinto. Logo depois, quando fui ao jardim ornitológico, não vi o labirinto e me deu muita pena.

E.: Aham

I.: Não sei se se perdeu porque estragaram os cercados ou algo, mas eu acho que deviam tê-lo conservado porque era uma coisa muito bonita.’

Nessa ocorrência, observa-se que o enunciado descrito como deôntico não é uma prescrição, uma norma ou um regulamento a ser seguido, e sim uma avaliação do informante sobre algo que, segundo o seu ponto de vista, tinha que ter sido realizado. Trata-se, portanto, de um ato avaliativo que é criado, no momento da enunciação, como sendo obrigatório/necessário. Tal ocorrência poderia ser parafraseado por “na minha opinião, eles tinham a obrigação de tê-lo conservado”. A avaliação é reforçada pela presença do verbo *creer*, que expressa opinião.

A modalidade deôntica objetiva diz respeito a prescrições e normas convencionadas social, legal e/ou moralmente. Esse tipo modal, de acordo com Vázquez Laslop (2001), está associado aos atos prescritivos, que, nos dados totalizam 32,4% das ocorrências. Para exemplificar esse tipo de modalidade é apresentada a seguinte ocorrência:

(49) Contexto: Conversa sobre o regulamento do banco

I.: ¡sí! el protocolo a seguir es que **debemos** de entrar todos al mismo tiempo y todas esas cosas, pero no se lleva a ningún sitio, mirar a la calle tres o cuatro veces. (735H-MA38)

‘Sim, o protocolo a se seguir é que devemos entrar todos ao mesmo tempo e todas essas coisas. Mas não se chega a nenhum lugar olhar a rua três ou quatro vezes.’

A ocorrência (49) mostra um caso de *deber* como forma de expressão da modalidade deôntica objetiva. Trata-se de um ato prescritivo, em que o informante atua como “porta voz”, segundo o termo proposto por Vázquez Laslop (2001), de um Estado-de-Coisas obrigatório. No caso da ocorrência, o informante apenas descreve o protocolo que é prescrito e seguido no banco em que trabalha, não havendo julgamento pessoal sobre o que enuncia.

(3) *O tempo verbal*

O tipo de modalidade deôntica e os atos deônticos descritos estão, ainda, relacionados ao tempo expresso pelo verbo auxiliar. Conforme Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), a modalidade deôntica subjetiva, por se tratar de um julgamento pessoal, isto é, de um ato

avaliativo, pode fazer referência a um Estado-de-Coisas que ocorreu antes do momento da enunciação, como mostra a seguinte ocorrência:

(50) I.: En mi época no se salía a estudiar, los sitios que se salía a estudiar en mi época era Francia y muy poco Inglaterra, que a mí me **debían** de haber mandado a Inglaterra porque la verdad que es mucho más práctico el inglés que el francés. (728M–MA41)

‘Na minha época, não se saía para estudar, os lugares a que se ia para estudar, na minha época, era França e muito pouco Inglaterra; deviam ter me mandado para a Inglaterra porque, na verdade, é mais prático o inglês do que o francês.’

Pode-se verificar que, em (50), a qualificação modal incide sobre um conjunto de Estado-de-Coisas que ocorreu antes do momento da enunciação, uma vez que todo o conjunto de Estado-de-Coisas encontra-se sob o escopo de uma expressão de tempo absoluto, com referência ao passado, *en mi época*.

Ainda considerando a proposta de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) a respeito do tempo verbal, a modalidade deôntica objetiva, como trata de prescrições e normas, faz referência a um Estado-de-Coisas que deverá ocorrer no momento da enunciação ou após esse momento. Os dados analisados confirmam essa expectativa, como se pode verificar em (51):

(51) Contexto: O Falante informa como são os procedimentos da empresa em que trabalha.

I.: La concentración de coli que hay allí es enorme ¡bueno! ¡pues bien! pues entonces ¡claro! los análisis que se hacen, pues inmediatamente **deben de** detectar. (714H–MA60)

‘A concentração de coli (bactérias) que há ali é enorme, então, as análises que se fazem imediatamente devem detectar.’

Observa-se que, em (51), o uso do presente do indicativo faz referência a algo atemporal, de modo que a qualificação deôntica pode ser compreendida como uma necessidade ou obrigatoriedade a se cumprir após a enunciação, o que confirma a associação de atos prescritivos e modalidade deôntica objetiva à referência de tempo futuro.

Uma vez compreendidos os elementos que permitiram separar valores deônticos objetivos e subjetivos para o verbo *deber* nos dados deste trabalho, é necessário verificar como esses dois tipos modais são alocados na GDF. Na próxima seção, são apresentadas as relações das camadas do Nível Representacional da GDF com os valores modais expressos por meio do verbo auxiliar *deber*.

3.3. A representação das modalidades expressas por meio do verbo *deber* no Nível Representacional da GDF

Ao subdividir a modalidade deôntica em subjetiva e objetiva, pôde-se observar que o foco de qualificação modal desses dois tipos de modalidade são distintos: na primeira, modalidade subjetiva, a qualificação modal opera na camada do Episódio, enquanto na segunda, modalidade objetiva, a qualificação modal atua na camada do Estado-de-Coisas. Esse foco de qualificação está diretamente relacionado com a fonte da avaliação modal, com o tipo de ato deôntico, e, em especial, com o tempo verbal, conforme mostraram as ocorrências discutidas na seção anterior.

Todas essas características encontradas para o verbo *deber* estão em consonância com os demais trabalhos que defendem essa subdivisão modal (VÁZQUEZ LASLOP, 2001; OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013). Cabe, no entanto, verificar se a proposta de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), que diz respeito à reinterpretação da classificação de modalidade na GDF, se confirma para os dados do presente trabalho.

Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) defendem, com base no Princípio de Escopo, que a ordenação das unidades desses dois subtipos modais (subjetivo e objetivo) não é coincidente, o que reflete a diferença de escopo entre eles. Soma-se a esse princípio a noção de tempo. Desse modo, as autoras sugerem que a modalidade deôntica subjetiva atua na camada do Episódio porque tem seu escopo operando sobre o tempo absoluto. Já a modalidade deôntica objetiva atua na camada do Estado-de-Coisas porque tem em seu escopo o tempo relativo.

Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) consideram que a modalidade deôntica subjetiva encontra-se sob o escopo da modalidade epistêmica objetiva, que também atua na camada do Episódio. Quanto à modalidade deôntica objetiva, ela está alojada na camada do Estado-de-Coisas, podendo ocorrer sob o escopo da modalidade facultativa, conforme é apresentado no quadro:

Camadas do Nível Representacional	Tipo de Modalidade
Conteúdo Proposicional	Modalidade Epistêmica Subjetiva
Episódio	Modalidade Epistêmica Objetiva Modalidade Deontica Subjetiva
Estado-de-Coisas	Modalidade Facultativa Orientada para o Evento Modalidade Deontica Objetiva Modalidade Volitiva Orientada para o Evento
Propriedade Configuracional	Modalidade Facultativa Orientada para o Participante Modalidade Deontica Orientada para o Participante Modalidade Volitiva Orientada para o Participante

Quadro 6: A relação entre as camadas do Nível Representacional e o tipo de modalidade expresso, adaptado de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013, p. 293).

Para ilustrar a proposta das autoras a respeito dessa reorganização das modalidades dentro do Nível Representacional, são apresentadas a seguir as representações para cada tipo modal expresso por meio de *deber* nos dados do corpús. Nesse sentido, as representações aqui desenvolvidas são para as modalidades (1) epistêmica objetiva, (2) deontica subjetiva, (3) deontica objetiva e (4) a deontica orientada para o participante, respeitando a ordem hierárquica das camadas em que atuam: da camada mais alta (no caso, a camada do Episódio) para a camada mais baixa (no caso, a camada da Propriedade Configuracional).

(1) *Modalidade Epistêmica Orientada para o Episódio*

Nessa camada, o verbo *deber* tem o tempo absoluto operando em seu escopo e pode ser concebido como servindo à expressão da modalidade epistêmica objetiva. A ocorrência (52) ilustra esse valor modal:

(52) I: Lógicamente me acuerdo del instituto más que de la escuela, recuerdo que en la escuela, en realidad, había solo una clase porque **debía** haber una clase por nivel en aquella época. (01M-VAL01)

‘Logicamente, me lembro do instituto mais do que da escola, me lembro que, na escola, havia apenas uma classe porque devia ter uma turma por nível naquela época.’

O Episódio pode conter um ou mais Estado-de-Coisas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 157). No caso da ocorrência (52), há apenas um Estado-de-Coisas

envolvido, *haber una clase por nivel*, que, junto da expressão de tempo absoluto *en aquella época*, está sob o escopo do verbo *deber*. A representação parcial desse Episódio dentro da GDF pode ser realizada da seguinte forma:

(52') nec-epi past ep₁: (ant e₁: (f₁: (f₁: -haber una clase- (f₁)) (f₁)) (e₁)) (ep₁)

(2) Modalidade Deôntica Subjetiva Orientada para o Episódio

Em (53), pode-se verificar uma ocorrência de modalidade deôntica subjetiva com orientação para o Episódio:

(53) E.: ¿Tú qué opinas sobre el servicio militar?

I.: Yo es cierto que **debería** de desmilitarizarse todo, yo soy pacifista. (01M-VAL01)

‘E.: E você o que opina sobre o serviço militar?’

I.: É certo que deveria se desmilitarizar tudo, eu sou pacifista.’

A ocorrência (53) permite observar que, nesse caso de qualificação deôntica, há apenas um evento envolvido. Em (53), o verbo *deber* opera sobre o Episódio *desmilitarizarse todo* e expressa o desejo do enunciador de ocorrência de um evento que ainda não ocorreu, mas que pode vir a ocorrer. A seguir, a ocorrência (53') é representada conforme a GDF:

(53') nec-deo-obj past ep₁: (post e₁: (f₁: (f₁: -desmilitarizarse todo- (f₁)) (f₁)) (e₁)) (ep₁)

(3) Modalidade Deôntica Objetiva Orientada para o Evento

Nesse tipo de qualificação modal, o escopo da modalidade atua na camada do Estado-de-Coisas, como mostra a ocorrência (54):

(54) I.: Siempre dice la iglesia que lo que se da la mano izquierda no **debe** saberlo la derecha o al revés. (54M-AH18)

‘Sempre diz a igreja que o que faz a mão direita não deve saber a esquerda, nem o contrário.’

Nessa ocorrência, o verbo auxiliar *deber* é concebido como um tipo de modalidade deôntica objetiva porque a entidade que prescreve a norma é diferente do enunciador. Observa-se, ainda, que o Estado-de-Coisas *no debe saberlo la mano derecha* está sob o

escopo do operador *deber*. A representação correspondente a esse fragmento da ocorrência (54) pode ser observada em (54’):

(54’) neg nec-deo-obj e₁: (f₁: [(f₁: saber_v (f₁)) (x₁ -mano derecha- (x₁))A (e_j)U] (f₁)) (e₁)

(4) Modalidade Deôntica Orientada para o Participante

Esse tipo de modalidade opera na camada da Propriedade Configuracional, que consiste de um predicado lexical e seus argumentos. A ocorrência (55) mostra um caso de modalidade deôntica orientada para o participante:

(55) I.: Bueno lo primero que **debo** preguntar en este caso es ¿cómo quiere cómo prefiere que la llame? (35M–AH11)

‘Bom, o primeiro que eu devo perguntar, neste caso, é como quer, como prefere que a trate?’

Na ocorrência (55), o verbo *deber* opera sobre uma entidade específica do contexto, que, nesse caso, é expressa por meio da primeira pessoa do singular *yo*. Tal ocorrência mostra que a fonte e o escopo da qualificação modal são coincidentes, o que comprova que a orientação da modalidade é para o participante, conforme os termos aqui propostos. Em (55’), pode-se verificar a representação do fragmento *debo preguntar* da ocorrência (55):

(55’) nec si: [(fi: preguntar_v (fi)) (xi)A] (si)

Com a análise dos valores modais dentro do Nível Representacional da GDF, fica evidente a diferença que existe entre o âmbito de incidência de cada tipo de modalidade. O âmbito de incidência permite, ainda, compreender a distinção entre as modalidades deônticas subjetiva e objetiva, uma vez que esses dois tipos modais atuam em unidades representacionais distintas. Dessa forma, ao reinterpretar os dados deônticos com base nessa distinção da modalidade subjetiva e objetiva e com base nas unidades em que atuam, verifica-se que o domínio deôntico pode ter como foco de qualificação um participante, um evento e um Episódio. Dentro dessa proposta de reestruturação é predominante a modalidade deôntica subjetiva porque o enunciador é solicitado a avaliar alguma situação, instituição ou pessoa. Esse tipo modal descreve a deseabilidade de ocorrência de um Estado-de-Coisas, de modo que o Falante se compromete com o que enuncia, conforme se verifica em (56):

(56) Los chavales, una vez que finalizan el ciclo **deberían de** entrar en las empresas y quedarse en la empresa pero como consecuencia de que han demostrado tener unos conocimientos que han adquirido unos conocimientos. (32H-GR09)

‘Os meninos, uma vez que finalizam o ciclo, deveriam entrar nas empresas e permanecer nelas, mas como consequência de que demonstraram ter alguns conhecimentos, que adquiriram conhecimentos.’

No caso da ocorrência (56), há o envolvimento de apenas um Estado-de-Coisas, *finalizar el ciclo*, que, junto da expressão de tempo absoluto, *una vez que*, encontra-se sob o escopo do verbo auxiliar *deber*. Outra característica interessante a se observar nos casos de modalidade deôntica subjetiva é que o sujeito apresenta traços semânticos [+ humano; + animado]. Mesmo que a referência seja a entidades não específicas, como os meninos, ou a entidades não específicas como o estado, o serviço militar ou a universidade, elas fazem alusão a algum tipo de envolvimento humano. Além disso, todas as ocorrências apresentam traço [+ controle] sobre o predicado verbal, o que confirma a leitura deôntica.

Com relação à modalidade deôntica objetiva, nesse tipo modal não há o envolvimento pessoal do enunciador com relação ao que descreve, conforme se observa na ocorrência (57):

(57) Contexto: Descrição dos procedimentos recomendados na empresa em que o informante trabalha.

I: Y que ese saneamiento, pues debe de, antes de hacer la evacuación directa al mar, pues **debe de** tener un sistema de depuración. (714H-MA60)

‘Esse saneamento, antes de fazer a evacuação direta ao mar, deve ter um sistema de depuração.’

Assim como a modalidade subjetiva, esse tipo modal normalmente apresenta sujeitos cujos traços semânticos são [+ humano; + animado], além de [+ controle]. Nesse tipo modal, não há um operador de tempo absoluto operando sobre o Estado-de-Coisas descrito, tampouco há marcas linguísticas que comprometem o Falante com o seu enunciado, visto que esse tipo modal apenas reproduz uma norma ou regra a ser seguida, fazendo referência a atos prescritivos.

Por fim, a modalidade deôntica orientada para o participante diferencia-se dos demais tipos deônticos pelo escopo da qualificação, pois aqui se trata da relação entre um participante e a realização potencial do evento, conforme mostra a ocorrência a seguir:

(58) I: ¿Yo podría entrevistar a alguien, aunque sea un conocido, y después utilizar esa información para mi tesis sin pedirle permiso o **debería** pedirle? (715H-MA47)

‘Eu poderia entrevistar alguém, ainda que seja um conhecido, e depois utilizar essa informação para a minha tese sem pedir permissão ou eu deveria pedir?’

Como se pode observar, esse tipo de modalidade não descreve atos avaliativos ou prescritivos, mas estabelece a obrigação do sujeito-enunciador de se engajar no evento, isto é, de realizar a ação descrita no Estado-de-Coisas. Trata-se da imposição de obrigações, no caso, da imposição de obrigações a si mesmo.

Ao verificar as nuances de sentidos deônticos nos dados analisados, pode-se defender que a modalidade deôntica tem a seguinte relação de escopo:

Modalidade Deôntica Subjetiva
Modalidade Deôntica Objetiva
Modalidade Deôntica Orientada para o participante

Quadro 7: A relação de escopo entre a modalidade deôntica.

CONCLUSÕES

Considerando o objetivo central de descrever o verbo modal *deber*, buscou-se verificar e explicar os elementos linguísticos que intervêm na manifestação de um ou outro tipo de modalidade expressa por esse verbo. Para o cumprimento de tal objetivo, discutiu-se o estatuto de auxiliaridade verbal, os valores semânticos possíveis de serem expressos por meio de *deber* e a relação de cada subtipo modal com as unidades que integram o Nível Representacional da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Além do aparato teórico funcionalista, que prevê a descrição dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos de modo uno e integrado, a presente pesquisa foi desenvolvida com base em um corpús de língua falada pertencente ao Projeto PRESEEA, constituído por 88 entrevistas selecionadas das cidades espanholas de Alcalá de Henares, Granada, Málaga e Valência.

Com relação à classificação dos domínios semânticos expressos pelo verbo *deber*, seguiu-se a proposta de Hengeveld (2004), base da classificação de modalidades existente em Hengeveld e Mackenzie (2008), bem como as nuances que a modalidade deôntica pode expressar.

Para a discussão da natureza de auxiliaridade desse verbo, foram considerados os testes sintáticos e semânticos propostos por Pontes (1973), Lobato (1975), Heine (1993), Fernández de Castro (1998), Olberz (1998), e Gómez Tórrego (1999). Além de se considerar os pressupostos mais gerais da GDF, buscou-se também verificar quais são os elementos que permitem confirmar a subdivisão da modalidade deôntica em objetiva e subjetiva e em que níveis esses subtipos modais podem atuar.

A discussão inicial do trabalho foi centrada nos valores semânticos possíveis de expressão com o verbo *deber*, que são os valores de obrigação, necessidade, proibição, probabilidade e volição. Discutiu-se, ainda, a possibilidade de se distinguir as modalidades deônticas em subjetiva e objetiva.

Uma vez reconhecidos os domínios semânticos em que o verbo *deber* poderia ser encontrado, procurou-se contribuir com a discussão sobre o estatuto de auxiliaridade deste verbo, mostrando em que medida os valores modais de *deber* estariam relacionados com a sua natureza verbal. Para tanto, foram aplicados testes propostos pelos autores supracitados (PONTES, 1973; LOBATO, 1975; HEINE, 1993; FERNÁNDEZ DE CASTRO, 1998; OLBERTZ, 1998; GÓMEZ TORREGO, 1999), que verificaram a integração sintática e

semântica do verbo, tais como: coincidência de sujeitos; comutação; permutabilidade dos pronomes clíticos; apassivação; e negação.

Os resultados da aplicação desses testes mostraram que, no *córpus* utilizado, o verbo *deber* associado a outro verbo na forma infinitiva tanto com matiz epistêmico como deôntico é auxiliar, constituinte de perífrase verbal, uma vez que o seu uso apresenta valor mais gramatical, isto é, com restrições de emprego, o que contribui para o seu reconhecimento dentro da GDF como um operador gramatical, embora a questão da auxiliaridade não seja discutida de maneira explícita por Hengeveld e Mackenzie (2008).

Uma vez reconhecido o estatuto de auxiliaridade do verbo *deber*, descreveram-se os elementos linguísticos que favoreceram a leitura mais adequada do modal. Em linhas gerais, os valores semânticos encontrados nos dados são a modalidade deôntica e a modalidade epistêmica, não sendo encontrado nenhum caso de modalidade volitiva, como previsto na discussão inicial dos subtipos modais. Dentre os valores encontrados, é predominante a manifestação do domínio deôntico, haja vista que o verbo *deber* serve a uma expressão maior de valores deônticos do que epistêmicos. Considerando as nuances deônticas, o valor predominante é o de necessidade, provavelmente, em função do *córpus* utilizado, de fala, em que o enunciador tenta atenuar a força da qualificação modal deôntica.

Nas modalidades deônticas encontradas no *córpus*, o foco da qualificação está normalmente relacionado à descrição de um Estado-de-Coisas como necessário ou obrigatório de modo genérico, sendo poucos os casos da imposição de ordem ou de proibições a uma entidade específica do contexto. Os poucos casos de modalidade deôntica orientados para o participante apresentam, em sua maioria, valores de obrigação e de proibição e têm como foco de qualificação o próprio Falante, sendo escassos os casos com foco de qualificação no interlocutor.

Dentre os elementos que permitiram caracterizar a modalidade deôntica expressa por meio do auxiliar *deber*, pôde-se observar que, na maioria dos casos, a referência é feita a entidades [+ humanas; + animadas] e [+ determinadas], mesmo quando não específicas, como algumas instituições políticas ou religiosas. Foram poucos os casos de associação da modalidade deôntica a entidades não humanas, expressas por meio de pronomes que retomavam algum tipo de ação ou situação.

Quanto à agentividade, verificou-se que a modalidade deôntica aparece apenas com sujeito que tem controle sobre o predicado verbal, o que pode ser justificado pela predominância de sujeitos humanos. Com relação ao tipo de sujeito, é majoritária a associação da modalidade deôntica à terceira pessoa gramatical, visto que esses sujeitos tratam,

normalmente, da descrição de algo como necessário ou obrigatório, não sendo imposta nenhuma norma ou obrigação a alguma entidade específica do contexto.

A maioria das ocorrências de *deber* com valor deôntico é descrita no modo indicativo com referência ao tempo futuro, nunca com referencialidade ao passado, como era esperado. O tempo presente do indicativo torna o enunciado deôntico mais objetivo, enquanto o futuro do pretérito diminui a força da qualificação deôntica e permite ao Falante descomprometer-se do que enuncia. Ainda que haja formas de expressão no pretérito imperfeito do indicativo ou no pretérito imperfeito do subjuntivo, a referencialidade do verbo é de tempo futuro, constituindo casos de alternância da forma do verbo como variante coloquial da língua.

A modalidade epistêmica manifestou-se com menos frequência nos dados analisados e teve como foco da qualificação unicamente o Episódio. Nesse tipo de qualificação, o verbo auxiliar *deber* descreve um único Estado-de-Coisas ou um conjunto de Estado-de-Coisas como incerto, duvidoso ou hipotético.

Quanto aos elementos que permitiram caracterizar o verbo *deber* como pertencente ao domínio epistêmico, pôde-se observar a presença de sujeitos [- humano; - animado] e [- específico] ou a ausência de sujeito. Os enunciados em que o verbo *deber* aparece sem sujeito estão, na maioria dos casos, associados a verbos estativos, e mostram o alto grau de integração de V1 e V2 e, por conseguinte, de gramaticalização de expressões como *debe ser*, que funcionam, em contextos isolados, como advérbios ou expressões adverbiais.

Outra característica da modalidade epistêmica é a tendência a ser expressa por sujeitos que não têm controle sobre o predicado verbal, predominantemente na terceira pessoa gramatical, haja vista que esse tipo de modalidade descreve o modo de ser de coisas ou pessoas. Ainda assim, encontraram-se poucos casos de modalidade epistêmica com presença de agentividade, em que a qualificação modal era sobre um Estado-de-Coisas descrito no tempo passado.

A expressão de tempo-modo do verbo *deber* com domínio epistêmico está relacionada, normalmente, ao indicativo, com referência ao tempo presente e ao pretérito, uma vez que se trata da probabilidade de ocorrência de um Estado-de-Coisas descrito no momento da enunciação ou em algum momento anterior à enunciação.

Verificou-se, ainda, que são poucas as ocorrências de *deber* que apresentam a presença de outros elementos modalizadores ou a marca de negação anteposta. Dentre raros casos de negação, é predominante a associação da marca de negação ao valor deôntico, visto que esse elemento negativo favorece a manifestação do valor de proibição.

Das poucas ocorrências do verbo *deber* antecedido por outros elementos modalizadores, é predominante a associação desses elementos, como, por exemplo, o verbo *creer*, à modalidade deôntica com valor de necessidade e orientada para o evento, de modo que, ao se introduzir outros elementos modalizadores, a força da qualificação deôntica é atenuada.

Ao se observar mais detalhadamente os casos de modalidade deôntica orientada para o evento, verificou-se que esse tipo modal pode ser subdividido em subjetivo e objetivo, em função da fonte da avaliação modal, do tipo de ato descrito e do tempo verbal. Em casos de modalidade deôntica subjetiva, a fonte da avaliação coincide com o próprio Falante, e, por esse motivo, os atos descritos são avaliativos, expressando um julgamento pessoal do Falante, ou expressando a criação de uma ordem no momento da enunciação. Normalmente, o Estado-de-Coisas descrito é expresso pela forma de futuro do pretérito (*condicional*, no espanhol), que atenua a força desse tipo de qualificação.

Quanto aos casos de modalidade deôntica objetiva, são caracterizados pelo fato de a fonte da avaliação modal ser diferente do Falante. Nesses casos, o Falante adquire o papel de “porta voz” de alguma norma, prescrição ou procedimento, o que permite descrever esse tipo de enunciado como ato prescritivo. A referência temporal recorrente com esse tipo modal é o futuro do modo indicativo.

A consideração desses dois tipos modais pode, ainda, ser relacionada às unidades do Nível Representacional da GDF, comprovando a proposta de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013). Considerando o âmbito de incidência sobre o qual o verbo *deber* opera, verificou-se que a modalidade deôntica subjetiva atua na camada do Episódio, podendo envolver um ou mais Estado-de-Coisas, visto que esse tipo modal tem sob o seu escopo um marcador de tempo absoluto, enquanto a modalidade deôntica objetiva atua na camada do Estado-de-Coisas, tendo em seu escopo o tempo relativo. Dessa forma, ao adequar esses tipos modais ao modelo proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008), pode-se encontrar a seguinte relação entre os tipos de modalidade expressos por *deber*:

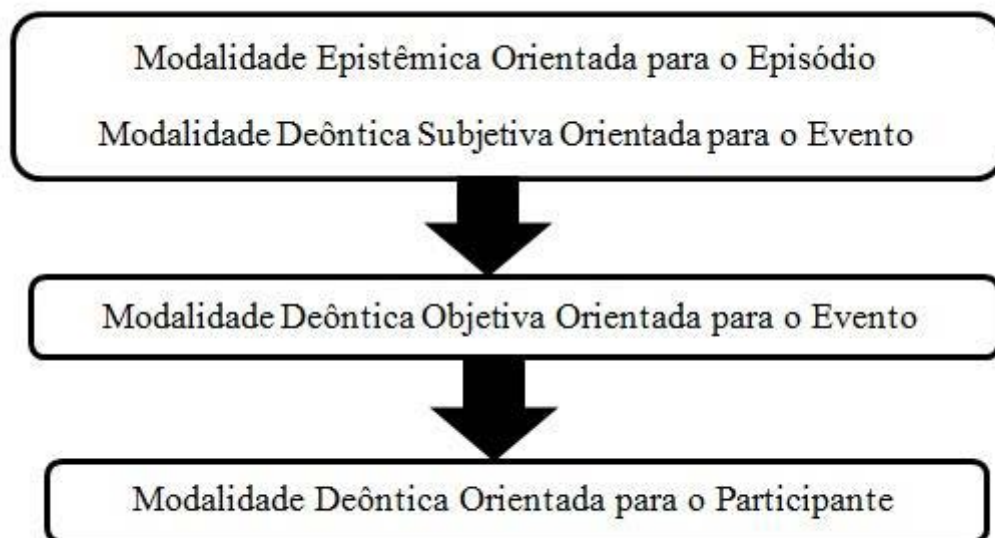


Figura 5: A relação de hierarquia entre as camadas com base no âmbito de incidência.

Nessa figura, os retângulos mostram os tipos de modalidades que podem ser expressas por meio de *deber*, enquanto as setas mostram o âmbito de incidência que cada tipo de modalidade pode ter. O retângulo na parte superior da figura mostra que as modalidades epistêmica e subjetiva atuam na mesma camada, a do Episódio, podendo haver uma relação de hierarquia entre elas. Sendo assim, a figura é para ser interpretada do seguinte modo: na camada do Episódio, atuam as modalidades epistêmica e deôntica subjetiva, sendo que a primeira toma a segunda por escopo. Essas duas modalidades, por sua vez, podem operar sobre a camada do Estado-de-Coisas, em que está alocada a modalidade deôntica objetiva, a qual toma por escopo a modalidade deôntica orientada para o participante, que atua na camada mais interna, o Conceito Situacional (Propriedade Configuracional).

Com este trabalho, pôde-se concluir que os subtipos modais expressos por *deber* se relacionam com as unidades do Nível Representacional na medida em que o escopo de uma determinada modalidade opera sobre outro tipo de modalidade, tal como acontece entre as unidades deste nível. O desenvolvimento deste trabalho permitiu, ainda, concluir que para o verbo *deber* é possível a distinção das modalidades deônticas orientadas para o evento em subjetiva e objetiva⁴⁵, bem como é possível alojá-las em camadas distintas da GDF, em função dos elementos descritos para cada um desses tipos modais.

⁴⁵ Os mesmos valores foram identificados por GASPARINI-BASTOS (2014) para ocorrências do verbo *dever* no português falado.

Acredita-se, no entanto, ser necessário o desenvolvimento de estudos com outros verbos modais, como *tener que*, *haber de*, que têm valores semelhantes ao *deber*, para verificar se as características aqui encontradas podem ser confirmadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANCHÉ, R. *Les structures intellectuelles*. Paris: Librairie Philosophique J. Urin, 1969.

BRUNELLI, A. F.; GASPARINI-BASTOS, S. D. Os valores do verbo modal *poder* em português: da língua ao discurso. In: *XV Congresso Internacional de ALFAL*, 2008, Montevideo-Uruguai. *Actas*. Montevideo-Uruguai: ALFAL, 2008.

_____. O comportamento do verbo modal *poder* no discurso de autoajuda: uma investigação no português e no espanhol. *Estudos Linguísticos*, v. 1, n. 1, 60-70, 2011.

_____. A manifestação das diferentes modalidades no emprego do verbo modal *poder* em português e em espanhol: análise do discurso de autoajuda. *Signo y Señal*, v. 22, p. 164-180, 2012.

BYBEE, J. et al. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago and London: The University of Chicago Press. 1994. p. 176-242.

CAMACHO, R. G.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.; GONÇALVES, S. C. L. O substantivo. In: ILARI, Rodolfo. (org.). *Palavras de classe aberta. Gramática do português falado culto no Brasil*. 2.ed.São Paulo: Contexto, 2014. v. III, p. 13-56.

CARRASCOSSI, C. N. S. *A interpretação dos verbos modais poder e dever na língua portuguesa*. Araraquara: 2003, 139f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2003.

CASIMIRO, S. *Um estudo das modalidades deôntica e volitiva nos discursos do presidente Lula*. São José do Rio Preto: 2007, 107f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2007.

CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.

COATES, J. The expression of root and epistemic possibility in English. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (eds.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 55-66.

CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. Araraquara: 1995, 163 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 1995.

_____. Pesquisas em sintaxe: a abordagem funcionalista da evidencialidade. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et al (org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2007. p. 103-145.

_____. Campos semânticos modais: a modalidade dinâmica. In: ANTONIO, J. D. (eds.). *Estudos descritivos do português: história, uso e variação*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p. 133-148.

_____. Entre o poder e o dever: fatores intervenientes na expressão da modalidade nos discursos de posse presidencial. *Gragoatá* (UFF), v. 25, p. 155-168, 2009.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.; HENGEVELD, K. The grammaticalization of modal verbs in Brazilian Portuguese: A synchronic approach. *Journal of Portuguese Linguistics*, no prelo.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.; PEZATTI, C. Negação, modalidade e evidencialidade no discurso científico. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 33, p. 873-878, 2004.

DIK, Simon. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. 2.ed. Dordrecht: Foris, 1997 [1989].

DURIGON, V. Q. As diferentes modalidades do verbo auxiliar *deber* em dados do espanhol falado. Relatório de Iniciação Científica. IBILCE/UNESP, 2012.

EDDINGTON, D.; SILVA-CORVALÁN, C. Variation in the use of *deber* and *deber de* in written and oral materials from Latin America and Spain. *Spanish in Context*, v. 8, n. 2, p. 257-2271, 2011.

FERNÁNDEZ DE CASTRO, F. *Las perífrasis verbales en el español actual*. Madrid: Gredos, 1999.

GASPARINI-BASTOS, S. D. *Uma descrição do comportamento dos advérbios modalizadores epistêmicos no português falado*. Campinas: 1997. 156f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 1997.

_____. *Os constituintes extrafrasais com valor epistêmico: análise de entrevistas jornalísticas no espanhol e no português*. Araraquara: 2004. 161 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2004.

_____. Distinções entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva no português falado: o caso do verbo *dever*. *Confluência*, n. 46, p. 273-287, 2014.

GÓMEZ TORREGO, L. Los verbos auxiliares. Las perífrasis verbales del infinitivo. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (org.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española 2: Las construcciones sintácticas fundamentales, relaciones temporales, aspectuales y modales*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p. 3323- 3389.

HEINE, B. *Auxiliares: cognitive forces and grammaticalization*. New York/ Oxford: Oxford University Press, 1993.

_____. Agent oriented vs. epistemic modality. Some observations on German modals. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (eds.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 17-54.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a Functional Grammar of Spanish. *Journal of semantics*, n. 6, p. 227-269, 1988.

_____. Layers and operators in Functional Grammar. *Journal of linguistics*, n. 25, p. 127-157, 1989.

_____. Illocution, mood, and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (eds.). *Morphology: a handbook on inflection and word formation*. v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1190-1201.

_____. The grammaticalization of tense and aspect. In: HEINE, B.; NARROG, H. (eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 580-594.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003

ILARI, R.; BASSO, R. M. Modo. In: CASTILHO, A. T. (Coord.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, v. 2, p. 311- 347.

JESPERSEN, O. *The philosophy of grammar*. London: Allen and Unwin, 1924.

KLINGE, A. The impact of context on modal meaning in English and Danish. *Nordic journal of linguistics*, v. 19, p. 35-34, 1996.

LOBATO, L. M. O. Os verbos auxiliares em português contemporâneo. Critério de auxiliaridade. In. LOBATO, L. M. P et al. *Análises lingüísticas*. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 27-91.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977a. v. 1.

_____. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977b. v. 2.

_____. *Language, meaning and context*. London: Fontana. 1981.

MATTE BON, F. *Gramática comunicativa del español: de la lengua a la idea*. Tomo I. 6.ed. Madrid: Edelsa, 2003.

MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa: Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Almeida, 1983.

MIRANDA, N. S. Modalidade: o gerenciamento da interação. In: _____. *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. p. 171-195.

NARROG, H. *Modality, subjectivity and semantic change*. A cross-linguistic perspective. New York: Oxford University Press, 2012.

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado 6: Desenvolvimentos*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996. p.163-200.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. A modalidade: um estudo de base funcionalista na língua portuguesa. *Revista portuguesa de filologia*, Coimbra, v. 23, p. 97-123, 2000a.

_____. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambiguidades. *Alfa*, São Paulo, v. 44, p. 115-145, 2000b.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000c, p. 25-65.

_____. Imprimir marcas no enunciado. Ou: a modalização na linguagem. In: _____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 152-221.

OLBERTZ, H. *Verbal periphrases in a Functional Grammar of Spanish*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1998.

OLBERTZ, H.; GASPARINI-BASTOS, S. D. Objective and Subjective deontic modal necessity in FDG – evidence from Spanish auxiliary expressions. In: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. (eds.) *Casebook in Functional Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2013. p. 277-300.

PALMER, F.R. *Modality and the English modals*. New York: Longman, 1979.

_____. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PONTES, E. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes, 1973.

QUIRK, R. et al. *A comprehensive grammar of the English language*. London: Longman, 1985.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA & Asociación de Academias de la Lengua Española. *Nueva gramática de la lengua española*. 2 vols. Madrid: Espasa, 2009.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto. 2005.

SILVA-CORVALÁN, C. *Contextual conditions for the interpretation of 'poder' and 'deber' in Spanish*. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (eds.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins. 1995. p. 67-105.

SKOTAREK, B. Categoría de la modalidad en español. *Studia Romanica Posnaniensia*, v. 21, p. 91-114, 1996.

VAN DER AUWERA, J; PLUNGIAN, V. A. Modality's semantic map. *Linguistic typology*, n. 2, p. 79-124, 1998.

VAN WRIGHT, G. H. *An essay in modal logic*. Amsterdam: North-Holland, 1951.

VÁZQUEZ LASLOP, M. E. *La arquitectura lingüística del compromiso*. Las oraciones de *deber ser*. México: Colegio de México, 2001.

VERSTRAETE, J. C. Subjective and objective modality: Interpersonal and ideational functions in the English modal auxiliary system. *Journal of pragmatics*, n. 33, p. 1505-1528, 2001.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticization of evidentiality. *Studies in language*, v. 12, n. 1, p. 51-97, 1988.

Autorizo a reprodução xerográfica para fins de pesquisa.

São José do Rio Preto, 24 de abril de 2015

VANESSA QUERINO DURIGON